



**ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE
SETEMBRO DE DOIS MILE DOZE.**

----- No dia vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e sete minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), António de Almeida de Jesus Lopes (justificada) e António José Santos A. Lage Oliveira (justificada), Paulo Jorge de Almeida Pereira -----

----- E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrita: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas envia agradecimento pela presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal nas Cavalhadas de Teivas. -----

- A Senhora Deputada Fernanda Sul Ferreira remete, via correio eletrónico, justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 29 de junho. -----

- O Senhor Deputado José dos Santos Costa remete, via correio eletrónico, justificação para as suas faltas de 2012 nas assembleias municipais de 27 de fevereiro, 25 de abril e 27 de abril. -----

- A Junta de Freguesia do Campo remete pronúncia do Executivo e da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa. -----

- O Senhor Deputado Fernando Martins Machado remete, via correio eletrónico, justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 29 de junho. -----

- O Senhor Deputado Tiago Pinhel remete, via correio eletrónico, justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 29 de junho. -----

- O Senhor Deputado Fernando Ermida Rebelo remete justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 29 de junho. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Bodiosa envia parecer da Assembleia de 22 de junho, sobre a reorganização administrativa. -----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio remete, via correio eletrónico, justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 29 de junho. -----

- A AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu envia felicitações pela nomeação de Viseu como a melhor cidade para se viver e desejo de sucessos. -----

- A Junta de Freguesia de Orgens envia cópia da Ata com parecer da Assembleia de Freguesia sobre a Lei nº 22/2012 de 30 de maio. -----

- A Senhora Deputada Aldina Conceição F. Almeida remete justificação para a sua falta na Assembleia Municipal de 29 de junho. -----

- A Assembleia de Freguesia de Calde envia parecer sobre a Reorganização



- Administrativa. -----**
- A Assembleia de Freguesia do Mundão envia documento sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, envia agradecimento a todos por Viseu ter sido considerada pela DECO a melhor cidade para viver. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Cavernães envia Moção sobre a Reforma Administrativa do Território. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Bodiosa envia parecer sobre a Reorganização Administrativa Territorial. -----
 - O Grupo Parlamentar “Os Verdes” remete, Via correio eletrónico, pergunta dirigida ao Ministério da Saúde sobre a falta de médicos na extensão de Saúde de Silgueiros. -----
 - A Comunidade Intermunicipal Região Dão Lafões informa que a próxima Assembleia é dia 28 de setembro pelas 18 horas. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu informa da reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 26 de julho. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Lordosa envia Moção sobre a Reforma Administrativa. ---
 - A Assembleia de Freguesia de Barreiros envia documento sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - O Senhor Deputado Alberto Ascensão solicita cópias das atas das sessões da Assembleia Municipal de 27-06-1997 e de 25-04-2011. -----
 - O Senhor António José Silveira Policarpo envia sugestões para a Assembleia Municipal sobre D. Afonso Henriques. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Santos Evos envia parecer sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Coração de Jesus envia parecer e proposta sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A UTRAT – Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, envia ofício sobre a necessidade de pronúncia das assembleias municipais sobre a Lei nº 22/2012 de 30 de maio. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Abraveses envia parecer sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A Comunidade Intermunicipal Região Dão Lafões remete cópia do ofício enviado ao Senhor Presidente da República sobre a reforma da organização judiciária da Região Dão Lafões. -----
 - O Senhor Deputado Tiago Escada requer a alteração do seu NIB para pagamentos das senhas da Assembleia Municipal. -----
 - O Teatro Viriato envia a apresentação da Temporada de setembro a dezembro. -----
 - A Junta de Freguesia de Vil do Souto envia cópia da Ata nº 14 da Assembleia de Freguesia da reunião de 5 de setembro de 2012. -----
 - A Junta de Freguesia de S. Cipriano envia cópia da Ata da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A Junta de Freguesia de Torredeita envia parecer da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A Junta de Freguesia de Fragosela envia cópia da Ata da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A Junta de Freguesia de S. José envia Parecer da Assembleia de Freguesia sobre a reorganização administrativa. -----
 - A Junta de Freguesia de S. João de Lourosa envia cópia da Ata da Assembleia de Freguesia de 14 de setembro, sobre a Reorganização Administrativa. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Derrama. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia



- Municipal de 24 de setembro – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – Taxas. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Isenção de IMI – ACRRU – Edifícios objeto de Reabilitação na R. Chão do Mestre 111-113 e R. do Comércio 46-50. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Proposta de autorização de abertura de procedimento concursal para o preenchimento de 2 postos de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Área de Engenheiro Civil – Renovação. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Proposta de autorização de abertura de procedimento concursal para o preenchimento de um número máximo de 3 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Programa de enriquecimento curricular aos alunos do 1º CEB, para o ano letivo de 2012/2013. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Desafetação de Bens do Domínio Público – Parcela B – Antigo troço do caminho público de Rio de Loba. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Desafetação de Bens do Domínio Público – Parcela situada na E. N. 16 – Pascoal – Freguesia de Abraveses. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Assembleia Municipal de 24 de setembro – Informação escrita acerca da Atividade e situação financeira do Município. -----
 - O Senhor Deputado José António S. Esteves Correia solicita a sua substituição no Grupo Parlamentar do PSD até 3 de janeiro de 2013. -
 - A Senhora Deputada Fernanda Sul Ferreira solicita a suspensão de mandato durante 30 dias. -----
 - O Senhor Deputado António Correia de Campos solicita a sua substituição no Grupo Parlamentar do PS por 30 dias. -----
 - A Senhora Deputada Daniela Filipa Cardoso Pereira solicita a suspensão de mandato durante 30 dias. -----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido. -----
 - Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012. -----
 - Por via oficiosa foi dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu de um Voto de Louvor às Cavalhadas de Teivas aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012. -----
 - Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente das Cavalhadas de Teivas a informação da aprovação por unanimidade de um Voto de Louvor às Cavalhadas de Teivas, na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012. -----
 - Por via oficiosa foi dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu do Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012. -----
 - Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente das Cavalhadas de Vildemoinhos



- a informação da aprovação por unanimidade de um Voto de Louvor às Cavalladas de Vildemoinhos na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012. -----
- Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu a eleição na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012 do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá, José Ernesto Pereira da Silva para participar no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----
 - Foi remetido um ofício para o Senhor Deputado José dos Santos Costa informando que, por despacho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi justificada a falta dada na Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril, mas as restantes faltas não foram justificadas por ter ultrapassado o prazo definido em regimento. -----
 - Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia de uma proposta de recomendação apresentada na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012 pelo Senhor Deputado Carlos Vieira e Castro do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. -----
 - Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu informação de que na Sessão Ordinária desta AM do dia 29 de junho de 2012 foi aprovado um Voto de Louvor ao Executivo Camarário pelo esforço e pelos resultados obtidos no estudo divulgado pela DECO. -----
 - Foi enviado ofício ao Partido CDS/PP informando que foi convocada a Senhora Deputada Ana Cristina Esteves da Silva para substituir o Senhor Deputado Rui Alexandre Rodrigues dos Santos que pediu a renúncia de mandato nesta Assembleia Municipal. -----
 - Foi enviado por via oficiosa para os Líderes dos Grupos Parlamentares a relação das faltas deste mandato dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. -----
 - Foi enviado por correio eletrónico para os Líderes dos Grupos Parlamentares convite para estarem presentes na Assembleia Municipal para a reunião do Grupo de Trabalho a realizar em julho. -----
 - Foi enviado por correio eletrónico para os Líderes dos Grupos Parlamentares informação sobre o prazo para a pronúncia das assembleias municipais terminar em 15 de outubro de 2012. -----
 - Foram enviadas por correio eletrónico cópias dos pareceres de diversas assembleias de freguesia remetidos a esta AM sobre a Reorganização Administrativa ao grupo de trabalho e ao coordenador do estudo. -----
 - Foi enviado por correio eletrónico aos Membros da AM o agradecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, por Viseu ter sido considerada pela DECO a melhor cidade para viver. -----
 - Foi comunicado por correio eletrónico ao Senhor Deputado Alberto Ascensão que as atas das sessões da Assembleia Municipal só se encontram disponíveis no site a partir de 2008. -
 - Foi enviado, por correio eletrónico, ao Grupo de Trabalho e ao coordenador do estudo cópia do ofício da UTRAT – Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, sobre a necessidade de pronúncia das assembleias municipais sobre a Lei nº 22/2012 de 30 de maio. -----
 - Foi enviada por correio eletrónico ao Grupo de Trabalho, convocatória para uma reunião sobre a Reorganização Administrativa do Território. -----
 - Foi enviado por via oficiosa para o Partido Social Democrata informação de que, em virtude do pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal José Esteves S. Correia, foi convocado o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias a tomar parte no Grupo Parlamentar do PSD nesta Assembleia. -----
 - Foi enviado por via oficiosa para o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias convocatória para fazer a respetiva substituição no Grupo Parlamentar do PSD, em virtude do pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado Municipal José Esteves S. Correia. -----
 - Foram enviados por via oficiosa para os Partidos, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Vereadores e Comunicação Social, a



Convocatória e Edital da próxima Assembleia Municipal, dia 24 de setembro. -----

- Foram enviados ofícios ao Jornal do Centro e Diário Regional para publicação do edital. -

- Foi enviado por via oficiosa para o Partido Socialista informação de que, em virtude do pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Fernando Correia de Campos, foi convocado o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos a tomar parte no Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia. -----

- Foi enviado por via oficiosa para o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos convocatória para fazer a respetiva substituição no Grupo Parlamentar do PS, em virtude do pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado Municipal António Fernando Correia de Campos. -----

- Foi enviado por via oficiosa para o Partido Socialista informação de que, em virtude do pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Fernanda Sul Ferreira, foi convocado o Senhor Deputado José Pedro Esteves Gomes a tomar parte no Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia Municipal. -----

- Foi enviado por via oficiosa para o Senhor Deputado José Pedro Esteves Gomes convocatória para fazer a respetiva substituição no Grupo Parlamentar do PS, em virtude do pedido de suspensão de mandato da Senhora Deputada Municipal Fernanda Sul Ferreira. -----

- Foi enviado por e-mail para o Senhor Deputado António José Lopes Coelho convocatória para fazer a respetiva substituição no Grupo Parlamentar do PSD, em virtude do pedido de suspensão de mandato da Senhora Deputada Municipal Daniela Filipa Pereira. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Muito bom dia. Agradecia que se sentassem para começarmos a nossa sessão. Peço também aos partidos políticos, que ainda não fizeram as suas inscrições no Período Antes da Ordem do Dia, para o fazerem. Cumprimentava as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras e Público presente. Vamos então dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, obviamente que vamos começar pelo Período Antes da Ordem do Dia, mas antes de começarmos a sessão propriamente dita, iria colocar à consideração e à votação dos Senhores Deputados a Ata da Sessão Extraordinária Comemorativa do Vinte e Cinco de abril e a Ata da Sessão Ordinária realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e doze. Primeiro vou pôr à consideração a Ata do Vinte e Cinco de abril. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados tem alguma questão a levantar sobre esta Ata? Não tenho nenhum pedido para o uso da palavra, vou colocar à votação. *Aprovada por unanimidade.* Vamos colocar agora à consideração a Ata do dia vinte e nove de junho de dois mil e doze. Pergunto se algum dos Senhores Deputados ou das Senhoras Deputadas tem alguma questão a levantar? Também não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou colocar à votação. *Aprovada por unanimidade.* Aproveitava para dar algumas informações aos Senhores Deputados sobre o Grupo de Trabalho que foi constituído para efeitos da Reforma Administrativa. Como é do conhecimento, esse Grupo de Trabalho é constituído pela Mesa, por um representante de cada um dos partidos e três Senhores Vereadores, dois do PSD e um do PS. Este Grupo de Trabalho definiu uma metodologia, que passou pela encomenda de um estudo à Escola Superior de Tecnologia, ramo do Instituto Politécnico de Viseu, que nos pudesse servir de base para a nossa reflexão. Esse estudo foi entregue e já foi formalmente apresentado ao Grupo de Trabalho no dia do Município, no dia vinte e um de setembro, em que passou a partir desse dia, a ser um estudo do domínio público e também do domínio de todos os membros desta Assembleia Municipal. A D. Isabel irá enviar por email, ao longo do dia de hoje a todos os membros da Assembleia Municipal., quer aos membros eleitos, quer aos Senhores Presidentes de Junta, o estudo preparado pela Escola Superior de Tecnologia. A metodologia de trabalho que está prevista é a seguinte: os partidos políticos neste momento têm o estudo para poderem



promover o debate interno, em cada um dos partidos. Há disponibilidade da equipa que construiu o estudo para este mesmo debate, o que irá acontecer agora nos próximos dias, a solicitação dos partidos políticos. Está prevista, de acordo com a metodologia que foi definida, uma assembleia municipal informal, portanto não será uma assembleia municipal no formato desta, mas será uma reunião informal para a qual serão convidados todos membros da Assembleia Municipal e o Executivo, e iremos convidar, de acordo com o protocolo da Câmara Municipal, todas as Entidades que fazem parte do protocolo, para enviarem um representante a essa sessão, exatamente para que o debate seja mais alargado. Esta sessão vai ser no dia quatro de outubro, às dezoito horas, em princípio aqui na Assembleia Municipal, ou se de facto o número de inscrições for elevado, que não caibamos todos aqui, iremos procurar uma solução alternativa. A metodologia passará pela apresentação do estudo, por parte das pessoas que o fizeram, da equipe chefiada pelo Professor Alfredo Simões, e darei depois a palavra a cada um dos partidos políticos representados na Assembleia Municipal, para fazerem as intervenções iniciais e depois disso alargarei o debate a todas as pessoas que estejam presentes na sala. O objetivo dessa sessão é fazer um debate público sobre a matéria, coisa que tinha ficado acordada no âmbito do Grupo de Trabalho. Nesse mesmo dia, quatro de outubro, depois da sessão, reunirá de novo o Grupo de Trabalho, para ver se de facto existe um consenso alargado em relação ao modelo a seguir. Portanto, depois da reunião desse Grupo de Trabalho, poderá resultar uma apresentação de proposta formal à Assembleia, ou poderá não resultar, nos termos da Lei. Depois seguir-se-á, no dia doze de outubro, uma assembleia municipal extraordinária, às dezassete horas, que será marcada para deliberar, ou sobre uma proposta que seja apresentada à Assembleia, ou deliberar pela não apresentação de proposta. Portanto, esta é a metodologia que está definida para este trabalho, sendo que, como sabem, temos depois a data limite, que é dia catorze de outubro para remeter à Assembleia da República. Era só para que todos os membros da Assembleia Municipal e os cidadãos ficassem com o conhecimento perfeito de toda a metodologia que vamos seguir e foi acordada no contexto do Grupo de Trabalho que foi constituído nesta Assembleia Municipal. Pergunto se algum dos Senhores Deputados ficou com alguma dúvida sobre esta metodologia? Se não, então a informação está dada e passará a constar da Ata da Assembleia Municipal de hoje. Esgotado então este período de aprovação de Atas e de informação, o Período Antes da Ordem do Dia, iríamos entrar no Período da Ordem do Dia. Dava então dar a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

-UM - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu ia fazer uma intervenção no domínio da saúde, e como penso que é do conhecimento de todos, existem vários problemas na área da saúde no concelho de Viseu. Penso que em relação à fisioterapia, finalmente o problema será resolvido com a transferência de uma clínica para o concelho de Viseu, clínica essa que tem um acordo com o Serviço Nacional de Saúde. É um pouco lamentável que uma Lei, a chamada Lei das Convenções, e havendo também empresas em Viseu no domínio da fisioterapia, e havendo até pessoas interessadas noutras convenções, que uma Lei que já tem mais de uma dezena de anos não seja regulamentada e não possibilite a livre iniciativa privada. Em termos destes domínios das convenções, continuamos um pouco como nos PALOP. De qualquer maneira, saudamos a vinda de uma Clínica com esta convenção para o concelho de Viseu e neste momento é um bem para os nossos doentes. E por isso ainda bem que veio esta convenção, mas entendemos que o regime das convenções deveria ser profundamente alterado. Também temos um problema grave no âmbito dos cuidados primários, temos aqui no concelho de Viseu milhares de utentes sem médico de família. Pensamos que o problema possa ser atenuado a curto prazo, mas não resolvido. A resolução desse problema também nos próximos anos só é possível de uma vez por todas, quando se assuma a possibilidade legal de contratação de médicos reformados. É óbvio que essa



contratação deverá ser feita por interesse público, terá de ser feita a título excepcional, num período transitório, até haver, como é óbvio, médicos em número suficiente que permitam a cobertura. E por isso entendemos que deveria haver esta mudança, para de uma vez por todas resolver a situação. O problema não é tão grave, não será no futuro tão grave em Viseu como é óbvio, será dramático nalguns concelhos do interior, com a falta de médicos que é previsível que se vá acentuar. Na sequência da tomada de posição do Senhor Presidente do Concelho do Centro Hospitalar Cova da Beira, que questiona o estudo técnico que aponta para a instalação da Unidade de Radioterapia e também da Unidade de Medicina Nuclear no Centro Hospitalar Tondela/Viseu, não podemos deixar de exprimir também a nossa perplexidade. Estamos perante um estudo técnico, um estudo isento, de uma instituição de referência, que é a Entidade Reguladora da Saúde. Este equipamento já tinha sido aprovado anteriormente, concretamente em dois mil e quatro, pelo então Ministro da Saúde. Os doentes do foro oncológico, toda a gente sabe, são doentes muito especiais, doentes que têm um grande sofrimento físico, um grande sofrimento psíquico, e que devem ter uma resposta de qualidade e de proximidade a nível de Centro Hospitalar, sem necessidade de terem que percorrer muitas vezes centenas de quilómetros para ter o seu tratamento. Por isso estamos a falar de uma coisa muito simples, que se chama “humanização” na prestação de cuidados. E por isso não é aceitável que os estudos técnicos apontem para a localização em Viseu, e que alguns procurem pôr em causa. Compreendemos todos que haja limitações neste momento em termos de investimento, mas estamos, como sabemos, perante aquilo que se chama uma necessidade urgente. Também nesta área penso que podem ser encontrados modelos de gestão que favoreçam o interesse público e permitam, quer a aquisição dos equipamentos, quer o funcionamento dos serviços. Esperemos também que o tempo do “amiguismo” nas decisões tenha acabado, como aconteceu na Faculdade de Medicina para a Covilhã, em que também, nessa altura, também o estudo técnico de Viseu apontava também para ser o melhor estudo e a melhor localização. Por isso, exigimos correção, exigimos também transparência e critérios técnicos na decisão. Não estamos, como é óbvio, todos contra ninguém, defendemos o que é justo e correto, mas temos que estar todos atentos na defesa desta justa reivindicação. Penso que os profissionais de saúde do Centro Hospitalar e os doentes também o merecem. Assim, apresentamos a seguinte Proposta: *Considerando que o Centro Hospitalar Tondela/Viseu E.P.E. é uma instituição de saúde de referência na Região Centro e é também já hoje uma Unidade de Referência no âmbito das doenças oncológicas. Considerando que o Centro Hospitalar é um hospital central que deverá ser dotado de recursos técnicos e humanos para cumprir a missão que está prevista para a sua categorização. Considerando que as Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear são uma necessidade sentida por gestores, profissionais de saúde e doentes, e cuja proposta já tinha sido aprovada em dois mil e quatro pelo então Ministro da Saúde. Considerando que a necessidade e a viabilidade destes serviços foram recentemente justificados por um estudo da Entidade Reguladora da Saúde. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, solicita ao Ministério da Saúde a instalação urgente das unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear, serviços necessários e imprescindíveis para dar resposta às necessidades dos doentes, com a qualidade necessária e conforme se exige a um Centro Hospitalar com a classificação e a diferenciação técnica do Centro Hospitalar Tondela/Viseu E.P.E., e de acordo com o estudo técnico da Entidade Reguladora da Saúde. Com o reconhecimento do PSD em que pretendemos dar conhecimento ao Senhor Primeiro Ministro e ao Ministro da Saúde. No domínio também da Rede de Cuidados Continuados de Saúde, nomeadamente os cuidados integrados, o concelho de Viseu tem carência que é urgente que sejam resolvidos. Assim, também propomos a seguinte Proposta: *Considerando que o concelho de Viseu não tem qualquer Unidade de Cuidados Continuados de internamento, em funcionamento. Considerando que o crescente envelhecimento da população e o maior peso das doenças crónicas, é absolutamente necessário e imprescindível que o concelho de Viseu seja dotado de**



equipamentos que deem resposta aos doentes que necessitem de cuidados de saúde de convalescença, ou de apoio especializado por períodos de tempo mais longos, principalmente idosos e pessoas em situações de dependência. Considerando que foram suspensas quatro candidaturas destinadas à construção de Unidades de Internamento, por inexistência de cobertura orçamental. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, reafirma a necessidade destes equipamentos no concelho de Viseu e solicita que seja resolvido com urgência a adequada cobertura orçamental, de modo a permitir a construção e o funcionamento das Unidades de Internamento da Rede de Cuidados Continuados Integrados. Também deverá ser dado conhecimento ao Senhor Primeiro Ministro, Ministro da Saúde e também ao Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, que é parceiro neste âmbito das Unidades de Cuidados Continuados. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Estão então em debate as duas Propostas apresentadas, uma sobre o Centro Oncológico e outra sobre a Unidade de Cuidados Continuados. Pergunto se algum dos Senhores Deputados pretende se pronunciar? Tem a palavra, Senhor Deputado. -----

-DOIS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas e Público em geral. O Partido Socialista não podia deixar de estar de acordo com as moções aqui apresentadas. Contudo, e em relação a alguns considerandos que foram aqui instituídos, nomeadamente em relação à contratação de médicos reformados, penso que essa situação não será a mais indicada, não sei, mas de qualquer forma terá que ser uma situação transitória eventualmente, mas é passível de se encontrar outras soluções para colmatar essas eventuais lacunas, que é uma questão estrutural, e penso que neste momento caminha-se no sentido de se vir a resolver num futuro próximo. Quanto ao Centro Oncológico, ultimamente foi feito realmente um estudo, e mais, a administração anterior nomeou uma equipe que chegou à conclusão final dos trabalhos e em que estava praticamente definido e encontrada a forma do financiamento sem dinheiros públicos, e essa situação seria fácil de conseguir se efetivamente fosse concretizado esse projeto. Viseu ganharia, ganharia porque efetivamente até os nossos doentes não necessitariam de se deslocar para Coimbra e sujeitos a todos os malefícios da deslocação, assim como se tornaria mais económico, porque escusavam de se estar a envolver outros custos no transporte dos doentes para lá. Portanto, não haveria envolvimento de dinheiros públicos, quer na construção, quer na aquisição, quer na concessão do Centro Oncológico, apenas haveria a contribuição normal dos custos do exercício dos cuidados prestados a quem deles necessitasse. Que também penso que seria diminuta, uma vez que diminuía os custos do transporte para onde hoje se faz esse serviço. Quanto à Rede de Cuidados Continuados, pois estranhamente nós aqui já em outras alturas expressámos isso, Viseu realmente ficou um bocado atrasado em relação à construção de estruturas para esse fim. Também estamos de acordo que deverá realmente ser disponibilizada verba para a construção daqueles que são necessários em Viseu e diria mais, eu penso que é muito mais razoável e muito mais económico, em vez de construirmos grandes estruturas, que só por si é um grande investimento, e depois se gasta muito dinheiro na sua manutenção, se deve dar prioridade à criação de equipas multidisciplinares que façam a prestação dos cuidados continuados sempre que possível no domicílio, porque é o sítio ideal para que isso aconteça e o doente está no seu meio ambiente. E além do mais, temos mão de obra bastante disponível, nomeadamente há muitos enfermeiros que são profissionais altamente qualificados para prestarem esses cuidados e que estão a ser penalizados, estão a ser desprezados e exportados para o estrangeiro, e quando são precisos cá em Portugal, e seria uma forma de se diminuir este flagelo, quer da deslocação dos jovens, quer das pessoas que precisam destes cuidados e não os têm. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O



Senhor Deputado Ermida Rebelo. -----

-TRÊS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDO ERMIDA REBELO(PSD):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores do Executivo, Caros Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social. Este assunto da Radioterapia e da Medicina Nuclear, como compreendem, até pelas funções que desempenho, é um assunto que eu considero de extrema relevância e solicitava a vossa atenção e designadamente também da Comunicação Social, no sentido de, não quero criar uma analogia com o caso da Universidade Pública para Viseu, nem tão pouco com a Faculdade de Medicina, ou ainda com a autoestrada Viseu/Coimbra. De qualquer forma, este assunto da Radioterapia e da Medicina Nuclear deve ser encarado pelos viseenses, e entendam viseenses não residentes no concelho de Viseu, mas toda a população abrangida pela área de influência do Centro Hospitalar de S. Teotónio, ou Tondela/Viseu, no sentido de agregar toda uma vasta região. É um assunto que não diz respeito só aos viseenses enquanto membros deste concelho, mas a toda uma vasta região que é centralizada em Viseu e que tem como elo de ligação esta Unidade Hospitalar. E peço para os agentes políticos, principalmente aqueles com mais influência, ou com mais poder, que encarem esta situação como uma situação, digamos, de empenho, como uma situação que transmita algo que deve ser unir e não iniciativas individuais, que muitas vezes os pressupostos não são sempre verdadeiros. Eu farei aqui sucintamente, dentro do tempo que me é proposto, um histórico sobre esta situação, para estarmos todos por dentro do assunto da Radioterapia e da Medicina Nuclear no Hospital de S. Teotónio de Viseu, e não vou frisar nomes de Ministros, mas pelas datas que eu vou enunciar os Senhores tirem as ilações e ficam com uma visão completa do assunto. Em três de setembro de 2004, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, na altura Hospital S. Teotónio SA, solicitou ao Ministério o pedido de criação e instalação de uma Unidade de Medicina Nuclear no Hospital S. Teotónio. Em dezassete de dezembro de 2004, o Senhor Ministro da Saúde de então faz o seguinte Despacho: “ Autorizo a criação de uma Unidade de Medicina Nuclear em regime de ambulatório para o Hospital S. Teotónio SA em Viseu, aprovo o respetivo Plano Funcional”. Em dezassete de junho de 2005, na última Assembleia Geral universal da sociedade Hospital S. Teotónio SA, onde houve a transição do Conselho de Administração da altura, a que eu presidi, para o Conselho de Administração cessante, no Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos discutia-se o investimento superior a 2% do Capital Social, para a criação da Unidade de Medicina Nuclear e Radioterapia, que teve nessa altura já o parecer favorável do fiscal único da referida sociedade. Portanto, em dezassete de junho de 2005 o acionista Estado propôs nessa assembleia e votou favoravelmente que “a matéria em apreço não seja objeto de deliberação na presente Assembleia Geral”, emitindo a seguinte declaração de voto: “O acionista Estado deliberará brevemente sobre os projetos de investimento propostos a esta Assembleia Geral, através de uma deliberação social unânime, por escrito”. Em vinte e sete de abril de 2011, o Senhor Ministro da Saúde aprova a Rede de Diferenciação Hospitalar de Medicina Nuclear, é um documento do próprio Ministério, em que valida, para o Centro Hospitalar Tondela/Viseu, um serviço de Medicina Nuclear e para o Centro Hospitalar Cova da Beira, na Covilhã, outro serviço de Medicina Nuclear. Todos estes serviços de Medicina Nuclear depois drenavam para a Radioterapia, o Centro Hospitalar Tondela/Viseu para o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, e o Centro Hospitalar Cova da Beira para o IPO de Coimbra. A situação em março de 2012 é a seguinte: em relação à Radioterapia, existem em Portugal Continental vinte e três Unidades/Estabelecimentos que realizam Radioterapia. Sete estão na ARS Norte, quatro de natureza pública e três de natureza privada; dois estão na ARS Centro, dois de natureza pública; doze estão na ARS Lisboa e Vale do Tejo, oito de natureza privada e quatro de natureza pública; um na ARS do Alentejo, de natureza pública; um na ARS do Algarve, de natureza privada. Estes vinte e três estabelecimentos de Radioterapia dispõem no total de quarenta Aceleradores Lineares, que são os aparelhos que efetivam a



radioterapia. Deste quarenta, quinze estão na ARS Norte; cinco estão na ARS Centro; dezassete estão na ARS Lisboa e Vale do Tejo; dois no Alentejo e um no Algarve. O anterior Ministério da Saúde aprovou, devido ao documento de Desenvolvimento Estratégico da Radioterapia em Portugal para as próximas décadas, da responsabilidade, na altura, do Alto Comissariado para a Saúde e a Coordenação Nacional para as Doenças Oncológicas, autorização, mas não estão instalados, de mais Aceleradores Lineares: dois para a ARS Norte e um para a ARS Lisboa e Vale do Tejo. Posteriormente, em 2010, princípios de 2011, esta Comissão autoriza a instalação de mais dois Aceleradores Lineares, um situado no Centro Hospitalar do Alto Ave, entenda-se Guimarães/Fafe, e mais dois no Centro Hospitalar Cova da Beira. Foi esta situação que o atual Ministério encontrou. Eram os únicos que estavam aprovados. Estes últimos aprovados, mas não instalados. Dada a necessidade de se analisar a atual situação da prestação de cuidados de saúde de radioterapia em Portugal Continental, o Ministério da Saúde solicitou à Entidade Reguladora da Saúde que elaborasse um estudo em conformidade, isto é, o acesso a concorrência e a qualidade do setor de prestação de cuidados de saúde de radioterapia externa. É um documento que tem cento e sessenta e oito páginas e que muitas vezes, presumo eu, as pessoas não o leram todo. Este documento verificava a rede instalada e daí preconizava, ou avaliava, o tempo de viagem máximo, quer de 60 minutos, quer de 45 minutos, para as populações, desde o seu local de residência até ao estabelecimento onde eram prestados esses cuidados. A situação em março de 2012 era a seguinte: 83% da população portuguesa está a 60 minutos de viagem por estrada, entre a residência e o estabelecimento; 69% da população portuguesa está a 45 minutos. Evidentemente que existe uma grande heterogeneidade entre as diferentes ARS, com prejuízo na ARS Centro e na ARS do Alentejo. Na ARS Centro, os cinco Aceleradores Lineares estão concentrados numa única rua, Rua Bissaia Barreto, uns a norte, no IPO e outros a sul da rua, no Hospital Universitário de Coimbra. Evidentemente que Viseu não foge à regra nesta área, e quando falo em Viseu, falo nesta área de influência de qualidade em Viseu, que a doença oncológica infelizmente não regista os melhores indicadores, designadamente os últimos indicadores conhecidos da doença oncológica a nível nacional são de 2008 e identificam como os cancros mais frequentes, o cancro do cólon e do reto com 15.99%; o cancro da mama com 12.45%; o cancro da próstata com 11.78%; o cancro do pulmão com 7.59%; o cancro do estômago com 6.66%; etc, até fazermos a totalidade das situações oncológicas em Portugal. A região de Viseu nestas situações, enfim, não foge à regra, antes pelo contrário, tem, devido ao envelhecimento da sua população, tido uma estatística um bocadinho maior. A situação da Radioterapia na nossa região, na ARS Centro a situação atual: 56% da população está a 60 minutos do estabelecimento de radioterapia; e 38% está a 45 minutos. Caso fosse instalado, e eu não estou aqui a menosprezar a situação da Cova da Beira, se é ou não legítima a instalação na Cova da Beira, agora, quando põem a questão: ou a Cova da Beira, ou Viseu, aí não tenho dúvidas, e o estudo reflete o seguinte. Se os dois Aceleradores Lineares fossem colocados no Centro Hospitalar Cova da Beira, a população a 60 minutos passaria de 56% a 71%; a de 45 minutos passaria de 38% para 53% na ARS Centro. Se fosse instalado, em alternativa à Cova da Beira, no Hospital S. Teotónio, esta percentagem aumentaria para 77% a 60 minutos e a 60% a de 45 minutos. Então a Entidade Reguladora da Saúde concluiu: A instalação de dois Aceleradores Lineares no Centro Hospitalar Tondela/Viseu, em alternativa à instalação de dois novos Aceleradores Lineares no Centro Hospitalar Cova da Beira, verifica que a percentagem de cobertura aumentaria para 87% a nível nacional, com o aumento da cobertura na região Centro para 77% dentro do limite de tempo de viagem de 60 minutos em estrada, entre a residência e o estabelecimento, pelo que se constatou que esta seria a medida mais adequada, com benefícios superiores de dois novos Aceleradores Lineares no Centro Hospitalar Cova da Beira, verificando também que a percentagem de cobertura aumentaria para 79%, ao incremento da cobertura de 60%, entre o limite de tempo de 45 minutos. Pelo que tal, conclui que o reforço desta seria a medida mais adequada, com



benefícios superiores à instalação de dois novos Aceleradores Lineares no Centro Hospitalar Cova da Beira. A par disto, deixe-me só concluir, Senhor Presidente, é o seguinte: o Centro Hospitalar de Viseu, em relação ao da Cova da Beira, enfim, é uma disparidade total, quer em termos de dimensão física, humana e existencial. Para dar um exemplo: a capacidade existencial do nosso Hospital reflete, só por si, o Hospital S. Teotónio, mais do que se juntássemos três unidades diferentes, que era a ARS da Guarda, o Hospital da Guarda, o Hospital da Covilhã e o Hospital de Castelo Branco. Para dar um exemplo: o Centro Hospitalar Tondela/Viseu realiza por ano, realizou por ano, em 2011, dois mil partos, ou mais de dois mil partos, as três unidades juntas, Guarda, Covilhã e Castelo Branco, não realizam sequer 70% do que realiza Viseu, e isso repete-se a nível das cirurgias, a nível de todas as atividades existenciais. Portanto, há uma disparidade muito grande, sendo certo que a capacidade técnico-científica do Centro Hospitalar Tondela/Viseu praticamente só é derrotada com a radioterapia. Recentemente o Conselho de Administração assinou com a Liga Portuguesa contra o Cancro, que foi tornado público, um protocolo no âmbito do carcinoma da mama, em que as Unidades Moveis da Liga Portuguesa contra o Cancro, que são disseminadas e abrangem todos os concelhos, fazem aqueles rastreios do Programa Nacional, todas as Senhoras em que são detetadas anomalias nesse rastreio eram referenciadas para o IPO de Coimbra, para os IPO'S de Lisboa e para os IPO'S do Porto. Viseu, neste momento com este protocolo, passa a ser o único estabelecimento no interior do País em que essas Senhoras, que são rastreadas e que pertencem ao Centro Hospitalar Tondela/Viseu, são diretamente referenciadas para a Unidade de Patologia da Mama do Centro Hospitalar. Todo o tratamento cirúrgico é feito, só a Radioterapia é que é remetida para Coimbra. Portanto, os Senhores têm os dados, peço a vossa particular atenção a este assunto da Radioterapia. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-QUATRO - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público e Comunicação Social presente. Naturalmente que não vou entrar nos meandros técnicos que me escapam. De qualquer modo, lembraria apenas que relativamente à questão da incorporação dos médicos reformados no Serviço Nacional de Saúde, que isto resulta de sucessivos anos de proteção corporativa pelos sucessivos governos, do PSD e do PS, e hoje de facto chegamos a esta situação, com alunos com notas para entrarem em Medicina que têm que ir estudar para o estrangeiro, ou tinham, e com a necessidade de importar até médicos, quando podíamos estar, em vez de estarmos a exportar mão de obra barata, podíamos estar a exportar neste momento médicos, como já vamos exportando enfermeiros. Naturalmente que a Rede de Cuidados Continuados é fundamental, por isso mesmo, o Bloco de Esquerda de Viseu, juntamente com o Deputado João Semedo, numa reunião que tivemos com a Administração do Hospital S. Teotónio, já há uns dois anos salvo erro, demos conta disso e naturalmente que também ressalta a falta de atenção que a sociedade e que os sucessivos governos têm tido relativamente às camadas mais idosas da população. Já não produzem, são descartáveis, metem-se nuns armazéns, nalguns ditos Lares, nalguns casos são antecâmaras da morte. Naturalmente que o serviço de radioterapia e de medicina nuclear, e atendendo à descrição que o Senhor Deputado Ermida Rebelo aqui fez, não posso deixar de notar a falta de peso da classe política de Viseu, relativamente à influência nos governos que têm estado à frente dos destinos da República. E isto também acontece porque, como de resto foi proferido aqui, há a analogia com a questão da Universidade e da Faculdade de Medicina, isso tem a ver de facto com a falta de arrojo e falta de iniciativa, naturalmente por estarem reféns de interesses privados locais, no caso da Universidade, não vou voltar a referir, mas já denunciámos isso várias vezes. Portanto, face a esses considerandos, não podíamos deixar de votar favoravelmente as Moções que o Senhor



Deputado Mota Faria aqui apresentou. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Tiago Pinhel. -----

-CINCO - O SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP): Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público. É uma intervenção curta, aliás, acho que já foi tudo dito, o estudo apresentado relativamente ao Centro de Medicina Nuclear e ao Serviço de Radioterapia justifica por si só a proposta que aqui foi lançada, e portanto estamos totalmente de acordo e votaremos a proposta favoravelmente. Quanto à proposta e às questões levantadas relativamente às Unidades de Cuidados Continuados, naturalmente também é de todo o nosso interesse fazer um ponto de situação relativamente a essa inexistência de cobertura orçamental e deixar aqui uma nota, que será interessante ter em atenção principalmente as Unidades que já começaram obra e que estão para já por sua conta, mesmo não havendo, ou mesmo tendo existido esta postura por parte do Ministério da Saúde. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Pergunto ao Senhor Deputado Mota Faria se quer responder como autor das duas Propostas? Tem a palavra. -----

-SEIS - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Quando falei dos médicos reformados não foi em considerandos às propostas, falei na introdução, como falei da fisioterapia, e quanto aos médicos reformados, é uma coisa muito simples, não queremos manter cidadãos de primeira e de segunda no atendimento, na prestação de cuidados, ou seja, não há solução a curto e a médio prazo, temos uma solução, que são pessoas que até se disponibilizam para trabalhar, mas não há um quadro legal que os permita contratar. Aquilo que somente é colocado em cima da mesa, é por interesse público, a título excecional, num período relativamente transitório, até haver médicos que preencham essas vagas, contratem-se médicos reformados, pura e simplesmente isso. É mudar o quadro legal que permita essa contratação. Não é abrir nenhuma exceção de classe, não é nada disso. Certamente houve erros que foram cometidos anteriormente, mas é só possibilitar este aspeto simples. É contratar para resolver o problema das pessoas, e quando as pessoas andam sempre a falar nas pessoas, este é um caso de resolver o problema das pessoas. Outra situação tem a ver com as Unidades de Cuidados Continuados. Não é possível, e já não vou falar do que foi a aprovação das candidaturas, não entro nesse âmbito, tinham cento e vinte e três camas previstas para o concelho de Viseu. É óbvio que é preciso internamento, é também preciso cuidados integrados no domicílio, é preciso as duas coisas, o que nós estamos a falar é da continuidade de cuidados, e há continuidade de cuidados que não têm condições familiares, e por outro lado há situações de doença que necessitam de internamento, ainda o prolongamento do internamento. Por isso, Viseu não pode ter zero camas a este nível e as pessoas terem os seus familiares em concelhos vizinhos, isto é que não pode acontecer, é haver internamentos nos concelhos envolventes ao concelho de Viseu. Por isso, isto tem que ser resolvido. Houve um erro, foram formadas candidaturas sem cobertura orçamental, agora vamos todos fazer sentir junto do Ministério da Saúde que isto é urgente em termos de Viseu. Quanto ao que aqui já foi dito sobre as Unidades de Radioterapia e Medicina Nuclear, é urgente a nossa união, todos, de uma vez por todas, em prol dessa situação. Não esquecemos é uma coisa, é que houve um momento em que houve uma prioridade e depois diz-se assim: Isto não é prioridade, a prioridade é a informatização interna e unidades funcionais, e deixou-se cair aquela prioridade. Vamos agora, de uma vez por todas, pôr esta prioridade em primeiro, e vimos aqui, e saúdo aqui a presença, embora não fosse nessa condição, do Presidente do Conselho de Administração que está, e vimos, empenhadíssimo disto. Vamos todos então aqui estar e dar força política a esta reivindicação de Viseu. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Vou



então colocar à votação, primeiro a proposta do Centro Oncológico e depois sobre a Unidade de Cuidados Continuados. Está à votação. Aprovada por unanimidade. Agora sobre a Unidade de Cuidados Continuados, está também à votação. Aprovada por unanimidade. E serão enviadas para as entidades que aqui foram referenciadas. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

-SETE - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. É uma intervenção simples, mas que no fundo espelha o lamento que o Partido Socialista tem e não quisemos deixar passar esta Assembleia Municipal sem aqui nos referirmos a este assunto, porque é uma infelicidade grande verificarmos quando há desrespeito pelo que é de todos nós. Refiro-me concretamente ao vandalismo de que foi alvo o Parque da Radial de Santiago. Obviamente que esta intervenção não tem rigorosamente nada a assacar responsabilidades à Câmara Municipal ou ao Executivo, aliás pelo contrário, se há alguma coisa que haveria a dizer, era até estarmos de alguma maneira solidários, porque compreendemos que quem está à frente dos destinos duma cidade, terá naturalmente muito gosto em fazer algumas obras e seguramente serão também dos que mais lamentarão ver precisamente esse património destruído. Uma sociedade evoluída e desenvolvida também se mede, como é evidente, pelo grau de civilidade dos seus cidadãos. O que aconteceu no Parque da Radial de Santiago é algo, que obviamente tem que merecer a condenação de todos nós, é o dinheiro de todos nós, é um insulto a todos os viseenses e esta nossa intervenção é no fundo para, digamos, em mais este fórum, passarmos a palavra a todos, a todos os nossos familiares e a todos os nossos colegas e a todos os nossos amigos e evidentemente este tipo de atitudes têm que ser completamente condenadas e, enfim, esperar que no futuro não aconteçam de todo, porque é uma tristeza de facto muito grande. Esta é uma matéria que nós entendemos que também aqui na Assembleia Municipal deveria ser trazida, porque repetindo-me, mas para terminar, é de facto o dinheiro de todos nós que está em causa, é uma falta de respeito, é um vandalismo inaceitável. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado António Vicente Figueiredo. -----

-OITO - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, digníssimo Público, Comunicação Social. Antes de iniciar a minha intervenção, eu gostava de fazer aqui uma nota que tem a ver exatamente com a aprovação de um Voto de Pesar por um companheiro nosso que faleceu recentemente. Depois, se o Senhor Presidente entender, colocará à votação este Voto de Pesar, e depois faria a minha intervenção. Licenciado em Filosofia, Professor, com provas de Doutoramento em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, unidade de Braga. Foi professor de Filosofia no ensino secundário, lecionou também Filosofia no Instituto Piaget de Viseu, primeiro como professor coordenador sem agregação, depois como professor catedrático equiparado. Foi membro fundador da ProViseu, e em 1979, como Vice-Presidente da Mesa, a que presidia o saudoso Engenheiro Coelho de Araújo, participou na elaboração dos primeiros estatutos desta Associação, que promoveu a instalação em Viseu do Conservatório Regional Doutor Azeredo Perdigão. Foi depois Presidente da Direção do Conservatório e da Associação ProViseu, num período crítico em que o Conservatório, já instalado no Solar dos Condes de Prime, passou por dificuldades financeiras que ameaçavam o seu encerramento. Foi aliás neste período que eu tive mais contacto com ele, por estarmos ambos ligados à ProViseu, e vi exatamente neste período o interesse que ele colocava na defesa dos interesses e do desenvolvimento da cidade. Como membro desta Assembleia Municipal, eleito pelo PSD, revelou-se um acérrimo defensor do desenvolvimento da cidade, afrontou poderes em defesa das suas utopias, foi coerente com os seus princípios e valores. Não



esquecemos a sua luta a favor da instalação em Viseu de uma Universidade Pública de excelência e da criação de um Parque Tecnológico. Não esquecemos também que se envolveu em iniciativas, conjuntamente com outras associações, de que destaco o projeto “IP5 – Uma Rota para a Europa”. Morreu aos noventa e um anos de idade e teve direito apenas a uma curta referência na necrologia dos periódicos locais. Por aquilo que foi, pela sabedoria que transmitiu e pelo que deu à cidade e ao concelho, proponho um Voto de Pesar em memória do Professor José Gomes Silvestre. O Senhor Presidente da Mesa intervém para dizer: Eu sugeria que o Senhor Deputado concluísse a intervenção e depois logo a seguir colocaremos à discussão. Minhas Senhoras e meus Senhores, temos por hábito desvalorizar o que de bem acontece em Viseu no que respeita a eventos culturais. Temos ouvido aqui e lá fora críticas à desertificação do centro histórico da cidade e à falta de iniciativas que criem nos cidadãos hábitos de procura daquela zona urbana. Regressamos a este tema para provocar uma reflexão sobre as alterações introduzidas neste espaço nobre da cidade, condenado, nas palavras de alguns críticos, ao esquecimento e ao abandono insolúvel. Porque não perdemos a memória dos factos, recordamos aqui o esforço de revitalização do centro histórico, que passou por alterações e estruturas, eletricidade e esgotos, pela substituição de calçadas e passeios, pela recuperação de fachadas de edifícios e substituição do mobiliário urbano, e pela aquisição e recuperação de imóveis por iniciativa da Câmara e de privados, casas que passaram a estar disponíveis para venda e arrendamento a jovens. Passada esta fase de planeamento e embelezamento da cidade, avançou-se para uma outra fase, a da criação de condições para que as pessoas se deslocassem ao centro histórico. Isso foi feito através da instalação de estruturas e serviços. Lembramos o Posto de Turismo e associações que ali se instalaram em imóveis recuperados, mas também assegurando transporte alternativo ao automóvel, criando novas acessibilidades para todos, incluindo pessoas com deficiência motora e com redução de mobilidade, como idosos, crianças e obesos. O Executivo Camarário perseguiu objetivos claros e definidos, no sentido de procurar soluções para a recuperação da zona histórica da cidade. Neste esforço ouviu pessoas, aproveitou ideias de antigos e novos promotores culturais, e avançou com respostas eficazes para a dinamização do centro histórico. Não foi nem cego nem surdo aos apelos dos comerciantes da zona, num diálogo aberto com a estrutura que os representa. É verdade que as propostas apresentadas nem sempre satisfazem os interesses de todos os comerciantes, mas são quase sempre do agrado da maioria e mereceram nalguns casos o aplauso dos frequentadores do centro histórico. Para resolver o problema de circulação de pessoas nas ruas do centro histórico, limitou a circulação de carros nos fins de semana a partir de determinado horário, mas promoveu outros sistemas de mobilidade sustentáveis, com recurso a meios de transporte não poluentes, que complementam a deslocação ao centro histórico através do Funicular e do mini autocarro. Nos domínios da Cultura, refira-se o alargamento da Rede Municipal de Museus, com destaque para as obras na Casa Museu Almeida Moreira e no edifício da Rua Direita, antiga Papelaria Dias, destinado à memória de Aristides de Sousa Mendes; assim como o apoio ao Museu da Várzea de Calde. Refira-se ainda o conjunto de iniciativas que visavam dar a conhecer o património construído e ambiental da cidade, através de percursos organizados em comboio turístico. E faço aqui uma pausa na leitura de texto para dar conta dum manifesto, ou da corrente que hoje se inicia em todo o País, pelo interesse e pela defesa da Cultura. Os agentes culturais chamam-lhe “peixeirada da cultura”, e este manifesto de defesa da cultura no País, que pretende sensibilizar os poderes para os cortes que têm havido e para as dificuldades que muitas instituições culturais estão a passar, é curioso verificar que em Viseu, contrariamente ao que acontece noutros municípios, onde organismos ligados ao teatro, à música, ou à dança, estão a encerrar, é curioso lembrar uma conferência de imprensa do Diretor do Teatro Viriato em que diz que não há memória de ter havido no Teatro Viriato um orçamento tão elevado para este ano, ou como o deste ano. Isto reflete bem o apoio que a Câmara dá às Instituições culturais do concelho. Podíamos também referir o apoio que foi dado na



edição da Feira de S. Mateus na programação que foi bastante melhorada nesta edição de 2012. Assim como podíamos também referir o apoio institucional que a Câmara tem dado a iniciativas organizadas pelas associações culturais do concelho, julgo que nisto não há dúvidas para nenhum dos presentes. A animação cultural das ruas e praças do centro histórico foi outra aposta ganha, envolvendo agentes culturais, grupos de música, animação de rua, associações culturais, empresas de eventos e comerciantes. A animação cultural teve uma função provocadora, assim tem de ser. O papel dos agentes culturais tem de ser de permanente desassossego, procurando meios de desencaminhar as pessoas das suas rotinas, desafiando-as a sair de casa, propondo-lhes momentos de reflexão, e quando as pessoas se atrevem a quebrar rotinas, e no final dizem que valeu a pena, então o caminho está encontrado. Assim aconteceu com o projeto dos Jardins Efémeros, com o cinema ao ar livre, com o concerto pelo Coral da Universidade de Oxford, com as iniciativas do Museu do Quartzo, ou com o apoio institucional a iniciativas promovidas por agentes e associações culturais. Assim aconteceu com o projeto "Sentir e Vi(r)ver Viseu", que teve como objetivo alargar as ofertas culturais e criar hábitos regulares de visita ao centro histórico, tornando o local de ponto de encontro de turistas e viseenses. Ali se fez a segunda sessão de pintura ao ar livre, que ocupou todo o dia de sábado passado, em diversos locais do centro histórico da cidade; ali se fez animação musical nas ruas e praças com grupos e bandas musicais. Minhas Senhoras e meus Senhores, não adianta fechar os olhos ao que está à nossa frente, não adianta criticar sem propor alternativas viáveis. Aceitamos como princípio que o objetivo primeiro da animação artística, ou animação cultural, é a melhoria da qualidade de vida, social, física e psíquica dos cidadãos de um bairro, de uma freguesia, ou de uma cidade. Neste aspeto, Viseu e o Executivo Camarário, como principal agente dinamizador da cultura, têm dado provas, aprendemos com os outros, sobretudo com as boas experiências que vêm de fora, e depois aplicamo-las cá dentro, à nossa medida. O centro histórico de Viseu há muito tempo deixou de ser uma zona abandonada, transformada agora em zona pública de convivência e lazer. E porque os espaços públicos são de todos, dos que lá residem, dos que lá têm negócios, e dos que ali vão para se encontrar, é justo que a população seja ouvida e envolvida nas propostas de animação para aquele espaço. É justo também, e fica a jeito de sugestão, que as escolas colaborem em propostas e projetos de animação, que os alunos ali se desloquem para conhecer o património arquitetónico que enriquece esse espaço público, que conheçam a história do crescimento da cidade a partir dali, e que a partir dali se descubra a identidade do Povo que fez Viseu. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. É de grande oportunidade esta apresentação deste Voto de Pesar do Professor José Gomes Silvestre, a quem a Mesa também se associa, e coloco à consideração dos Senhores Deputados. Tem a palavra o Senhor Deputado para intervir sobre o Voto de Pesar. -----

-NOVE - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas. Pois nós também nos associamos a esse Voto de Pesar do Professor José Gomes Silvestre, não só pela sua envergadura intelectual, mas também como pessoa pública, ligada também ao Governo Civil do Distrito de Viseu, ou ao extinto Governo Civil do Distrito de Viseu. Portanto, estamos também solidários com este Voto de Pesar que foi apresentado pelo Doutor Vicente. Eu gostava era de saber se posso fazer também uma pequena consideração relativamente àquilo que o Doutor Vicente falou agora? Uma coisa muito curta, muito breve. Bom, antes de mais nada, evidentemente no que diz respeito ao centro histórico de Viseu, queria sublinhar a parte positiva de tudo quanto o Doutor Vicente referiu, mas infelizmente a realidade do nosso centro histórico não é tão positiva quanto o retrato que fez, nas palavras que esteve a dirigir à Assembleia antes de mim. Infelizmente o centro histórico de Viseu, apesar de todas as iniciativas, não só da Câmara Municipal, mas também daquilo que vulgarmente é dito de sociedade civil, de instituições públicas e privadas, e estabelecimentos comerciais, etc., que têm promovido de facto, têm



procurado tirar do marasmo a situação em que se encontra o centro histórico de Viseu. Este verão isso foi evidente, nomeadamente com a iniciativa “Jardins Efémeros”, foi talvez uma das mais cosmopolitas iniciativas que houve nos últimos anos em Viseu, em que todas as instituições envolvidas e pessoas tiveram um papel extremamente importante, e que atraíram de facto milhares de pessoas ao centro histórico, de todas as idades, de todas as gerações, portanto algo extremamente positivo. Mas eu queria era realçar o lado positivo da sua intervenção, mas infelizmente o centro histórico ainda carece, ainda não, eu diria, carece, de muitas e muitas iniciativas, e que também a sociedade se mobilize de alguma maneira para re-habitar o centro histórico, que é esse o grande problema daquele espaço antigo da nossa cidade. Quer dizer, por muito que a Câmara, por muito que o Governo Central, desenvolvam projetos, o que é preciso é devolver o centro histórico, a ser um lugar habitado por gente, por pessoas, penso que é esse o grande problema, e para isso é preciso desenvolver políticas, digamos, ativas de atração de pessoas. Porque durante o verão as pessoas têm uma certa propensão para ir para a rua, para se divertirem, para estar nas esplanadas, para irem a espaços agradáveis, o problema é depois no inverno, quando chega esta altura do ano, o centro histórico fica novamente deserto, ou desertificado. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Sobre o Voto de Pesar, pergunto se mais alguém se pretende pronunciar? Eu vou pôr à votação. *Aprovado por unanimidade.* E eu aproveitaria também para apresentar um Voto de Pesar que tinha a intenção de o fazer, mas de facto só agora é que tenho aqui os dados. Como sabem, faleceu há poucos dias também o nosso concidadão Vítor Manuel Freire Boga, que foi Presidente da Assembleia Municipal de Viseu de 1981 a 1985, e que foi um ilustre cidadão deste concelho, com várias funções destacadas que exerceu durante o período da sua vida. Também penso que é de grande oportunidade que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar, e de reconhecimento pelo trabalho que este cidadão desenvolveu em prol do desenvolvimento do concelho de Viseu e da região, e que ao mesmo tempo fique plasmado em Ata a manifestação de todo o nosso pesar e das nossas condolências à família, e também o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. De maneira que apresentava este Voto de Pesar também oralmente e colocava-o também à consideração da Assembleia Municipal, perguntando se algum dos Senhores Membros se quer pronunciar sobre ele? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, então vou pôr à votação. *Aprovado por unanimidade.* E proponho também que fizéssemos um minuto de silêncio por estes dois concidadãos e recomenciaríamos a seguir. Muito obrigado. Ainda sobre a intervenção do Doutor António Vicente Figueiredo, não há mais nenhum pedido de esclarecimento? Vou-lhe dar a palavra para responder ao Senhor Deputado Jorge Adolfo, se não houver mais nenhum pedido de esclarecimento, o Senhor Deputado tem a palavra para responder às questões colocadas. -----

-DEZ - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD): Muito rapidamente, meu caro Deputado Jorge Adolfo, para dizer que estou completamente de acordo consigo. Estou de acordo que efetivamente há muita coisa que falta ainda no centro histórico, agora, evidentemente o que pretendi com a intervenção que fiz foi efetivamente enfatizar tudo de bom que aconteceu e continua a acontecer naquele espaço. É evidente que há períodos, sabemos perfeitamente que a partir de setembro, no inverno, terá de haver novas dinâmicas para lá. Mas esse é um esforço que não pode ser apenas desenvolvido pelo Executivo Camarário, como eu disse, tem de se envolver todas as pessoas, as instituições, a Associação Comercial, os comerciantes, pessoas que gostam de frequentar aquela zona, mas os passos estão dados, é preciso agora haver dinâmicas. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Santos. -----

-ONZE - O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA GOMES SANTOS (PS): Exmo. Senhor Presidente e restante Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Exmos. Deputados,



Público e Imprensa aqui hoje presentes nesta Assembleia Municipal. A minha intervenção prende-se com as recentes declarações do Senhor Secretário de Estado Sérgio Monteiro, curiosamente natural do concelho de Mangualde, que veio dizer que o Governo decidiu, a título definitivo, terminar com as isenções e com os descontos nas SCUT's que servem o nosso concelho e o nosso distrito. É uma daquelas situações em que detesto ter razão antes do tempo, na última Assembleia Municipal tinha vindo aqui precisamente dizer que este adiamento para outubro era de facto estar a empurrar o problema para a frente, porque o desfecho já se começava a adivinhar qual seria. Portanto, venho hoje aqui apresentar uma Moção, que no fundo pretende manifestar o nosso repúdio e indignação perante mais este ataque à nossa região. Como sabemos, as nossas empresas já estão no limite das suas possibilidades, já sofrem diariamente com todo o agravamento que existiu nos últimos anos e com toda esta austeridade e esta crise a que estamos sujeitos, e também sabemos que a nossa população, muita dela, diria mesmo milhares de pessoas, estão obrigadas a deslocar-se nestas mesmas vias, primeiro porque não há vias alternativas, como sabemos, quer à A24, quer à A25. E depois porque as pessoas, grande parte delas, trabalham fora do distrito de Viseu, do concelho de Viseu, perdão, e portanto têm que obrigatoriamente para ir trabalhar utilizar estas vias. E portanto vou passar à leitura da Moção que pretendo levar à votação. *A Assembleia Municipal do concelho de Viseu, reunida no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, vem por este meio aprovar um Voto de Repúdio à decisão do Governo de acabar com os descontos e isenções nas SCUT's que servem a região de Viseu, nomeadamente a A25 e a A24. Esta decisão revela uma enorme insensibilidade e indiferença do Governo, perante os problemas gravíssimos que as empresas e populações das regiões do interior atravessam no presente momento. Com os constantes agravamentos de impostos introduzidos pela atual maioria, as empresas e as populações da região vivem neste momento no limite das suas possibilidades, não lhes sendo possível suportar mais este aumento de despesa, que é inevitável, dado que não existem vias alternativas pelas quais possam optar. No momento em que o Governo propaga a necessidade de aumentar a competitividade das nossas empresas, é para nós incompreensível este ataque à sobrevivência das empresas da nossa região, e por consequência às suas populações. Esta situação irá ainda agravar a desertificação e empobrecimento das regiões do interior, tornando o nosso País cada vez mais assimétrico e promovendo uma maior desigualdade entre as populações. --*

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Está em debate esta Moção. Pergunto se alguém se pretende pronunciar? Senhor Deputado tem a palavra, o Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

-DOZE - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD): Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, caros Colegas, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Em nome do Partido Social Democrata, dizer e assumir claramente que, e em conformidade com as nossas posturas no passado, obviamente que nos associamos a esta forma de pensar. Obviamente que é uma medida que em nada vem favorecer a região de Viseu, dissemo-lo no passado, coerentemente continuamos a dizer. De qualquer forma, é bom percebermos porque é que chegamos a este sítio. Isto é a velha história de que não há almoços de borla, tudo foi oferecido com toda a simplicidade. Efetivamente o País encontra-se na situação em que se encontra devido a vários fatores, infelizmente do conhecimento de todos e bastante debatidos na praça pública. Obviamente que esta questão das SCUT's, sem custos para o utilizador, é óbvio que tem custos para o financiador do País, que somos todos nós, contribuintes, com os nossos impostos. Também convém não esquecer nesta questão que, para lá disto tudo, houve aqui um cuidado deste Governo que convém ressaltar, e que também vem de encontro às solicitações nossas. É que num momento de crise, são muitos os viseenses que optaram por não fazer a sua semana, os seus quinze dias de férias, em praias próximas daqui de Viseu, com residência permanente, e optaram por ir e vir todos os dias, porque era mais vantajoso, conheço muitas pessoas desse género e disseram que ainda bem que foi



salvaguardado este período de verão, porque efetivamente senão a situação seria mais complicada. Mas também convém não nos esquecermos de que na base desta decisão também existe a normativa comunitária. Portanto devem entender que não está correta, por isso alguma coisa teria que ser feita em termos de ajustamento, mas como digo, é bom não esquecermos o que nos trouxe aqui, não estamos aqui porque caímos do céu, nem de para-quedas, mas houve um percurso que nos conduziu obviamente a esta situação. De qualquer forma, o Partido Social Democrata entende que efetivamente, porque não foram na altura salvaguardadas vias alternativas a estas com portagem, e é essa a grande razão, porque se se tivessem salvaguardado as que existiam e terem sido construídas estas num percurso paralelo, não estaríamos a discutir isto neste momento. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O Senhor Deputado António Vicente Figueiredo também pede a palavra. -----

-TREZE - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD):

Muito obrigado Senhor Presidente. Eu queria questionar o Senhor Deputado que trouxe esta Moção aqui, e queria questiona-lo da seguinte forma: Foi ou não foi o Partido Socialista que colocou os pórticos nas SCUT's? Foi ou não foi o Partido Socialista que defendeu e assinou o memorando com a troika, onde está exatamente a necessidade de pôr a pagamento as SCUT's? É porque às vezes os Senhores esquecem-se de tudo o que fazem, e é pena que vocês não tenham memória, e é pena que depois, e aproveitamos esta oportunidade, que depois venham para a comunicação social, através de Deputados da Assembleia da República, dizer aquilo que não devem. Depois sujeitam-se a ouvir aquilo que não querem ouvir. E é evidente que nós estamos numa fase crítica. Se me perguntar se eu gosto de pagar portagens nas SCUT's, claro que não gosto, nem eu nem ninguém. Se me perguntar também se eu estou satisfeito por acabarem agora com as isenções que beneficiámos durante tanto tempo, claro que não estou. Agora a atitude tem que ser diferente, é a atitude das pessoas que são responsáveis e a das pessoas que não são. Neste aspeto eu procuro ser responsável, sei as dificuldades do País, e esperava também que os Senhores também o fossem. Quero dizer que também no que diz respeito a tudo aquilo que tem acontecido nesta última semana, há duas posturas que as pessoas do Partido Socialista por norma têm: é a postura do bombeiro e a postura do incendiário. Há pessoas dentro do Partido Socialista, e eu não me importo de o dizer aqui e o afirmar de uma forma muito convicta, há pessoas dentro do Partido Socialista que têm obrigações, são pessoas informadas e tinham obrigação de, em vez de deitar gasolina para o incêndio quando ele existe, deitar água. Mas não, nós vemos as afirmações de pessoas com responsabilidades grandes dentro do Partido, os tais “senadores do Partido Socialista”, que em momentos de crise, vêm cá para fora incendiar o Povo. E há outro tipo de pessoas, que sendo também informadas, têm o bom senso de, em vez de deitar gasolina, deitarem água, tentando apagar os fogos. E é evidente que isso acontece também infelizmente dentro do Partido onde eu milito, também há muitos militantes, os chamados “barões”, que quando chega a altura também têm essa atitude do Partido Socialista. É verdade, os maus e os bons há-os em todo o lado, e fico-me por aqui. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O Senhor Deputado Carlos Vieira também para pedir um esclarecimento e debater a Moção. -----

CATORZE - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO

RODRIGUES (BE): Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. Nós apresentámos aqui uma Moção contra as portagens e o PSD chumbou essa Moção com o argumento da universalidade do princípio do utilizador/pagador que, como eu disse na altura, era um desdobramento abusivo do princípio do poluidor/pagador, que são coisas diferentes. E não atenderam a esta simples questão, é que, como de resto aqui foi dito, até pela vossa bancada, não há alternativas à A25. E também não atenderam ao problema da interioridade e do nível de desenvolvimento das populações da nossa região e do nosso concelho. Há portanto aqui alguma, eu diria, hipocrisia, até se me permitem a expressão, porque na altura eu tive o cuidado de denunciar estas isenções e alegadas discriminações



positivas como um logro, porque eram a prazo, como agora se está a ver. Foi a troika. De qualquer modo, estavam previstas serem a prazo. E não só prejudicaram, durante este tempo, porque não deixaram de contribuir para o aumento dos custos dos produtos que vinham de fora para aqui, como também prejudicaram o próprio turismo, que é um setor importante para a economia local. Naturalmente que o Senhor Deputado Vicente tem alguma razão, quando diz que foi o PS que colocou os pórticos e que assinou o memorando, mas isso não serve de desculpa para tudo, nem serve de álibi ao PSD, porque também na questão do Serviço Nacional de Saúde, o Deputado António Campos, como foi dito pelo “Pai” do Serviço Nacional de Saúde, António Arnaut, também contribuiu para dismantlar o Serviço Nacional de Saúde, mas a verdade é que foi este Governo, que está a fazer um esforço brutal para acabar com o Serviço Nacional de Saúde, como está a fazer um esforço brutal para liquidar as populações do interior, àquilo a que nós chamamos interioricídio. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar? Então dou a palavra ao autor da Moção para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

-QUINZE - O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA GOMES SANTOS (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público e Imprensa aqui presentes. Senhor Deputado, essa argumentação é muito fácil, esse argumento de estar a empurrar os problemas uns para os outros é muito fácil de fazer. Eu também poderia aqui dizer que o PSD, para assinar o PEC, exigiu a introdução das portagens nas SCUT’s. Tenho boa memória. Nessa altura o PSD disse que só assinava o PEC, que era um programa essencial para o nosso País, conforme depois viemos a ver com o despoletar da crise de 2008, e o PSD exigiu a introdução das portagens. Fez aqui uma chantagem com o Partido Socialista para que fossem introduzidas, e o Partido Socialista introduziu-as. E não vi aqui alegar nenhuma dessa argumentação, porque as SCUT’s, antes do despoletar da crise de 2008, a meu ver, faziam todo o sentido, Senhor Deputado, todo o sentido criar um instrumento discriminatório que permitisse que se evitasse esta degradação do interior e esta falta de competitividade do interior. Portanto, nessa altura havia todo o interesse em fazer algo para que o interior se desenvolvesse. Quanto à postura que o Senhor Deputado aqui falou do PS, aqui nesta Assembleia, sempre foi a mesma, foi por Viseu. Nunca ficámos subservientes com o poder central, sempre que o interesse de Viseu esteve em questão, o PS votou sempre por Viseu. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Vamos então à votação. *Aprovada com dez abstenções.* Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Côta. -----

-DEZASSEIS - O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público presente e Comunicação Social. Senhor Presidente, eu ia fazer aqui um apelo à sua compreensão, tenho aqui uma coisa um bocadinho extensa, vou tentar cortar aquilo que puder o mais possível. Eu vou tentar cortar, mas isto é um assunto um bocado delicado. Isto tem a ver com os incêndios que ocorreram infelizmente no nosso concelho e também no País, nos últimos tempos e eu, não só como Presidente da Junta de Freguesia de Côta, mas também como membro eleito para a Comissão de Defesa da Floresta por esta Assembleia, senti-me na obrigação de trazer aqui o assunto. No decorrer deste verão, em particular no corrente mês de setembro, o nosso concelho foi atingido fortemente pelo flagelo dos incêndios. De entre outros que fustigaram o concelho, destaca-se o incêndio que teve início na Quinta das Sobreiras da freguesia de Cepões, que imediatamente se propagou a Côta, tendo de seguida alastrado para as freguesias de Calde, Lordosa, Cavernães e Mundão. Não tivesse sido a intervenção da Autarquia Viseense, na pessoa do Doutor Fernando Ruas, ao vir a terreiro exigindo o reforço dos meios de combate, e as coisas teriam sido ainda muito mais graves. É de salientar a



preocupação e o envolvimento que houve por parte do Senhor Presidente da Câmara, dos seus Vereadores, igualmente por parte dos Presidentes de Junta envolvidos, e ainda de outras forças vivas e instituições. Este incêndio teve efeitos catastróficos, com prejuízos avultados para o ambiente, para a economia local e de muitas famílias que viram reduzidos a cinzas os seus pertences. No sentido de minimizar esta situação, uma vez mais, o Senhor Presidente da Câmara não se descuidou e exigiu junto do Governo que fossem tomadas medidas nesse sentido, e já estão a decorrer os procedimentos para que as pessoas mais necessitadas e afetadas sejam apoiadas. Consciente do quão difícil é o combate aos incêndios e sem deixar de reconhecer o empenho, dedicação e esforço dos bombeiros e algumas outras entidades envolvidas, não posso deixar passar sem fazer alguns reparos, que entendam-se, não como crítica destrutiva, mas sim construtivas, e que sirvam para melhorar a eficácia em futuras situações. Não quero ser, nem sou, como aqueles que ainda recentemente nos deixaram esta herança de mal gerir, e agora já tagarelam como se nada fosse com eles e da sua responsabilidade. Refiro-me àqueles que durante década e meia não conseguiram fazer nada para mudar e tornar eficaz o combate aos incêndios, e muito menos adotar meios de prevenção, e agora vêm criticar, como se o Governo, em pouco mais de um ano, tivesse que corrigir todos os erros que eles cometeram. Numa coisa eles têm razão, este Governo já teve tempo para destituir de muitos cargos os incompetentes que os anteriores governos lá colocaram. Mas, atenção, se os substituírem, não o façam por compadres ou afilhados. É fundamental que os substituam por gente competente e conhecedora, de preferência sem ligações políticas, porque o nosso País já não aguenta mais a política do “bota abaixo”, para a seguir, reinar. Este incêndio poderia não ter passado de uma simples fogueira, se tivesse sido atacado atempadamente. A distância é alguma, mas as acessibilidades são razoáveis, do local onde se encontra o centro de coordenação e a brigada de primeira intervenção não é assim tão distante, deste local tinham perfeita visibilidade da ocorrência e, ainda mais, eram conhecedores da intensidade e da predominância dos ventos. Por esta e por outras razões não consigo compreender o porquê dos primeiros meios demorarem tanto tempo a chegar ao local, e quando foram enviados alguns reforços, foi tardiamente, e poucos. Tivesse o centro de coordenação respondido aos meus apelos, em tempo útil, e nada disto tinha acontecido. Durante o combate às chamas houve muitos erros, falta de coordenação e comando, só quem esteve presente no terreno e conhece bem a zona, e em concreto o local onde aconteceu o sinistro, como eu, é que se pode aperceber do que se passou. Depois de haver bombeiros no local, e muitos, o incêndio continuou a devorar a floresta e a voltar a pôr casas e outros bens em risco, fazendo-se pouco para o evitar, dava a triste sensação de que alguns bombeiros vindos de fora tinham vindo para assistir ao espetáculo, e não para ajudar a combater as chamas. As pessoas e eu próprio interpelámos esses bombeiros porque razões não agiam e estavam de mãos caídas e obtinha-se a resposta de que não tinham ordem do comando e que não podiam atuar. Outra das respostas foi: “peguem nas mangueiras, vão lá vocês”. Dá para questionar se isto é ser bombeiro? Qual é o verdadeiro bombeiro, que ao ver as chamas a escassos metros do seu nariz, e podendo, como era o caso, não as impedir de progredir? Portanto não o fizeram, e chegando a atravessar estradas, sem que aqueles homens e mulheres vestidos com uma farda vermelha nada fizessem. Outra das situações que também me chocou, e penso que a qualquer cidadão, pelo menos aqueles que assistiram, como eu, foi estar num local onde se reacendeu um foco de incêndio a poucos metros das viaturas dos bombeiros, e nada se fez para o apagar de imediato, permitindo que este tomasse proporções enormes, queimando mais umas dezenas de hectares e colocando em risco mais uma aldeia. Outra das atitudes desses homens e mulheres vestidos de vermelho, foi chegarem a um café na minha freguesia e pedirem gelados e cafés, dizendo que tinha sido o presidente da junta local que tinha mandado, sem o ter feito, e de seguida sentarem-se na esplanada a deliciar o proveito da mentira, enquanto as chamas ali perto continuavam a devorar uma riqueza incalculável, sem que ninguém lhes fizesse frente. Com toda a sinceridade e com todo o respeito pelos



verdadeiros bombeiros, homens e mulheres destes, para não dizer outra coisa, vestidos de vermelho a fingir de bombeiros, não precisamos. Por favor não deixem ficar mal e não manchem a imagem dos verdadeiros bombeiros que temos na região. Já que estou a falar de bombeiros da região, gostava de deixar uma questão para reflexão de todos os que tenham poder interventivo na atribuição dos meios às corporações dos bombeiros. Verifiquei que enquanto os verdadeiros bombeiros, que atacavam o fogo, estavam equipados com viaturas antigas, muitas delas já com dificuldades mecânicas e cansadas de tantos fogos combaterem, a pedirem uma boa oficina ou a reforma, enquanto que essas fardas vermelhas e de outras cores se passeavam para a frente e para trás, com autênticas máquinas, que de nada serviram no combate. Talvez esteja aqui a explicação! Não são para riscar, porque depois parecem mal nos desfiles, lá nos litorais, quando as altas individualidades lhes vão entregar mais uma ou duas viaturas novas, enquanto que onde elas são precisas, no interior, têm que se desenrascar com as relíquias de antiguidade. Aproveito para fazer um apelo ao Governo da Nação, mas também à Câmara Municipal, para que apoiem as juntas das freguesias com mais área florestal, na aquisição de meios rápidos e eficazes, que possam complementar os kits que já possuem, tais como: viatura para acoplar os referidos kits, ou outro veículo cisterna para apoio no transporte de água. Não posso deixar passar sem questionar a atuação de quem coordenou e comandou, sei que não é tarefa fácil, e para decidir é necessário ter muito sangue frio, mas temos que nos esforçar para dar o nosso melhor, e por vezes para além disso. Para acabar com esta descoordenação e má gestão da situação, que se notou nos três dias mais críticos, mas que também se prolongou durante quase três semanas, porque em Cepões e em Côta os reacendimentos foram tantos e quase todos os dias, valeu o S. Pedro que se aborreceu com a correria de carros de bombeiros de um lado para o outro e enviou a chuva na noite de sábado para domingo último para resolver a situação. Obrigado S. Pedro! Está na hora de mudar a política de combate dos incêndios, e ainda mais importante, mudar a política de prevenção. Para que isso aconteça é necessário abrir inquéritos e investigar seriamente as causas de cada incêndio e as falhas no seu combate; é necessário acabar com os interesses comerciais e económicos que os contornam; é necessário implementar outras políticas de florestação, não se podendo continuar a permitir a falta de descontinuidade na floresta; é necessário que se apoie a plantação de espécies folhosas, principalmente nos anéis que envolvem os aglomerados populacionais e também faixas com as mesmas no interior da floresta; é necessário o incentivo às bolsas de terreno de cultivo; é necessário que nas zonas com menos área ardida sejam atribuídos prémios aos bombeiros; é necessário o incentivo à limpeza das matas, está na altura do Governo cuidar melhor da limpeza e da infraestruturização das florestas sob a sua administração; é necessário voltar a criar condições de fixação das pessoas dos meios rurais e incentiva-las a cuidar e proteger a sua floresta. Tantos mais fatores se poderiam enumerar, mas o importante é que se passe a olhar a floresta como um dos setores primários, que pode ajudar a levantar a economia do País, sei que para isso é necessário muito investimento, mas já não sei se não se gastará mais no combate aos incêndios, do que se gastaria numa verdadeira política de defesa e proteção da floresta. Para terminar, e porque devemos começar já a combater os incêndios do próximo ano, e também para que se faça uma análise do que correu menos bem durante este período, solicito à Câmara que convoque com a maior brevidade uma reunião da comissão de defesa da floresta, onde se possível, para além dos elementos das instituições que a compõem, estejam os responsáveis pela coordenação do combate aos incêndios, e ainda um representante do Ministério da Agricultura e do Ministério da Administração Interna. Se todos nos empenharmos um bocadinho formaremos uma grande força na defesa da floresta, que já foi, e deve voltar a ser, uma grande fonte de riqueza nacional. Mesmo para terminar, quero agradecer o empenho e esforço de todos os Bombeiros que verdadeiramente se empenharam no combate aos incêndios. Obrigado. ----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta. Eu tenho aqui dois pedidos de esclarecimento, um da parte do Senhor Presidente



da Junta de S. José, Senhor Dário Almeida Costa, a quem dou a palavra. É sobre esta matéria também? Quer fazer a seguir uma intervenção, mas não é sobre esta matéria. O Senhor Deputado Marco Rodrigues, penso que será sobre a mesma matéria, ou para colocar uma questão. Tem a palavra. -----

-DEZASSETE - O SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA

RODRIGUES (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, elementos da Mesa, Exmo. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Exmos. Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. Eu tinha uma intervenção, desde já digo que prescindindo da intervenção, uma vez que o assunto pode ser enquadrado, e estas questões podem ser colocadas no seguimento desta intervenção. Breves palavras, só para, de facto uma referência aos fogos florestais que têm sido um problema, não só deste concelho, mas também a nível nacional. Viseu teve este ano um número de ocorrências muito elevado, o que já é hábito por número de ocorrências, mas efetivamente teve um dos maiores incêndios florestais deste ano. Fomos fustigados por um incêndio e tivemos um ataque gravíssimo ao património público e privado dos viseenses. Como já foi referido nesta Assembleia pelo Deputado socialista Pedro Baila Antunes, a mancha florestal do concelho pode ser uma das vantagens competitivas do concelho, se houver empenhamento nesse sentido, de otimizar a utilização desses recursos, e portanto consideramos as perdas para o concelho muito graves. Deste modo, gostaríamos de demonstrar a nossa solidariedade a todos os que foram mais diretamente afetados por este problema, não só os privados, como também as autarquias e o património de todos nós, bem como uma palavra de agradecimento a todos aqueles que combateram estes graves incêndios, desde os Bombeiros Municipais e Voluntários de Viseu, até às demais forças da Proteção Civil que estiveram mobilizados para o terreno, para o combate destes incêndios. Uma palavra também de reforço e de solidariedade à Câmara Municipal de Viseu, para que continue a encetar esforços para dar resposta aos problemas provocados por estes incêndios. Independentemente dos esforços que as autarquias poderão fazer para combater este flagelo anual, continuarão sempre a existir incêndios provocados, na sua maioria, por mão criminosa. Nunca será possível eliminar totalmente este problema, mas talvez seja possível otimizar o tempo de resposta e atuar por via da prevenção, neste caso através de esforços para um melhor ordenamento florestal, por exemplo. A nossa intervenção é, como já referi, para lamentar esta situação, de que a culpa só pode ser atribuída aos criminosos, que anualmente reincidem para mal de todos nós, aliás, sem que a justiça tenha uma intervenção forte e adequada, e para expressar o nosso agradecimento a todos os que estiveram presentes no combate aos incêndios. Para terminar, gostaríamos de deixar duas perguntas ao Executivo, no sentido de se começar desde já a antecipar os próximos anos, no que diz respeito a este problema, nomeadamente pensando desde já no seguinte. Uma primeira questão: Se a aprovação da segunda fase do Plano de Emergência Municipal, como ferramenta para melhor formação no combate aos incêndios, está prevista para breve? Uma segunda questão: Se, atendendo aos recentes acontecimentos, bem como aos outros episódios no que concerne a resposta de emergência aos cidadãos, prevê o Executivo algum reforço de meios e recursos humanos para os Bombeiros Municipais, diretamente, e para os Bombeiros Voluntários, indiretamente? Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Então encerramos este ponto. Dou então agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de S. José. -----

-DEZOITO - O SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA –

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ (PSD): Eu tenho dois assuntos para intervir, e o primeiro tem a ver com um assunto já trazido aqui pelo Senhor Deputado Rebelo, que desde que foi colocado, e eu como queria intervir, não o fiz na altura em que o Senhor Deputado fez a intervenção, mas desde que foi colocado o equipamento na Radial de Santiago, uma zona que é frequentada por milhares de pessoas todos os dias, à noite e durante o dia, vê-se sempre ali muita gente, mas várias vezes aquele



equipamento foi vandalizado. Toda aquela zona tem sido alvo de roubos de tampas de saneamento, sarjetas, as grelhas das sarjetas da água. Bem, os Serviços Municipalizados não fazem outra coisa, senão substituir, penso que qualquer dia o que há a fazer é colocar novamente o cimento, porque senão não conseguem ganhar para isso. Eu penso que aqui há um trabalho que tem que ser feito, que é fiscalizar mais quem comercializa e quem compra, porque senão não vamos a lado nenhum. Também relativamente ao vandalismo, e agora aos candeeiros, eu penso também que tem que haver por parte das autoridades, por parte de quem compete fazer a fiscalização dos espaços, enfim, mais vigia, para ver se encontram as pessoas que mais não sabem fazer se não destruir, e isto custa a todos nós, e sabemos do esforço financeiro que a nossa Câmara Municipal tem feito para nos proporcionar estes espaços, a quem nós agradecemos. O outro assunto, não podia também deixar passar esta oportunidade sem vir a esta tribuna para me congratular com mais uma edição da Feira de S. Mateus. Falar da Feira Franca de Viseu é para mim uma grande satisfação, pois durante um mês em cada ano (este ano foram quarenta e cinco dias), são milhares, foram milhares as pessoas que nos visitam, passam pela nossa Feira, aproveitam para fruir dos bons espaços que Viseu tem, procuram outros estabelecimentos e compram sempre alguma coisa, alguma lembrança para levarem da nossa cidade. Está de parabéns o Senhor Presidente da Expovis, a nossa Câmara Municipal, e todos os trabalhadores que, durante vários meses, se empenham para tornar este evento, que é um dos eventos, um dos maiores certames a nível nacional e internacional, para que ele decorra bem, como decorreu este ano. Foram também introduzidas, como todos se aperceberam, algumas alterações, fui ouvindo as pessoas, e devo-vos dizer que foram alvo de elogios, gostaram, eu particularmente também gostei, e por isso, mais uma vez, esteve bem o Senhor Presidente da Expovis e os seu colaboradores, e a nossa Câmara Municipal. Acreditamos que, com o empenho dos responsáveis e da nossa Câmara, vamos continuar a ter uma Feira que vai melhorando e que vai continuar a atrair os milhares de pessoas que têm atraído anualmente. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta. Tenho um pedido de esclarecimento. Não. Pensei que era um pedido de esclarecimento. Está inscrito. Então dou a palavra agora à Senhora Deputada Sofia Campos. -----

-DEZANOVE - A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA G. DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Comunicação Social e restante Público. A Escola, tal como a conhecemos atualmente, é um local privilegiado em termos de formação humana, de experiência de vida e de aquisição de instrumentos fundamentais para a convivência em sociedade. É pois, não só um local de trabalho e educação, mas também de lazer, onde vários intervenientes se juntam, no sentido de proporcionar formação académica a uns e ocupação profissional a outros. É inegável a importância da Escola que, de acordo com a Lei de 2007, surge como proposta educativa, que pretende consubstanciar a simultaneidade do tempo e do espaço pedagógico para todas as crianças, por forma a concretizar os ideais da educação pública obrigatória de qualidade e eficiência, igualdade e equidade. A Escola a tempo inteiro apresenta-se assim como uma forma de responder às necessidades da sociedade atual, que cada vez mais necessita de apoio na educação das suas crianças, pois a disponibilidade para as acompanharem no estudo em casa é cada vez menor. Tal exige, da Escola, uma cobertura de horário a tempo inteiro. É preciso então que a Escola apresente uma maior diversidade de atividades a oferecer aos seus alunos, de modo que a sua atuação educativa seja feita de forma plena, ao longo do tempo escolar e no espaço escolar. Pretende-se que todas as crianças sejam tratadas de igual forma, permitindo que as mais carenciadas desfrutem de atividades diversificadas e educativas mais ricas, proporcionando assim a democratização cultural da sociedade. O programa de generalização do ensino do Inglês e de outras



atividades de enriquecimento curricular surge com o Despacho 12.591, e está intimamente ligado ao conceito de Escola a tempo inteiro, lançado pelo Ministério da Educação. Teve como principal objetivo criar as condições necessárias para um ensino de qualidade e oferta de novas oportunidades de aprendizagem para os alunos do 1º CEB. Neste sentido, a Escola a tempo inteiro, e consequentemente as AEC, têm certamente uma sinergia em termos de inovação, quer pelo seu caráter de mudança, quer pela sua dinâmica em termos de autonomia, reflexão e criatividade, que pressupõe um trabalho de equipa e cooperação entre pares, e com entidades da comunidade educativa, como por exemplo os encarregados de educação, as autarquias, entre outras. Neste contexto, o papel dos municípios, bem como o dos estabelecimentos de ensino, tem vindo a ser reforçado. As atuais competências das autarquias locais portuguesas, no domínio educativo, resultam fundamentalmente da conjugação das competências enunciadas no Decreto Lei 77/84 e pela Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86 de 14 de outubro, mas têm por legislação mais recente, que estabelece novas competências. Assim sendo, no âmbito do programa da União Europeia, quadro estratégico de cooperação europeia em matéria de educação e formação, até 2020, e do projeto “Metas Educativas 2021”, as autarquias são mais uma vez contempladas, no sentido de colaborar na concretização dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de política educativa. Apontando como metodologia a desenvolver, linhas orientadoras, das quais destacamos o envolvimento das famílias, das organizações, da comunidade e das autarquias. No início deste ano letivo, 2012/2013, mais uma vez constatámos a eficiência da nossa Câmara para que tudo decorra sem qualquer atraso, ou prejuízo, para as crianças do concelho. Neste momento, tanto o fornecimento da fruta e a prestação de serviços de transporte escolar, está garantido, bem como a colocação de professores que vão assegurar todas as atividades previstas. Numa altura em que muitas câmaras manifestam incapacidade para dar resposta a estas atividades, a Câmara de Viseu, mais uma vez, se pautou pelo rigor, pela eficácia da gestão, o que permitiu que todas as crianças, mais uma vez, repito, todas as crianças, sem exceção, tenham a resposta atempada e necessária neste início de ano letivo. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-VINTE - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público e Comunicação Social presente. Trago aqui duas Moções, sobre assuntos que já aqui foram abordados, e para não perdermos tempo, começo já a ler. *Moção de Louvor aos Organizadores do evento “Jardins Efémeros”, de dezassete a vinte e dois de julho no centro histórico de Viseu. Decorreu de dezassete a vinte e dois de julho, no centro histórico de Viseu, a segunda edição de “Jardins Efémeros”, uma ideia original e realização de Sandra Oliveira, uma jovem designer de interiores, produzido pela empresa Cul-de-Sac, que teve a colaboração de inúmeros viseenses, em particular de muitos jovens criativos, que produziram intervenções artísticas no espaço público e em interiores devolutos, transformados em auditórios ou salas de exposições. Instalações, esculturas, pinturas, teatro, cinema ao ar livre, música, conferências, animação de rua, gastronomia, e ainda o “mercado efémero”, de sexta a domingo, no Largo Pintor Gata, com bancas de produtores de fruta, pão e compotas caseiras e outros produtos artesanais, animaram durante uma semana o centro histórico de Viseu que, desde há muito tempo, não via as suas praças e ruas frequentadas por tanta gente, quer por viseenses, quer por forasteiros, atraídos pelas notícias da explosão de criatividade que colocou a nossa cidade no mapa do turismo cultural. Tudo isto com o envolvimento dos comerciantes e unidades hoteleiras do centro histórico, para além do apoio de associações culturais e empresas do concelho, e do apoio institucional da própria autarquia. Pelos motivos atrás considerados, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária, em vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, decide aprovar um Voto de Louvor a Sandra Oliveira, extensível aos produtores, a todos os técnicos, artistas, animadores*



e aos apoiantes que ajudaram a realizar o evento “Jardins Efémeros”, que mostrou como a cultura, as artes e a criatividade em geral são essenciais para a revitalização e reinvenção do espaço público, bem como para o fomento do turismo e da economia local. Agora passo a ler a segunda Moção. Moção por um maior esforço de prevenção dos fogos florestais no concelho de Viseu. Considerando que: Um – Os fogos florestais voltaram a flagelar o concelho de Viseu, provocando o pânico das populações rurais, a quem infligiram prejuízos avultados e danos em milhares de hectares de matas particulares e comunitárias, em habitações e equipamentos agrícolas, pastos para o gado, sem falar nos perigos para o ambiente e a saúde. O incêndio que ameaçou e destruiu os bens das populações de seis freguesias rurais do concelho de Viseu, e chegou mesmo às portas da cidade, foi o maior de que há memória desde há, pelo menos, trinta anos; Dois – É sabido que os fogos grandes começam por ser pequenos, e para impedir o seu alastramento o fundamental é, para além do trabalho prévio de prevenção (abertura de aceiros, pontos de água, limpeza das matas, vigilância), a rapidez e a eficácia do ataque inicial. Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Côta e de Lordosa, duas das mais afetadas, testemunharam (Diário de Viseu de seis de setembro e Jornal do Centro de catorze de setembro) que “o incêndio nunca teria tomado tais proporções se fosse atacado na fase em que estava em Couto de Cepões”, e lamentaram que tivesse falhado um ataque inicial rápido e eficaz, para além de terem verificado também falhas de “meios, de equipamentos, de estratégia, de comando no terreno”; Três – O Presidente da Junta de Freguesia de Côta reconheceu a importância do conhecimento do terreno que só os bombeiros do concelho podem ter, para ajudar a encaminhar os soldados da paz vindos de outros locais do País, para os melhores lugares de acesso ao fogo, uma vez que as corporações de fora do concelho, por falta de reconhecimento do terreno, nem sempre encaminhavam os meios para os locais certos; Quatro – O alerta inicial de incêndio foi comunicado à Autoridade Nacional de Proteção Civil às doze horas e trinta e oito do dia três de setembro. Por volta das dezasseis horas, o Comandante dos Bombeiros Municipais de Viseu convocou para o quartel todos os bombeiros, mas só estavam disponíveis vinte e nove (alguns estavam de férias). De qualquer modo, também não havia viaturas suficientes, apenas dois carros pesados (um tinha avariado) e dois pequenos. Durante a tarde do dia três, andaram menos de meia centena de bombeiros do concelho (municipais e voluntários), naturalmente que andaram de outros concelhos, até vizinhos, a combater o fogo numa frente de incêndio que rapidamente alastrou para duas, três e, à noite, quatro frentes de incêndio; Cinco – Apesar da enorme área florestal existente no concelho de Viseu, o Município não dispõe de um Gabinete Florestal que coordene medidas de prevenção de incêndios florestais, como a abertura de aceiros, pontos de água, limpeza das matas, vigilância (só existem duas torres de observação em todo o concelho), nem de um Plano Municipal de Emergência atualizado, nem de uma Comissão Municipal de Proteção Civil. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, delibera recomendar ao Executivo Municipal o reforço de meios humanos e materiais dos Bombeiros Municipais de Viseu e a implementação de medidas de prevenção dos fogos florestais. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado, pedia era que deixasse as duas propostas, para eu as submeter a debate e votação. No sentido de facilitar, eu iria colocar em debate a Moção de Louvor aos Organizadores do evento “Jardins Efémeros”. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar? O Deputado António Vicente Figueiredo. -----

-VINTE E UM - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas para questionar o Senhor Deputado Carlos Vieira se porventura não esqueceu, na referência aos promotores desse evento, da Câmara Municipal? E em simultâneo, pedia ao Senhor Presidente o favor de informar esta Assembleia qual o montante que a Câmara, através de um protocolo com a ADDLAP, transferiu para a realização deste evento. Porque me parece, e eu vou dizê-lo também de uma forma muito frontal, que é desonestidade política vir referenciar, e nós estaremos dispostos a votar favoravelmente este Voto de Louvor à Sandra Oliveira, que teve um



papel importante, mas se não houvesse o dinheiro por trás, para que a Sandra Oliveira organizasse este evento dos “Jardins Efémeros” na Praça D. Duarte e ruas adjacentes, o trabalho dela ficaria sem efeito. Pergunto se não será desonestidade, Senhor Deputado, não referir, especificamente neste Voto de Louvor, o Executivo Camarário? -----
MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? O Senhor Deputado Jorge Adolfo. Eu vou seguir aqui a metodologia de pôr as duas em discussão, depois darei a palavra ao Senhor Deputado. ---

-VINTE E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Vou ser muito rápido. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas. Para dizer o seguinte, eu já há pouco referi o elogio quando o Doutor Vicente falou na questão dos “Jardins Efémeros” na primeira intervenção que ele fez, e eu próprio também, e achei que, em nome da minha bancada, claro que foi uma iniciativa de grande mérito, para a cidade de Viseu, para os viseenses, etc., mas eu agora venho aqui dizer que pessoalmente abster-me-ei. Não sei se a bancada do meu Partido vai votar favoravelmente, mas pelo seguinte: por uma questão de princípio, isto é, sistematicamente, ou em quase todas as assembleias municipais, são propostas menções de louvor, por as pessoas fazerem o que têm que fazer. Eu pergunto: Então os varredores ali da rua também não deviam ter uma menção de louvor, em todas as assembleias, porque fazem bem o seu papel? Os jardineiros não deviam ter uma menção de louvor porque fazem o seu papel bem? E todas as pessoas que fazem o seu papel como devem fazer, deveriam ter uma menção de louvor? A mim parece-me que estamos a cair um bocado na banalidade, um dia destes é como as medalhas que dão no dez de junho, qualquer medalha já não tem o valor que tinha, por serem exceção, isto é, com todo o mérito que tem quem organizou os “Jardins Efémeros”, com o papel da Câmara Municipal, que foi também um papel importante, ou determinante, ou ativo, ou seja lá o que for, adjetivem como entenderem, mas parece-me que com esta quantidade de menções de louvor, um dia destes, qualquer pessoa, só porque fez o seu papel como deveria ter sido feito, que todos nós fazemos nas nossas atividades profissionais, em prol do concelho, ou sem ser em prol do concelho, em prol do País, temos direito a uma menção de louvor. Portanto, eu por essa razão, não é nada contra, não tenho nada contra o excelente papel que desempenhou a Senhora que o Carlos Vieira aqui referiu, mas é por uma questão de princípio. Acho que estamos a cair um bocado no exagero de atribuir menções de louvor a toda a gente. Então atribuam também a mim, eu trabalho todos os dias e faço o meu trabalho mais ou menos bem, eu acho que merecia uma equivalência qualquer, para eu também ter uma menção de louvor. Relativamente à questão dos incêndios, eu gostava de dizer o seguinte. Há bocado não intervim quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta fez a sua intervenção, porque o meu colega de bancada Marco ia falar sobre esse assunto, mas há uma coisa que eu gostava de dizer. Eu acho que nós à segunda-feira somos todos treinadores de bancada, isto é, à segunda-feira já temos os resultados dos jogos de futebol, eu estou aqui a fazer, digamos, uma metáfora, todos nós à segunda-feira já sabemos que jogadores é que deviam jogar para não termos tido o resultado que tivemos, o nosso clube, da mesma maneira que, quando nós vemos um incêndio, qualquer um de nós, não sei se há aqui bombeiros na sala, mas qualquer um de nós atacaria o incêndio de outra maneira, dispondo o pessoal noutros locais. Eu gostava só de dizer o seguinte, se há pessoas que merecem toda a nossa admiração e consideração são os bombeiros portugueses. Claro que, como em todas as profissões, há gente que cumpre de forma menos honesta, e os bombeiros são homens, também haverá alguns que se calhar deveriam fazer outra coisa. Portanto, eu acho que os bombeiros merecem todo o nosso respeito, mais a mais, porque dão a vida por defenderem coisas que não são deles e morrem, só neste verão morreram três ou quatro. Portanto, eu fico sempre um bocado triste, eu compreendo, só um minuto de tolerância por favor, eu fico sempre muito triste quando se fala numa instituição, que são os bombeiros portugueses, independentemente de serem Municipais ou Voluntários, porque por vezes a coisa não corre bem, e o incêndio que ocorreu, esse brutal incêndio que



andou três ou quatro dias a lavar no concelho de Viseu, teve uma série de fatores conjugados que deram no que deram. Agora, quem sou eu, diria, quem somos nós para dizer que eles estavam parados à espera que aquilo ardesse? Eu penso que isto é um bocadinho injusto para os bombeiros. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo, também para pedir um esclarecimento? Não, tem a palavra. -----

-VINTE E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Apenas para dizer que a bancada do Partido Socialista, como todos já perceberam, com exceção do Senhor Deputado Jorge Adolfo, irá votar favoravelmente estas moções, e no que particularmente diz respeito à Moção de Louvor aos “Jardins Efémeros”, e com toda a pluralidade que existe no Partido Socialista, que já por várias vezes foi demonstrada nesta mesma Assembleia, estamos efetivamente, respeitamos obviamente a posição pessoal do Deputado Jorge Adolfo, não nos parece que seja um ato de obrigação de um qualquer cidadão, o que aconteceu ali não foi um momento corriqueiro. Aliás, já foi dito ao longo desta manhã por vários deputados que foi de facto um momento alto da animação da nossa cidade, muito particularmente no centro histórico. A posição do Partido Socialista é mais ou menos conhecida a este respeito também, é que infelizmente aconteceu só este ano, entendemos que já há muitos anos poderia ter acontecido uma iniciativa deste género, como outras, porque precisamente promovidas por associações, por entidades, por empresas que se dediquem à animação, tivesse também o Executivo Camarário disponível para acolher este tipo de iniciativas. Pessoalmente manifestei a minha opinião num artigo que se publicou num dos jornais da cidade, da nossa região. Acho que efetivamente este tipo de iniciativas são altamente louváveis e que a Câmara Municipal tem que ter uma posição, como eu em jeito de imagem referi nesse mesmo artigo, que é como quando estamos a jogar matraquilhos, com o parceiro de trás quando está a chutar, nós não temos que fazer muito, é mesmo só levantar os bonecos para permitir que a bola passe e que seja meio caminho, é logo meio caminho andado para o golo, como eu disse nessa altura. Portanto, o Partido Socialista vota favoravelmente esta Moção de Louvor e só deseja exprimir nesta Assembleia que para o ano possa haver uma nova edição de “Jardins Efémeros”, e possam inclusivamente surgir outro tipo de iniciativas deste género, que ajudem todos, que ajude a Câmara Municipal também ao desenvolvimento do centro histórico, a animação no centro histórico, o repovoamento do centro histórico. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. O Senhor Presidente da Junta de Côta, também é sobre esta Moção? Sim, pode perfeitamente, três minutos. ----

-VINTE E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restantes presentes na sala. Sem mais, eu gostava de em primeiro lugar fazer uma correção aqui ao Senhor Deputado Carlos Vieira, que os vigias existem mais no concelho de Viseu. São mais. Só em Côta há dois, depois temos os de Santa Luzia, e depois temos o Aeródromo, também funciona como tal, e depois, pertíssimo, temos o do Sátão, que também faz ângulo com estes três. Portanto, atualize a sua informação se fizer o favor. Quanto ao que o Professor Jorge Adolfo aqui veio dizer, o Senhor Deputado Jorge Adolfo sabe que tenho muita estima e consideração por si, mas que não venha fazer insinuações que eu sou treinador de bancada de segunda-feira, porque, Senhor Deputado, eu estive lá e combati na frente do incêndio, passei lá dias seguidos, e duas noites sem ir à cama, com os meus funcionários da Junta, apoiados por um simples kit, e abandonados, que foi uma das coisas que eu comentei, abandonados ao nosso destino, sem um único bombeiro. Só quando o incêndio começou a chegar junto da povoação de Silvares e de Taparrego, e após muita insistência minha, é que lá colocaram meios, porque durante mais de vinte e quatro horas, zero! Estive lá eu, dia e noite, e aliás o



Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Cunha Lemos tiveram a oportunidade de me ver lá, assim como alguns dos meus colegas, o Carlos e outros, estivemos lá dia e noite. Por isso mesmo, quando falamos, falamos com conhecimento de causa e sabemos perfeitamente o que é que aconteceu no terreno. Era isto que eu queria dizer. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Senhor Presidente da Junta tem a palavra também. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre estas duas Moções, para depois dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder? -----

-VINTE E CINCO - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Eu não queria fazer disto um caso, claro, infelizmente a mata está ardida, mas como Lordosa também veio à baila, só venho aqui dizer, e para refletirem, e que os governantes também possam refletir. Eu tenho uma mata junto ao limite das matas do Estado, a minha mata estava limpa, ardeu igual. É impossível que um Estado saiba cuidar da sua mata, quando tem mato de dois metros e meio de altura. Isto não funciona, o fogo entra na minha freguesia pela mata do Estado, mesmo a Lei dos Baldios, temos que falar isto sem problemas nenhuns, tem que ser reestruturada. Penso que já chega, não estou contra as Comissões de Compartes, ou quem está nas Comissões de Compartes, não é isso, é uma Lei que tem que ser reestruturada, e a floresta tem que ser tratada de uma vez por todas. Independentemente se os bombeiros foram muitos, a Câmara foi incansável, viram-nos à frente do fogo, estiveram lá connosco, os Vereadores estiveram connosco, o Senhor Presidente da Câmara esteve connosco, os bombeiros estiveram connosco, e queria deixar aqui, realmente àqueles que não são bombeiros, nem têm formação, que são os populares, que foram incansáveis, e que se não fossem eles, os seus haveres, as suas casas, tinham ardido. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Lordosa. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre as duas Moções? O Senhor Deputado António Vicente de Figueiredo, e é a última inscrição que eu tenho, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e obviamente ao autor da proposta para responder às questões. -----

-VINTE E SEIS - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Para dizer que relativamente aos incêndios, à Moção dos incêndios no concelho, eu reforço as palavras do Senhor Presidente que me antecedeu, dizendo que efetivamente em tempos de catástrofe, os meios nunca são os necessários, nunca são suficientes. E o que aconteceu foi que, apesar dos meios necessários numa época normal de combate aos incêndios, nós verificámos o empenho das populações, o esforço desenvolvido também na Câmara, no combate no terreno. Agora, eventualmente, que havendo coordenação, havendo os meios necessários, fora desses momentos de catástrofe e de crise, as coisas funcionam. Esperamos é que continue a haver cuidado na prevenção, porque evidentemente está tomado como assente que efetivamente a prevenção antes da época de incêndios é fundamental, mas mesmo essa não é suficiente para que a catástrofe não aconteça. Relativamente ao Voto de Louvor, mais uma vez, para dizer que nos parece, a nós no Grupo Parlamentar do PSD, que esta Moção, omitindo o nome de um dos principais impulsionadores do projeto “Jardins Efémeros”, esta Moção é tendenciosa, e por isso a nossa posição é muito simples, vamos aguardar a informação do Senhor Presidente da Câmara, para depois tomarmos posição relativamente ao voto. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Não tenho mais nenhuma inscrição, vou pedir então ao Senhor Presidente da Câmara que faça o tal esclarecimento que foi solicitado. Tem a palavra. -----



-VINTE E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu naturalmente que tenho o hábito de intervir no final do Período Antes da Ordem do Dia, mas resolvi fazer a minha intervenção, por outro lado poupá-los-ei quando fizer a intervenção final para falar sobre incêndios e sobre esta questão dos “Jardins Efémeros”, já que têm previsto, ou proposto, duas moções. Eu gostaria que, pelo menos da parte da Câmara, ficasse o esclarecimento total. Sobre os incêndios, eu gostaria de dizer, e aproveito já para dar resposta a uma questão que foi aqui colocada, que se houve alguém que fez uma intervenção correta, atempada, foram os Senhores Presidentes de Junta das povoações, e eu queria deixar-lhes aqui um agradecimento, aliás, já relevei esta situação numa reunião que tive a nível ministerial, e onde disse e penso proferi-lo sem nenhum problema, que quem conhece a minha posição sobre as juntas de freguesia, que este problema dos incêndios em Viseu, para mim, justificava já a existência dos Presidentes de Junta em todas as freguesias. Portanto deixei isto bem claro na reunião que tive com os membros do Governo, tal foi a forma abnegada que vi os Senhores Presidentes de Junta, que foi quem deu primeiro resposta, juntamente com as populações. Eu queria dizer que, no que depende de nós, os kits de primeira intervenção serão disponibilizados. Mas queria dizer mais, queria dizer que eu próprio, e enquanto responsável a outro nível, já fiz declarações de que o combate aos próximos fogos florestais, que inevitavelmente nos assolarão, tem que ser feito agora. Nós queremos saber junto do Governo, já também nessa reunião começámos por fazer essa discussão, como é que se repartem convenientemente os meios, quer humanos, quer materiais. Foi uma dúvida que me ficou neste incêndio, foi se de facto os meios humanos e materiais estavam nos sítios mais adequados. Portanto, do que depender da nossa parte, vamos fazer essa discussão agora, rapidamente, no sentido de resolver a questão com tempo. Mas eu gostaria de dizer ainda outra coisa, há uma coisa que decorre diretamente daquilo que são as responsabilidades municipais, e essa ficou bem assegurada. Tive a sorte de ao mesmo tempo que deflagrou aqui o incêndio, tinha uma reunião da Associação de Municípios, que por esta ocasião, depois das férias de verão, inicia-se aqui em Viseu, e portanto estavam cá todos os colegas do País que têm assento naquele Órgão e entre eles o Presidente da Liga, que nos acompanhou e que esteve à noite com os Senhores Presidentes de Junta, foi-os encontrando. E queria dizer aqui, naturalmente pode ser reproduzido pelo próprio, que não imaginava que o concelho tivesse tão boas acessibilidades, aliás disse mesmo: “que se este incêndio fosse no meu concelho, já tinha ardido tudo”, tal é a maneira fácil como fomos acedendo pelas vias municipais, uma boa parte delas bem alcatroada, e portanto também queria deixar aqui esta situação. Bem, mas a minha intervenção foi por outro motivo, a proposta que está aqui tem uma questão que, para um observador atento, e eu faço conta de ser um observador atento, é bem visível. O Senhor Deputado que apresenta as moções, não tem nada a ver com os incêndios nem com os “Jardins Efémeros”, o que tem a ver é o seguinte: é deixar a Câmara de fora. Num lado e em relação aos incêndios, é dizer, “já avisámos que tem Bombeiros Municipais a menos”, velha história, “e equipamentos a menos”. Não temos nada disso, Senhor Deputado. Eu queria dizer, há um estudo, neste momento, está prestes a ser publicado e que faz a radiografia do País inteiro e traz uma Diretiva da ONU, que de vez em quando tem sido aqui trazida e às vezes até na Comunicação Social, também sempre pela mesma pessoa, para confundir as situações, e que diz basicamente o seguinte: “combatem-se bem os incêndios se cada comunidade tiver um bombeiro por cada mil habitantes”. O que é que se vem dizer aqui com frequência? Bem, Viseu tem cem mil habitantes, devia ter cem bombeiros. Pois tem, tem duzentos e vinte e cinco bombeiros, é quanto tem Viseu, porque aquilo que se quer é confundir os Bombeiros Municipais com os Voluntários. Portanto dizia-se que Viseu só tinha trinta e nove bombeiros, tem também os Voluntários. Aliás, Voluntários, eu gostaria de o transmitir, possivelmente o saberão, a Câmara de Viseu paga o seguro, nós pagamos o seguro a cento e não sei quantos bombeiros, e agora até foi pedido para mais trinta e cinco. Portanto a Câmara é responsável pelo pagamento do seguro dos Bombeiros Voluntários,



não sei se saberiam isso, é responsável também pelos subsídios que atribui aos Bombeiros Voluntários e foi o principal veículo promotor que financiou o quartel dos Bombeiros Voluntários. Portanto não temos nada na consciência que nos acuse, quer dos Bombeiros Voluntários, os viseenses podem ficar de certo modo despreocupados com o número de bombeiros que temos no concelho. Porque se por acaso, se ocultássemos os bombeiros profissionais neste rácio, havia concelhos que estavam aflitos, não têm nenhum bombeiro municipal, quer dizer que é uma ausência total de cobertura? Não é nada disso. Os nossos Bombeiros Municipais, que vão ter agora uma viatura nova, porque conseguimos o financiamento para ela, e portanto vão ter uma viatura nova, e nós daremos os meios e os meios humanos à medida das possibilidades orçamentais do concelho, e não vamos além disso. E é bom que os viseenses saibam que os nossos bombeiros custam cerca de um milhão de euros por ano. No outro dia alguém falava, aqui há pouco saiu, penso que na semana passada, um documento sobre o concelho, das finanças públicas, e uma coisa que dizia era que valia a pena, dá essa sugestão, que se saiba a despesa pública de que cada cidadão beneficia, para saber qual o seu contributo. É bom que também saibam que os nossos contribuintes municipais contribuem com um milhão de euros para os Bombeiros Municipais, têm que saber isso, se duplicarmos, este tem que ser dois milhões de euros, e por aí fora. Portanto é bom que saibam isto e também é bom que se saiba que só há vinte e quatro Corporações de Bombeiros Municipais, o que significa que se o combate aos fogos estivesse apenas dependente dos Bombeiros Municipais, então estávamos feitos, porque a maioria dos concelhos, a grande maioria dos concelhos, não tem Bombeiros Municipais. Portanto, sobre isto já estamos percebidos do que se quer com esta Moção, dizer que a Câmara não tem tratado bem os seus Bombeiros Municipais. A mesma coisa, exatamente a mesma coisa, aliás a fonte é a mesma, dos “Jardins Efémeros”. Eu queria aqui dar uma notícia, que pode depois ser comprovada pela própria, eu fui simpaticamente, tive um pedido de reunião com a Doutora Sandra Oliveira, que me foi agradecer à Câmara o grande esforço e empenhamento que a Câmara tinha feito sobre os “Jardins Efémeros”. Aliás, apetecia-me dizer ao João Paulo, de matraquilhos ele é capaz de estar bem informado, mas é bom que saiba este jogo, o Partido Socialista que levante os bonecos, que não andem também a chutar uns nos outros, porque aquilo que ele veio dizer é, a sociedade civil fez o seu dever, fez aquilo que devia, a Câmara se calhar não fez, nem sequer levantou os bonecos. Bem, mas a Comissão Política do Partido Socialista veio-me perguntar o que queria saber: quem é que pagou os “Jardins Efémeros”, quem é que financiou, se foi a ADDLAP, se foi a Câmara, porque é que a Câmara antecipou o dinheiro? Isto foi público, veio num comunicado, portanto os Senhores que se andaram a pavonear, à espera que alguém confundisse que se calhar os “Jardins Efémeros” tinham a ver com o Partido Socialista, mas não tiveram nada a ver. Teve a ver com o dinheiro que a Câmara envolveu e também naturalmente com a atividade de uma jovem, que tem uma empresa, como dizia o Doutor Jorge Adolfo, foi uma atividade empresarial, mas levada a efeito com o mérito que nós pagámos. Mais, queria dizer-vos que já acertei com a jovem um outro grande evento para o próximo ano no centro histórico. Portanto estão a ver, a Câmara não é de modo nenhum uma parte que se possa pôr de lado, antes pelo contrário, a Câmara é determinante, não havia “Jardins Efémeros”, se não fosse a Câmara, tenho a certeza. Agora, é evidente o que é que se pretende, é tirar a Câmara disto, esta música nós já a conhecemos, tudo o que seja negativo, acerta-se com a Câmara, tudo o que seja positivo, a Câmara não teve nada a ver com isto. “Deixem respirar a sociedade civil”, é isto que dizem. Vocês são tão incompetentes, que a sociedade civil faz, os mesmos que numa iniciativa anterior elogiaram grandemente o promotor, e que não teve nem mais nem menos de que a mesma génese desta iniciativa. Foi aquela iniciativa levada a cabo pela Comunidade Intermunicipal, com grandes elogios públicos ao Presidente da Comunidade Intermunicipal, mas que fez exatamente a mesma coisa que nós fizemos nos “Jardins Efémeros”, pagou a uma empresa, muito mais do que nós pagámos pelos “Jardins Efémeros”, mas muito mais, e portanto a obra apareceu. Já perceberam os



critérios, num lado é assim, noutro lado é assado, nós já percebemos, mas queria-vos dizer que já, mesmo no fim da minha carreira de autarca, não me deixo levar por este tipo de situações, nem de insinuações. Acho que aquilo que se pretende no centro histórico foi aquilo que o Doutor Jorge Adolfo aqui trouxe, que era preciso neste momento levar para lá as pessoas a habitar, mas é evidente que temos que criar uma série de condições que não dependem da Câmara, a Câmara já fez aquilo que devia fazer, e fez muito, e vai continuar a fazer, tratar bem dos espaços públicos, pôr à disposição, como fez, habitações abaixo do custo da Câmara, para atrair pessoas para o centro histórico, e depois naturalmente que há de ser a grande ação, aliás, ainda hoje vem aqui, exatamente num dos Pontos da Ordem de Trabalhos, uma isenção de um imposto que é receita camarária e que está ao abrigo desta facilitação de obras no centro histórico, e portanto é isto que a Câmara tem que fazer. Eu queria dizer que nós demos, através da ADDLAP, 36.445 € mais IVA, e já agora deixem-me dizer outra coisa, eu sei que houve muita gente que criticou porque é que a Câmara adiantou o dinheiro, até isto, a Câmara adiantou o dinheiro porque tem fundo disponível, a maioria das Câmaras aqui não o podia, não têm fundo disponível, nem sequer isso têm, nem se podiam adiantar. Mas o que é que foi proposto à Câmara e que a Câmara aprovou, não sem rebuço aliás, por proposta minha? Foi que neste momento o programa comunitário que suporta isto não tem possibilidade de deixar já o dinheiro, e se a Câmara antecipar o dinheiro, naturalmente que quando depois vier do fundo comunitário, a Câmara é ressarcida. Foi este crime que fizemos, só. Uma Câmara com dinheiro que possibilitou a obtenção de duas coisas em simultâneo, um grande evento, e por outro lado um financiamento comunitário, que se não viesse para aqui, iria não sei para onde. Apenas isto, Senhor Presidente, estes esclarecimentos antes da votação que, pelos vistos, vai decorrer agora. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para os três minutos de respostas, eu gostava só de lhe pedir alguma precisão aqui nos dois documentos que nos apresenta, porque temos que ser rigorosos. Aquilo que nos apresenta sobre os “Jardins Efémeros” não pode ser considerado uma Moção, quando muito pode ser considerado um Voto de Louvor, o que significa que aquilo que põe no início não corresponde depois ao texto. Segundo aspeto, a segunda Moção também não é uma Moção. Eu estive a lê-la com atenção e depois de conferenciar com os meus colegas da Mesa, aquilo que vem sobre a forma de Moção é uma recomendação à Câmara, em matéria que é da exclusiva responsabilidade da autarquia. Portanto, o que eu irei fazer é, ou deixa cair a recomendação, ou então não a irei colocar à votação e remeterei para a Câmara Municipal como uma recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Municipal a esta autarquia. De facto estava a ir, como li o título e depois não tinha lido com atenção o resto, estava a ver isto como uma Moção, quando efetivamente é uma recomendação. Peço-lhe só que seja um pouco mais rigoroso na apresentação destes dois documentos para eles se enquadrarem nesta matéria. Pensei que ainda tinha mais um pedido de esclarecimento da parte do Senhor Deputado João Paulo Rebelo, é um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Carlos Vieira? Faça o favor, pois faz todo o sentido, ele depois só terá direito a usar da palavra uma vez, os Senhores Deputados em cada Ponto podem usar da palavra duas vezes. -----

-VINTE E OITO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Por economia de tempo dispense-me dos cumprimentos habituais. O esclarecimento ao Senhor Deputado Carlos Vieira era no sentido de confirmar aquilo que eu acho que ouvi aquando da apresentação deste Voto de Louvor, e refiro-me à questão dos “Jardins Efémeros”, que se está a referir à Câmara Municipal. Portanto, o Partido Socialista vota favoravelmente este Voto de Louvor, porque é evidente que a Câmara está incluída também, para nós é evidente que a Câmara esteve envolvida desde o início, e aproveitar também para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, na intervenção que agora fez, que, enfim, o Partido Socialista já sabia que o Senhor Presidente não lida propriamente bem com a crítica, agora surpreende-nos é não lidar bem com o elogio. Nós aqui nesta



Assembleia temos pouco que ver, aliás, nem nos queremos imiscuir nesses ciúmes que há entre concelhos vizinhos e entre Presidentes de Câmara, que não manifestámos relativamente nada sobre a Prova Dão Lafões, estamos aqui a falar dos “Jardins Efémeros”, e o que dissemos desde a primeira hora foi que esteve bem a Câmara Municipal em apoiar aquela iniciativa. O Voto de Louvor refere a Câmara Municipal e por isso o Partido Socialista vota favoravelmente. Nunca, da nossa parte, quisemos deixar a Câmara de fora, o que dissemos e reiteramos é que temos pena que noutras circunstâncias a Câmara Municipal não tenha estado disponível, não tenha andado tão bem, como andou desta vez. Aprendeu, não quero estar aqui a dizer, aprendeu a lição, mas pelos vistos é uma nova postura que a Câmara tem, agora reiterada pelo Senhor Presidente, até em dizer que para o ano vamos contar novamente com uma edição, e até reforçada, segundo percebi. O Partido Socialista só aplaude, daí o voto favorável. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Dou então a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para responder, tem três minutos. -----

-VINTE E NOVE - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Em primeiro lugar, de facto um esclarecimento ao Senhor Deputado Vicente e ao Senhor Presidente da Câmara. Como disse o João Paulo Rebelo, de facto o Voto de Louvor aos organizadores, noutras assembleias até já vi votos de louvor que lhe chamam moções de louvor, mas enfim, não vou discutir. Está dito o apoio institucional da própria autarquia, os Senhores é que só ouvem aquilo que lhes convém. O Bloco de Esquerda não deixa ninguém de fora, quem por acaso deixa de fora é o Senhor Presidente da Câmara, quando se refere por exemplo a alguns viseenses como dispensáveis, nós achamos que ninguém neste concelho é dispensável. Por outro lado, dizer ao Senhor Deputado Jorge Adolfo, que de resto é um ilustre arqueólogo e professor, mas não me consta que tenha sido atração de multidões à nossa cidade, portanto talvez uma qualquer conferência científica, até pode ser. De facto, este evento, nunca houve na nossa cidade um evento que tenha concitado tanto entusiasmo, que tenha conseguido um trabalho em rede com agentes culturais, com artistas, com associações do concelho, e até de fora do concelho, estou-me a lembrar da ACERT por exemplo, também esteve envolvida, e isso foi bom para a cidade e também foi bom para a autarquia, porque a autarquia naturalmente como apoiante institucional, como é referido aqui, também aproveitou. Naturalmente que nós não referimos no Voto de Louvor a questão do financiamento, porque aquilo que foi dado a toda a gente é que o financiamento era da ADDLAP. Eu acho muito bem que o Senhor Presidente da Câmara tenha emprestado dinheiro à ADDLAP, não tenho problema nenhum quanto a isso, quer dizer, podemos discutir outras coisas, mas sobre isso não vou discutir. Relativamente aos incêndios florestais, dizer ao Senhor Presidente da Junta que eu, quando falei nas torres de vigia, estava a referir-me concretamente à de Santa Luzia e à de Côta, estava-me a referir aos locais, são duas em Côta, está bem, mas estava-me a referir aos locais, Santa Luzia e Côta, porque no Aeródromo não há torres, há é a torre do Aeródromo. A do Sátão não conta para este totoloto, eu sei que é perto, portanto a minha informação não era assim tão descabida. Eram dois locais, o Aeródromo está bem, tem lá a torre, mas não é propriamente uma torre de vigia. O que está em causa aqui não é agora vir aqui questionar o papel da autarquia, eu sei que o Senhor Presidente teve um papel ativo na chamada de meios aéreos, a intenção desta Moção, que o Senhor Presidente da Mesa entende que é uma recomendação, não me resta outra alternativa, como é costume, se não acatar, contrariado, mas acato, porque o fundamental para mim não é que isto seja aprovado, porque os Senhores até têm a maioria, e já uma vez reprovaram. Eu disse-vos aqui que se houvesse uma tragédia que vos vinha pedir responsabilidades, para pensarem bem como é que votavam. Eu não venho aqui fazer agora essa cena, talvez seja desagradável tão a quente, só vos peço para refletirem, e peço ao Senhor Presidente da Câmara para refletir, porque o Senhor pode ter contactos e ter conseguido mobilizar todos os meios aéreos, mas o trabalho que me foi dito pelos Senhores Presidentes de Junta, os trabalhos essenciais eram dois, era a prevenção, os Senhores



Presidentes de Junta tiveram o cuidado de referir a falta de prevenção, e o ataque inicial, e isso também falhou, depois falhou a coordenação, etc., porque não há um plano e os meios, os trabalhos que competem ao concelho definir no que concerne à coordenação desse ataque inicial e desses serviços de prevenção. É só. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Quer fazer algum esclarecimento adicional, Senhor Presidente? Faça o favor. -----

-TRINTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, também dispense os cumprimentos. Eu não posso admitir que se diga que o incêndio eventualmente teve aquelas proporções porque a Câmara não fez o trabalho de prevenção. Eu não vi lá o Senhor Deputado em lado nenhum, eu encontrei lá os Senhores Presidentes de Junta, à noite, e andei no outro dia no meio do incêndio, corri as povoações todas, não encontrei lá os Senhores, não vos vi em lado nenhum. Dizer que a Câmara não preveniu, bem, aquilo que ardeu não foi nada municipal, já fiz essa crítica também, matas do Estado que estão por tratar, agora não foi nada da Câmara, nem foi por falta dos meios, aliás, esta relação não foi só agora dita, foi escrita durante muito tempo, é para se fazer esta ligação com a falta de meios, o que isso quer dizer é que nós não temos Bombeiros Municipais. Portanto houve um incêndio, correu foi mal, porque havia quinhentos e tal bombeiros no terreno. Ora, com trinta e nove bombeiros municipais não podia ser determinante a ação dos bombeiros municipais, diluiu-se naturalmente no meio dos outros bombeiros, mas isto é o que se quer trazer. Já agora deixem-me dizer que eu também estranhei, muito sinceramente, e não vale a pena estar aqui a encanar a perna à rã, não sou pessoa para isso, e depois destes anos todos, também não quero acabar desta forma, podem vir os elogios do Bloco de Esquerda que para mim são perfeitamente, deixe-me dizer que um elogio do Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Viseu, eu considero-o negativo. Mais, considero que são boas e bem vindas as críticas do Bloco de Esquerda, porque naturalmente ele mesmo diz que qualquer coisa que venha no sentido positivo tem água no bico, eu já não alinho nisso. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Vamos então passar à votação do Voto de Louvor, já acabou a discussão, o debate, sobre esta matéria. Antes de irmos ao Voto de Louvor, só esclarecer o Senhor Deputado de que tem sempre um recurso regimental, que é, das decisões da Mesa pode sempre recorrer para o plenário da Assembleia Municipal, é um direito que lhe assiste. E já agora dizer-lhe uma segunda coisa, o que a Assembleia Municipal, na altura a Mesa, sobre esta matéria de recomendação ao Executivo, da competência exclusiva, para além de achar que estava a fazer uma boa interpretação, quis-se alicerçar num parecer e pediu esse parecer aos serviços jurídicos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e com base nesse parecer e naquilo que é a nossa interpretação, por acaso dos três, dois até somos juristas, portanto também temos obrigação de saber interpretar a Lei, o critério que estou a aplicar aqui, que está a Mesa a aplicar, é exatamente o mesmo critério que já foi utilizado noutras ocasiões, e estávamos aqui a ser um pouco induzidos em erro ao ler Moção em cima, e eu acelerei logo a pô-la em debate, quando efetivamente no caso concreto devia ter dito logo, vamos remeter para o Executivo Municipal. Sobre a questão dos incêndios, o que faremos é, como é uma recomendação, remeteremos ao Executivo Municipal. Sobre o Voto de Louvor aos organizadores do evento “Jardins Efémeros”, o que diz aqui é: “Pelos motivos atrás considerados, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária, em vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, decide aprovar um Voto de Louvor a Sandra Oliveira, extensível aos produtores, a todos os técnicos, artistas, animadores e aos apoiantes que ajudaram a realizar o evento “Jardins Efémeros”, que mostrou como a cultura, as artes e a criatividade em geral são essenciais para a revitalização e reinvenção do espaço público, bem como para o fomento do turismo e da economia local”. Portanto, este é o voto propriamente dito que eu irei colocar à votação. *Foi rejeitado com treze votos contra, onze a favor e trinta e cinco abstenções.* Senhor Deputado tem o direito de o fazer, faça favor. -----



-TRINTA E UM - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD): Para dizer que o meu voto contra tem a ver com aquilo que eu pedi ao Senhor Presidente da Assembleia para ler o Voto de Louvor, e efetivamente no Voto de Louvor não está explícito o nome da Câmara Municipal de Viseu, que foi tão pura e simplesmente o principal investidor neste projeto. Há uma referência ligeira nos considerandos, mas no Voto de Louvor não está. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado Jorge Adolfo, também quer fazer uma declaração de voto? -----

-TRINTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Senhor Presidente, duas coisas muito breves. Uma, para reiterar que a minha abstenção não se prende com a Senhora promotora ou a empresa dela, prende-se com o princípio, que é geral para este evento ou para todos os outros que venham a votação. Segundo ponto, eu gostava de dizer o seguinte, que aqui nesta Assembleia tem havido um cuidado, desde que eu sou membro desta Assembleia pelo menos, de nunca se fazer referência, independentemente da proveniência profissional dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta, e de todos os membros da Assembleia, nunca se fazer qualquer referência à sua atividade profissional como argumento político, na disputa política aqui nesta Assembleia, nunca ouvi referência disso. O meu amigo Carlos Vieira fez referência à minha atividade profissional, como sendo, enfim, comparativamente com os milhares de pessoas, entre os quais estive eu, que foram a esse evento muito interessante, e que eu tive ocasião de dizer que foi extraordinário para a cidade, fez referência que eu não teria a audiência que teve aquele evento. Eu gostava de saber, que nem é minha intenção ter, porque enquanto professor, o que eu pretendo é multiplicar o saber e transformar as coisas em coisas perenes, e não em efémeras, como este acontecimento. Já diziam os Romanos: “Pão e circo é muito bom”. Este acontecimento, não sendo circo, mas é algo efémero, e eu na minha atividade não me pauto por produzir coisas efémeras. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Muito bem, dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal no âmbito ainda do Período Antes da Ordem do Dia. Ainda temos, só para orientação, ainda temos cinco Senhores Deputados neste período. -----

-TRINTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exma. Mesa da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Examos. Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. Pese embora os compromissos assumidos entre Portugal e a denominada troika, assistimos, por parte do décimo nono Governo de Portugal de coligação PSD/CDS-PP, a um contínuo e crescente conjunto de medidas de austeridade, que tem conduzido drasticamente Portugal e a esmagadora maioria dos portugueses a uma situação incompatível com níveis minimamente aceitáveis de condições de vida. Após um ano de governação PSD/CDS-PP, os portugueses têm sido alvo de um experimentalismo denominado de “capitalismo científico”, que tem abalado a Europa e que em Portugal, com o aumento do desemprego de 12.1% para 15.7%, simultaneamente aumentaram as desigualdades, o desânimo e a emigração dos jovens melhor preparados de sempre, provocou ainda maior dificuldade no acesso a cuidados de saúde a uma franja considerável da população, mais fragilizada ao nível económico e social, assim como nos acessos ao Ensino e à Segurança Social. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Viseu vem propor a seguinte Moção. *Moção: Dado que a opinião generalizada dos mais variados especialistas e personalidades é contrária às alterações da TSU pelos mais variados motivos: Considerando que esta proposta de alteração da TSU fere o princípio fundamental da equidade dos impostos e pode mudar irremediavelmente a filosofia que durante décadas norteou o sistema de Segurança Social português, deixando de haver uma relação comutativa entre o esforço (a taxa) e as correspondentes prestações sociais na velhice, invalidez, desemprego, ou doença; Considerando que não promove a criação de emprego, mas sim o seu agravamento, uma vez*



que a incidência desta medida na diminuição dos custos salariais será apenas de 0.9%, logo insignificante, e por si só não promove o emprego, mas a sua diminuição, motivada pelo maior arrefecimento da economia; Considerando que a sociedade portuguesa repudiou esta medida nos mais variados fóruns, culminando nas manifestações populares do passado dia quinze de setembro. Os Deputados da Assembleia Municipal de Viseu reunidos em sessão ordinária, no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e doze, apelam ao Governo que reconsidere a medida anunciada do aumento da TSU em 7% para os trabalhadores portugueses e que estude outras possibilidades para o equilíbrio das finanças públicas, que sejam mais justas e equitativas para todos os cidadãos, e que em simultâneo promovam a recuperação da economia e do emprego. Enviar cópias obviamente ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Presidente da Assembleia da República e aos Líderes Parlamentares.

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Manuel Teodósio tem a palavra. -----

-TRINTA E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD): Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas. Eu quero acreditar que esta Moção esteja escrita há alguns dias, porque a forma, esta Assembleia não se realizou até sexta-feira passada, o que é aqui pedido é para aprovarmos uma Moção para que deixe de existir, já o Governo, através do seu Primeiro Ministro em reunião com o Conselho de Estado na sexta-feira, transmitiu que já caiu a Taxa Social Única, e neste mesmo momento, se os Senhores têm outros canais diferentes da nota informativa do Conselho de Estado e das palavras das pessoas que têm essa responsabilidade, é bom que efetivamente venham cá transmiti-las, neste preciso momento está a decorrer a reunião da concertação social, onde precisamente estão a ser debatidos estes assuntos. Portanto, queremos aqui ficar bem numa fotografia, tipo acabar com uma coisa que já se anunciou que está acabada, não faz qualquer sentido, não ficaríamos bem nessa fotografia e nós para esse tipo de fotografias, não damos para esses pedidos, como é óbvio. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Há mais algum Senhor Deputado que se pretenda pronunciar? O Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-TRINTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): De facto, já nem os ditames da troika ilibam o Governo do PSD e do CDS de conduzir o País para o abismo. O Ministro das Finanças, apesar da troika ter concedido mais um ano para a redução de défice para menos de 3%, precisando apenas de oitocentos e cinquenta milhões de euros para o fazer descer dos 5% deste ano. De facto, a situação social é tão grave, que o Governo viu as medidas anunciadas criticadas, até por gente da sua área política, incluindo ex-ministros do PSD e do CDS, até JSD e JS, e o ex-ministro Bagão Félix denunciou a subida da contribuição das famílias para a Segurança Social como um imposto, puro e duro, e as alterações no IRS como um aumento violento da carga fiscal. As manifestações do passado dia quinze de setembro mostraram à evidência que o Povo está farto de austeridade, o que levou a um aparente recuo da parte do Governo, depois do Conselho de Estado da passada sexta-feira. O esclarecimento que eu queria pedir ao Senhor Deputado é se o Partido Socialista também está contra as medidas que se vislumbram no horizonte para substituir estas medidas da TSU, lembrando que é necessário apresentar alternativas à esquerda. Basta lembrar os três mil, quatrocentos e quarenta e seis milhões de euros que o Governo descobriu terem sido transferidos ilegalmente para offshores por capitalistas, a quem cobrou apenas 7.5%, quando mereciam oito anos de prisão, pela Lei. Se pagassem os mesmos impostos de qualquer trabalhador, dariam ao Estado dois mil milhões de euros, sensivelmente a mesma importância que o Governo tirou aos trabalhadores da Função Pública e aos Reformados. Isto é uma proposta, espero que, naturalmente o Bloco de Esquerda tem apresentado outras, espero que o Partido Socialista tenha também propostas que gostava que partilhasse connosco. -----



-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Tenho mais uma inscrição do Senhor Deputado João Paulo Rebelo. Tem a palavra. -----

-TRINTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO

(PS): Uma vez mais, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, minhas Senhoras e meus Senhores. Trata-se aqui de uma matéria em que obviamente estaremos todos com algum grau de especulação. Houve de facto um anúncio do Senhor Primeiro Ministro há uns dias, há um comunicado do Conselho de Estado, não é do Senhor Primeiro Ministro, é do Conselho de Estado, em que de facto há referência a que, em Conselho de Estado, o Governo, através do Senhor Primeiro Ministro, se terá demonstrado disponível para rever a situação. De qualquer das formas, a Moção que o Partido Socialista aqui traz não é de todo extemporânea, o que é dito claramente é que não somos favoráveis a um aumento da TSU, porque falou-se em 7%, e a alternativa pode ser aparecer com um acréscimo à taxa de 4%, ou de 5%, ou de 3%, e estamos a falar de TSU na mesma. Portanto, eu acho, em nome do Partido Socialista, que era importante que esta Assembleia Municipal, que representa os viseenses porque fomos para isso eleitos, que de facto, se interpretar o que é o sentimento de todo o Povo deste concelho, é recomendar, através de uma Moção ao Governo, e que é feita, digamos, quero elogiar inclusivamente o meu colega Deputado de bancada Carlos Portugal, nos termos em que a põe, em que reconhece que o momento é difícil, em que reconhece que é necessário fazer sacrifícios, mas que de facto não é pela via do aumento da TSU, penalizando portanto os trabalhadores, que o equilíbrio das finanças públicas deve ser feito. E desse ponto de vista, eu apelo, obviamente que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Moção, eu apelo a que todos o Deputados desta Assembleia a votem também favoravelmente, não no sentido em que estamos aqui nas tradicionais discussões da “partidarite”, como se diz lá fora, isto não é o Sporting contra o Benfica, isto é uma questão que interessa efetivamente a todos os portugueses. E o que hoje esta Assembleia tem aqui hipótese de deixar claro é que, meus Senhores, percebemos que é necessário tomar algumas medidas, por favor não sigam esse caminho, porque esse caminho é errado, porquanto é penalizador para todos os trabalhadores portugueses. E sem, como está dito à evidência por todo o lado, sem de facto, digamos, um lado positivo a defender esta medida. Assim, o voto do Partido Socialista é obviamente favorável e consideramos, mais uma vez, não é extemporânea, vai a todo o tempo, porque, como disse o Senhor Deputado Manuel Teodósio, efetivamente está hoje reunida uma sessão de concertação social, mas não sabemos e é nos próximos dias que irão ser tomadas medidas. Se todas as assembleias municipais do País aprovassem Moções deste género, seguramente reforçariam essa vontade que todos os portugueses têm de que o Governo não siga por esse caminho. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O Senhor Deputado Mota Faria, para debater esta Moção que está em discussão. -----

-TRINTA E SETE - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE

FARIA (PSD): Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros da Assembleia. Eu fiquei aqui um bocadinho até sensibilizado por esta intervenção do membro desta Assembleia, João Paulo. Fiquei sensibilizado porque julgava que ele ia começar por dizer “nós pedimos desculpa aos portugueses, pedimos desculpa aos viseenses, pela herança ruínosa que deixámos, pela bancarrota a que levámos o País, por termos pedido o resgate, por termos assinado o memorando”, e dentro deste pedido de desculpa, depois agora temos aqui o problema da TSU. E não há nenhum político, nenhum, de qualquer partido, que não tenha sensibilidade social e queira aumentar os impostos por aumentar impostos, é óbvio, e talvez tivesse dito “nós temos uma alternativa à TSU, e temos uma alternativa à TSU que é a taxa sobre as PPP’s, que estão falidas na maior parte dos casos, e que noutros casos, essas PPP’s têm, com os agravamentos fiscais, um encargo para o Estado, a célebre taxa ridícula que apresentaram, talvez seja essa a



taxa de alternativa. Talvez dizer e congratular-se que “nós assinámos os acordos das PPP’s” que levavam um encargo de oito mil e dois milhões de euros. E que este Governo, pronto, já conseguiu negociar alguma coisa e que isto, já com a revisão, tem uma poupança de dois mil cento e sessenta e quatro milhões, conseguiu aqui já alguma coisa este Governo, derivado do nosso negocio ruinoso com as PPP’s. Mas não. Vêm aqui com a TSU a destempo, quando já o próprio Governo, que tem sensibilidade, o Governo que já analisou, viu a situação dos portugueses e já apresentou, e diz que vai apresentar alternativas, e eu julgava que vinham aqui com alguma proposta alternativa também ajudar então nós próprios, Assembleia Municipal, ajudávamos o Governo com propostas alternativas, mas não. Mas esqueceu-se de outra coisa que está nos considerando desta Moção, é que não só nos legaram uma herança ruinososa em termos económicos e financeiros, mas principalmente foi a social. E a social, foram o aumento das desigualdades sociais, foi o aumento do fosso entre ricos e pobres, foi o aumento da pobreza e da exclusão social, foi o aumento do desemprego. Essa também foi a herança social ruinososa que nos deixaram. E agora vêm aqui como se não tivessem nada a ver com o assunto, como se estivessem no governo, fosse um governo que não tivesse nada a ver com o Partido Socialista, vêm aqui propor esta situação, que é uma situação que já está enquadrada, que já foi apresentada e o Governo, e muito bem, teve a humildade democrática de dizer que vai apresentar alternativas, já o disse, e agora a destempo vem propor esta situação. Agora deviam era fazer uma análise global de toda a situação e principalmente da herança ruinososa que deixaram aos portugueses. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não vou participar na discussão formal, mas só por uma questão de correção, para ficar na Ata devidamente correto, a ordem de grandeza não são milhões, mas mil milhões. Mais alguém se quer pronunciar sobre esta matéria? Deixe-me só ver aqui com a minha Mesa se efetivamente já não esgotou as duas oportunidades que tinha para intervir sobre esta matéria. É a primeira, então tem mais três minutos. -----

-TRINTA E OITO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Deputado Mota Faria, eu não tinha intenção de voltar a intervir, porque achei que efetivamente houvesse o bom senso de não vir com uma conversa demagógica, que eu julgo que consigo esclarecer em pouco tempo. O balanço dos governos socialistas, de 2005 a 2011, será seguramente melhor feito daqui a alguns anos, mas acreditam, como eu, que efetivamente o governo foi apanhado no ano de 2008 numa crise sem precedentes para a economia mundial. Aliás, há uma frase americana muito conhecida que se aplicaria se calhar aqui um bocadinho a esta discussão, que é: “It’s the economy, stupid”. De facto é a economia. A economia foi o que prejudicou, e numa crise, eu julgo que aí estaremos todos de acordo, sem precedentes. Até porque quando se vem falar do Partido Socialista nesses anos não ter feito obra social, enfim, talvez para nos rirmos um pouco nesta Assembleia, como se não bastassem os exemplos que nós temos no concelho de Viseu, do que foi feito precisamente nesses aspetos sociais, temos em toda a região, temos em todo o País, quer dizer, é por demais evidente, e esta questão permanente do aumento da dívida pública, sem se olhar precisamente também para aumento do desemprego, mais uma vez provocado pela crise económica, obviamente isso tudo tem custos, a postura do Partido Socialista aqui não é de facto discutir a política como se de futebol se tratasse. Nós sabemos que o País vive uma situação difícil, o Partido Socialista terá tomado posições erradas no passado, admite-se obviamente que sim. O Senhor Presidente da Câmara, ainda numa entrevista recente que dá, diz que em vinte e tal anos também cometeu os seus erros, todos cometemos os nossos erros, portanto também não está aqui o Partido Socialista a dizer que o Governo do Engenheiro José Sócrates foi extraordinariamente feliz em todas as matérias que decidiu, terá tomado algumas atitudes e algumas medidas que possam não ter sido as corretas, mas o balanço, Senhor Deputado, o balanço far-se-á seguramente de forma tranquila daqui a uns anos, no que foi o desenvolvimento humano,



no que foi o investimento das tecnologias, na formação dos cidadãos, enfim, tudo isso depois com mais tranquilidade, daqui a uns anos, falaremos. O que está em causa hoje não tem rigorosamente nada que ver com o passado, é uma posição humilde do Partido Socialista em reconhecer que o País atravessa um momento difícil, não nos cabe a nós, e para concluir, Senhor Presidente, apresentar aqui propostas, não cabe a esta Assembleia apresentar propostas, mas é evidente que elas são conhecidas da maior parte dos portugueses, só se o PSD e o CDS no Governo não quiserem ver. É evidente que se trata de pôr a pagar quem infelizmente não contribui na medida que deve, isso é evidente. Também não quero estar aqui a dar mais azo a este discurso, porque a determinada altura pode ser interpretado como demagógico. Agora, o que já não é mais suportável é de facto serem os trabalhadores, serem os de sempre a pagar. É só isto que esta Moção hoje aqui requer, e é só isto que queremos que a Assembleia se solidarize com isto. Muito obrigado. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. O Senhor Deputado Alexandre Santos também tinha pedido a palavra? Quer intervir? Tem três minutos. Depois desta última intervenção darei a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal para responder às questões que lhe foram colocadas. Também o Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

-TRINTA E NOVE - O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA GOMES SANTOS (PS): Por uma questão de economia de tempo vou dispensar os cumprimentos. Só para me referir aqui a uma questão que o Senhor Deputado aqui enfatizou, como quase um ato heroico, que foi esta renegociação das PPP's. O que eu gostaria era que se o Senhor Deputado conhece, que nos apresentasse as cláusulas dessa esta renegociação das PPP's. Porque segundo o que se consta e segundo o que é falado, essas cláusulas são ainda mais penalizadoras e ainda mais ruinosas para o Estado, tendo o Estado assumido uma série de obrigações que vão ainda fazer disparar a longo prazo a despesa que iria ter com as PPP's. Portanto, se o Senhor Deputado conhecer essas cláusulas, agradecia que as apresentasse, porque eu creio que no futuro ainda vamos falar dessa renegociação aqui nesta Assembleia. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: É a última inscrição que tenho, o Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

-QUARENTA - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD): Senhor Presidente, também dispense os cumprimentos. Hoje realmente temos aqui um novo Partido Socialista, com uma tática perfeitamente invertida. Entrou aqui com o fato de trabalho, com grandes elogios, a gente estava aqui a desconfiar, porque estas coisas estranhas ainda não tinham sido trazidas, normalmente estávamos à espera que viessem, e agora, depois de passar tipo por muito boa pessoa, agora que já convenceu que somos todos muito boas pessoas, então agora vamos tirar o fato e pôr as garras de fora. Ora meus amigos, eu vou dizer aqui aquilo que já vos disse variadíssimas vezes, de cada vez que os Senhores vierem aqui com esse tipo de discurso, eu venho aqui dizer isto. Eu já o disse várias vezes, os Senhores obrigam-me a dizer as vezes que forem necessárias. É assim: Desde 1995, século passado, milénio passado, o governo deste País tem sido sempre vosso, tirando dois intervalinhos, que não deu para nada, desde 2002 a 2005, e agora de há um ano para cá. Portanto estamos a falar de há dezassete anos a esta parte, houve ali dois intervalos, e então o que é que os Senhores estão a tentar dizer? Isto, já deve haver pouca gente a jogar no Totobola, mas se é assim tão difícil acertar nos resultados do Totobola, as pessoas erraram em todos eles. Mas o que as pessoas dizem é assim: "Nestes dezassete anos as medidas positivas foram todas nossas". Naquele intervalo 2002/2005, e agora neste último ano, uma coisinha destas é que é responsável pelas más medidas. Obviamente que os Senhores quando estiveram fizeram medidas positivas, e foram aqui referidas, e serão referidas sempre. Agora, a situação económica em que o País está só tem um responsável que é o Partido Socialista, governos do Partido Socialista, não são os militantes do Partido Socialista, só têm a responsabilidade porque puseram a cruz,



como outros, não sendo militantes. Portanto, quem esteve a gerir o País desde 1995 até aqui, leia-se Partido Socialista, é o grande responsável da situação. E os Senhores ainda vêm aqui segunda vez falar na TSU? Para já, extemporaneamente, como eu disse, e os Senhores teimam em que é. Então o memorando da troika não fala lá em TSU? Escrita? Então vocês assinam uma coisa e vêm aqui fazer o papel contrário, dizendo que há um Partido Socialista nacional e há um Partido Socialista local? Quer dizer, não vamos por aí, e a questão que vem levantar, então devem ser sempre os mesmos a pagar? Obviamente que não devem ser sempre os mesmos a pagar. Quer que eu lhe diga quem é que devia pagar? Era fazer um levantamento de quem é o responsável e quem efetivamente tem responsabilidade que pague. Isso é que era o correto. Agora, há aqui muitas coisas que têm que ser faladas. TGV, quantos milhares de milhões, sei lá, não estou a par dos números que já goram gastos, vê-se alguma coisa? Não. Aeroportos, quanto se gastou nos aeroportos, nove aeroportos, não sei quê, o que é temos? Nada, é dinheiro gasto em papel, ainda existem papeis porque os incêndios não têm sido nessas zonas, porque se não já tinha desaparecido rigorosamente tudo. Sabemos perfeitamente que são as PPP's, sabemos perfeitamente que foram não sei quantas medidas, que é uma meia dúzia de medidas que são em grande parte, eu vou concluir, em grande parte responsáveis por esta situação, é assim. Mas os Senhores são os últimos a ter que falar nestas matérias, mas vêm aqui como sendo os primeiros. Portanto, vamos ter serenidade, o País precisa da colaboração de todos para sairmos daqui, com serenidade e cada um assumir a sua quota-parte. E se formos aqui em termos meramente matemáticos, a nós cabe-nos nem 10% da situação atual. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tenho o Doutor Mota Faria, também se inscreveu, tem três minutos. -----

QUARENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara. Eu começaria com o “demagógico” do João Paulo. Dizer-lhe que por muito que nos consideremos bons, João Paulo, há sempre alguém melhor do que nós, é a primeira resposta à demagogia. Em relação ao processo que aqui foi colocado, o problema que aqui falei sobre as Parcerias Público Privadas, tem a ver com uma situação, nós não temos, este Governo não tem cláusulas ocultas, este Governo não nega informação ao Tribunal de Contas, e por isso os valores que eu lhe estou aqui a dizer são valores que vão ser públicos, são memorandos de entendimento com as subconcessões, têm a ver com situações muitas vezes em termos do tráfego. E por isso via ser perfeitamente público, à disposição de todos os portugueses, e como é óbvio, com o escrutínio que é normal nestes aspetos, não há cláusulas ocultas. Em relação ao problema da TSU, temos aqui, já o dissemos, duas situações e por isso continuamos a dizer que é um problema que vem de fora de tempo, é um problema que já está enquadrado por este Governo, que não é insensível àquilo que foram as manifestações, àquilo que foi a vontade transmitida pelos portugueses, e este Governo tem a humildade democrática de analisar a situação, e por isso já disse o que iria fazer, que era a apresentação de alternativas à TSU. E por isso também dizer outra situação, a baixa da TSU para as empresas estava no memorando, é só para dizer este aspeto. Então temos aqui que, é isso aqui que gostaríamos de considerar, que temos e reforçar, este Governo não faz nenhuma birra, este Governo tem a humildade, este Governo não encabeça manifestações, este Governo sabe fazer a leitura do País, e por isso já deu a resposta ao País, e por isso entendemos que esta Moção vem fora de tempo. --

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Vou dar agora a palavra ao autor da proposta. Ainda quer usar da palavra? Faça favor, está no seu direito. -----

-QUARENTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS): Novos cumprimentos à Mesa, ao Executivo e aos restantes membros. Só para dizer, reiterar aquilo que os meus colegas de bancada já disseram, esta Moção não tem nada a ver com esta confusão e esta poeira que foram colocando aqui para a discussão, porque de facto, se estivermos aqui a atribuir culpas ao passado, se se vem aqui



falar em questões das PPP's, TGV's, Aeroportos, poderíamos ir mais tarde e começar as ver as questões dos Submarinos, do BPN, dos subsídios mal atribuídos, com pressupostos duvidosos. Esqueça, temos listas infundáveis, com certeza, e como disse o meu colega de bancada João Paulo, todos os governos fizeram coisas positivas e todos os governos também tiveram a sua quota parte de coisas negativas, que contribuíram para a situação que hoje leva a que tenhamos que ter alguns programas de austeridade. Agora, o que efetivamente esta Moção apresenta é que de facto a TSU é uma medida com a qual nós discordamos, e os elementos desta Assembleia têm oportunidade de demonstrar a sua solidariedade com esta Moção, ou têm a oportunidade de se descartar dessas responsabilidades. Já agora só para terminar, de facto os períodos em que estiveram na governação foram curtos, mas não é preciso muito tempo para destruir, para construir leva mais tempo. É difícil passar de besta a bestial, mas passar de bestial a besta é muito fácil. E portanto, quando estamos a falar em questões que já vão além da troika e que já vão além do que aquilo que foi programado, e que assentam fundamentalmente na base das mentiras do que foi apresentado no programa eleitoral, nas promessas eleitorais, portanto estamos conversados, estamos a falar de uma coisa concreta, não vamos entrar aqui nas outras questões, senão isto era uma conversa infundável. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dou então a palavra ao autor da proposta, que presumi que seria a pessoa que iria depois fazer a defesa da sua própria proposta, que é uma proposta sua e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----

-QUARENTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS): Senhor Presidente, eu nunca pensei que esta proposta levantasse esta discussão, realmente até porque tem algum sentido e entendo, e os Deputados do Partido Socialista nesta Assembleia entendem que tem cabimento, que não está desatualizada, porque nada está decidido, Senhores Deputados. O problema é que os portugueses, e nomeadamente os viseenses, sentem que isto é uma situação extremamente injusta e que os trabalhadores já suportam uma carga muito excessiva, para tentar contribuir para o equilíbrio da nossa independência e da nossa situação financeira. Se os Senhores Deputados acham que isto não tem cabimento, votarão de acordo com a sua consciência. Nós entendemos que há outras formas de resolver o problema, com certeza que o Governo as poderá encontrar, não me cabe a mim estar aqui a apresentá-las, mas olhe que não entendo e se calhar o nosso Primeiro Ministro poderia ter uma posição mais firme a nível internacional, como é que é possível, sendo nós “acionistas” do Banco Central Europeu, estarmos a pagar juros a um valor muito superior àquele que os Bancos privados que nos emprestam a nós, o lá vão buscar? Portanto esta é uma ideia que ninguém percebe. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vamos então passar à votação da Moção. *Foi rejeitada com quarenta e dois votos contra, treze a favor e cinco abstenções.* Dou agora a palavra ao Senhor Deputado. É uma declaração de voto? Faça o favor. -----

-QUARENTA E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Só para transmitir, Senhor Presidente, que o grupo municipal do PSD votou contra, porque não tem a ver com a questão colocada, mas pelo facto da Moção ser extemporânea, já que a questão está resolvida. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Também para uma declaração de voto, Senhor Deputado? Faça o favor. Deve ser a sessão da Assembleia Municipal que mais declarações de voto teve até hoje. -----

-QUARENTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS): Novos cumprimentos. Só a declaração de voto da minha parte e do Partido Socialista é que de facto estamos contra estas medidas da TSU e da penalização dos, de mais impostos junto dos trabalhadores, e sublinhar que o grupo parlamentar do PSD votou contra e portanto está a desresponsabilizar-se de manifestar uma opinião junto desta Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: A declaração de voto não é opinativa, Senhor Deputado, isso não foi uma declaração de voto, mas sim uma intervenção.



Portanto, eu peço aos Senhores Deputados quando utilizarem, deixe-me fazer eu o ponto de ordem, as figuras regimentais as façam corretamente, porque a Mesa, como reparam, nunca corta a palavra a ninguém e permite tudo, as pessoas veiculam as suas opiniões, mas o debate já tinha passado, teve o seu período de debate, foi bastante longo, cada um teve a oportunidade de veicular aqui a suas opinião, a votação está resolvida. A seguir, declarações de voto são declarações de voto. Portanto, da próxima vez que ocorra uma situação destas, eu corto a palavra. Mas é mesmo necessário, Senhor Deputado? Enfim, o ponto de ordem e os protestos têm prioridades, se o Senhor Deputado entende, ou o grupo parlamentar entende que o devem fazer, faça o favor. -----

-QUARENTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS

HENRIQUES (PSD): O PSD não pode deixar de protestar, porque temos aqui o maior grupo parlamentar, qualquer um de nós pode falar em nome do grupo parlamentar, jamais alguém o Partido Socialista vem aqui falar. O Partido Social Democrata apresentou aqui uma declaração porque votou contra, não porque é a favor da TSU, mas porque é uma situação extemporânea, é claro para quem tiver boas intenções, mas não podemos aceitar de forma alguma que alguém do Partido Socialista venha aqui dizer que o PSD votou assim ou assim, por esta ou por aquela razão, era o que faltava. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Mas qual foi o ponto de ordem à Mesa, já agora Senhor Deputado. Muito obrigado. Dou a palavra agora ao Senhor Deputado José Alberto.-----

-QUARENTA E SETE - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA

FERREIRA (PSD): Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Comunicação Social, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Aquilo que me traz aqui agora é falar da Rede de Cidades Cencil. Nos passados dias treze e catorze de setembro, a cidade de Viseu foi anfitriã de mais uma reunião das Cidades Cencil, cidades do Centro de Portugal, Castilla y León, utilizando para o efeito os magníficos espaços da Casa do Miradouro e do Museu do Quartzo. As cidades em causa são: Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra, Viseu, e Guarda, na região Centro de Portugal; Ciudad Rodrigo, Salamanca e Valladolid, na região de Castilla y León. As regiões do Centro de Portugal e Castilla y León de Espanha asseguram um dos principais eixos de acesso à Península Ibérica, ao centro da Europa, sustentado por infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário de nível internacional. Este facto foi reconhecido pela União Europeia, tendo integrado este eixo de rede transeuropeia de transportes, com a denominação Eixo Multimodal Portugal/Espanha/Europa. Este eixo, com a extensão de cerca de seiscentos quilómetros, é estruturado por um conjunto muito importante de cidades de média dimensão, cujo processo de desenvolvimento está associado a toda a atividade relacionada com o fluxo de pessoas e de bens, ao longo dos tempos e que têm percorrido estes caminhos, e que representam uma grande parte das trocas comerciais entre Portugal e Espanha, e destes com a Europa. Estas cidades desempenham também um importante papel de estruturação e organização dos territórios que as envolvem, em muitos casos, espaços rurais de baixa densidade, constituindo pólos de desenvolvimento, relacionados com a prestação de serviços às populações e às empresas das respetivas regiões, nomeadamente através da elevada capacidade de investigação e desenvolvimento. Veja-se as Universidades e os Centros de Investigação que estão associados, mas também um elevado nível de competitividade e dinamismo dos respetivos tecidos industriais. No contexto da Península Ibérica e em particular da coesão dos espaços de fronteira, estas cidades e as infraestruturas de transportes que as unem têm a maior relevância estratégica, enquanto eixo de ligação a todo o noroeste peninsular à Europa, nomeadamente enquanto principal canal de circulação de pessoas e de mercadorias entre Portugal e Espanha, e toda a Europa. Entretanto, as suas cidades são determinantes para a coesão territorial e a competitividade destas regiões, que no conjunto representam cerca de 20% do território da Península Ibérica. É neste contexto que é da maior pertinência equacionar um projeto de cooperação transfronteiriça envolvendo estas cidades, que passa por potenciar todas as



infraestruturas regionais já existentes e ser força de pressão, no sentido de reivindicar outras ligações mais amigas do ambiente, como a ligação ferroviária à Europa e ao Mar, Aveiro, Viseu, Salamanca, Valladolid, permitindo também a conexão com a rede europeia de transportes e a unificação dos carris, permitindo desta forma criar condições para a consolidação do desenvolvimento regional mais efetivo. Está pois de parabéns a Câmara Municipal, o seu Presidente e os Senhores Vereadores, por terem acolhido esta reunião de trabalho das Cidades Cencil, onde, para além das sessões de trabalho que já fiz referência, foi também feita uma exposição na Feira de S. Mateus alusiva às referidas cidades e regiões, para além do salutar convívio com as cidades com quem Viseu tem uma ligação de amizade e cooperação, através das respetivas geminações. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Fernando Leitão, Presidente da Junta de Couto de Cima. -----

QUARENTA E OITO - O SENHOR DEPUTADO FERNANDO MANUEL LEITÃO ALMEIDA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO DE CIMA (PSD:

Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presentes. A minha vinda aqui prende-se apenas com um facto, é fazer um agradecimento. Mas antes de fazer o agradecimento, eu queria fazer aqui um apanhado porque é que venho fazer esse agradecimento, os Senhores não saberão, mas eu vou-vos informar. No passado mês de julho foi inaugurado o equipamento social da minha freguesia, em Couto de Cima, propriedade da Associação Social Portuense, e cuja valência é a terceira idade, trata-se efetivamente dum Lar da Terceira Idade. Porque é que ele foi inaugurado? Porque é que esse equipamento surgiu? Porque é que ele foi construído? Não por vaidade dos diretores daquela instituição, ou por vaidade do Presidente da Junta, ou quem quer que seja. Ele surgiu porque é um equipamento essencial, assim diziam os estudos feitos pelos organismos competentes, pela necessidade de corresponder à procura das populações daquela região, daquela zona da minha freguesia e outras freguesias circundantes. Então aquele equipamento surgiu e foi alvo em devido tempo de uma candidatura a um programa específico do país social, no âmbito do POPH, candidatura essa que foi submetida em tempo útil, e cuja decisão devia ser do nosso conhecimento em junho de 2009, deveria ser em junho de 2009 que deveria ser comunicado se o projeto era indeferido ou era deferido. Eu vou-vos dizer quando é que ela foi aprovada, quando é que nos comunicaram a decisão da candidatura: em novembro de 2009. Não sei se perceberam este hiato de tempo, de junho para novembro, é que é importante, é que em outubro houve eleições autárquicas. Então aguardou-se para final das eleições uma decisão que se calhar não seria, para os interessados, importante que ela acontecesse antes. A candidatura foi indeferida, e foi indeferida, não por nenhuma razão técnica, não, ela tecnicamente tinha todas as valias para ser aprovada, ela foi indeferida por questões políticas. É isso que nós pensamos, e da análise que nós fizemos foi assim que aconteceu. Caso contrário, também não faria muito sentido atrasarem tanto a comunicação do indeferimento da candidatura. Eu ouvi aqui alguém há pouco dizer que efetivamente o governo anterior se preocupou também com as questões sociais. Pois em Viseu, no concelho de Viseu, surgiram nove candidaturas a este programa, a este eixo, foram todas chumbadas. E só foram chumbadas em Viseu, foram aprovadas em Castro Daire e noutros concelhos. Alguma razão haverá aqui para isto ter acontecido, é a nossa convicção, foi uma razão política que esteve nessa decisão, não qualquer outra razão, mas enfim, são águas passadas. E porque aquele equipamento era necessário, houve um empresário local, a Quinta do Barreiro, que tinha já oferecido o terreno, uma área de cerca de três mil metros quadrados, para a construção do equipamento, e porque uma instituição de crédito acreditou no projeto e financiou em cerca de um milhão de euros aquele projeto, a direção, num espírito de grande coragem, que eu porventura não teria, faço parte dos órgãos sociais, mas não faço parte da direção, sou apenas presidente da Assembleia Geral daquela instituição, num ato



de grande coragem, resolveu avançar com o projeto, e no final do mês de julho, com a presença do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Secretário de Estado do Ministério da Solidariedade, o equipamento foi inaugurado. Penso que quem esteve, reconhece qualidade, reconhece valia àquele equipamento, e acima de tudo, reconhece necessidade para aquele equipamento. Sem qualquer acordo, a sua capacidade já está em 80%, com preços que não são competitivos porque não temos acordo com a Segurança Social, não é possível àquela instituição praticar os preços que outras instituições do concelho estão a praticar. E aí vêm os problemas, com o crédito bancário desta maneira, que não suportou a totalidade do investimento feito, há problemas de tesouraria que estão a atrofiar aquela instituição de andar e cumprir a sua missão. Assim sendo, foi feito um pedido à Câmara Municipal de Viseu para, na medida do possível, colaborar e ajudar a instituição, e também ao Ministério competente, ao Ministério da Solidariedade Social, que esteve presente, na pessoa do Senhor Secretário de Estado. Efetivamente, por parte dos organismos públicos, que tinham a obrigação de suprir estas necessidades, e que o deixam para outros, tem havido muito boa vontade, muita compreensão e até promessas de que o apoio há de vir, mas, enfim, ainda não veio, e a instituição precisa de dinheiro, precisa de satisfazer os seus compromissos financeiros com a instituição de crédito e com outras pessoas que se atravessaram, nomeadamente alguns fornecedores. E lamentamos que esta demora nesta ajuda de quem tinha o dever de o fazer se verifique ainda. E mais, esta instituição foi penalizada duas vezes, foi penalizada por uma questão política, que viu indeferido o seu projeto de investimento, e é penalizada porque não havendo projeto de investimento os acordos com a Segurança Social também não aparecem. E isto cria ainda mais dificuldades, estamos a penalizar duplamente uma instituição que está a trabalhar para uma comunidade envelhecida, que infelizmente no meio rural, a minha freguesia é uma comunidade envelhecida a quem nós deveríamos dar resposta e dar conforto, e foi por isso que o investimento surgiu, não foi por vaidade de ninguém. E a situação é esta. Eu queria aqui, em primeiro lugar, agradecer ao senhor empresário que cedeu o terreno, e depois aos órgãos sociais, muito concretamente à direção daquela instituição, que tem feito de tudo, em prejuízo das suas vidas pessoais, profissionais e familiares, para levar a bom porto esta missão, e agradecendo aos órgãos sociais daquela instituição da minha terra, queria fazer um agradecimento público a todos os dirigentes de associações de solidariedade social do nosso concelho, que fazem todos os dias um trabalho meritório e que por vezes pouca gente o reconhece, e aquelas instituições que mais deviam estar ao lado deles, mais deviam apoiar, às vezes criam até dificuldades. E depois, por fim, não podia deixar de o fazer, queria deixar um agradecimento sincero, em nome da Junta de Freguesia, em nome da instituição, que eu também sou Presidente da Assembleia Geral, ao Senhor Presidente da Câmara, porque efetivamente em todo este projeto, quer através do empenho do Senhor Presidente da Câmara junto de organismos do Governo Central, de organismo local da Segurança Social, quer através da sua influencia, de fazer ver a estas entidades que é preciso ajudar esta instituição, mas acima de tudo, foi o único apoio financeiro que aquela instituição recebeu até agora. Num projeto de um milhão, duzentos e oitenta mil euros, efetivamente a Câmara Municipal foi a única entidade que até agora se pôs ao lado e ajudou naquilo que é possível, é claro que não ajudou na medida da necessidade de instituição, mas acredito que tenha ajudado na medida da possibilidade da autarquia, e isso, Senhor Presidente, eu não podia deixar de agradecer aqui de uma forma pública e espero que o Senhor Presidente, enquanto assim for, continue a ser o ponto de abrigo, a porta aberta para tantas instituições deste concelho, que têm apenas no Senhor e na autarquia que orienta, uma esperança de que alguma coisa possa acontecer e possa minimizar os seus problemas. Portanto, muito obrigado uma vez mais, e também a todos os dirigentes associativos que todos os dias fazem, têm uma luta tremenda para manter as suas instituições e apoiar as suas populações. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Mundão. -----



-QUARENTA E NOVE - O SENHOR DEPUTADO ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MUNDÃO (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas Presidentes de Junta, Senhores membros da Assembleia. Em março de 2011, em reunião com um responsável da Câmara Municipal de Viseu e com um responsável da Plural, quando me foi comunicado que iria ser gravada a Telenovela “Remédio Santo” no concelho de Viseu, e que a Freguesia de Mundão seria o palco principal das gravações, onde iria a decorrer a história da telenovela, fiquei muito orgulhoso pela escolha. Face ao fim da emissão da telenovela, chegou a hora de fazer um balanço. Um ano de gravações, que terminaram em março do corrente, ninguém tem dúvidas quanto à mais valia que a telenovela trouxe à Freguesia de Mundão. Tanto as gravações, como a transmissão diária da telenovela, foram uma divulgação fantástica da Freguesia, onde o nome de Mundão foi levado “ao mais alto nível” a todo o País, ilhas e além fronteiras. Isto também faz parte da magia da televisão, chega a todos os recantos, daí a magnífica divulgação que foi feita à nossa estimada terra (Mundão). Foi sem dúvida maravilhoso ter visto, e continuar a ver, dezenas e dezenas de pessoas, e às vezes centenas, assistirem às gravações e visitarem constantemente Mundão à procura das casas que protagonizaram a telenovela, com particular destaque para a casa da Santinha e Casa do Latinhas, ainda hoje se encontram pessoas a fazer esta romaria. É de salientar também o envolvimento de várias pessoas de Mundão e de todo o concelho em papéis de figurantes, assim como o acolhimento fantástico de toda a freguesia com todas as equipas de gravações, atrizes, atores, realizadores, etc., todos guardam boas recordações. Em boa hora o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, (Doutor Fernando Ruas) decidiu protocolar com a Plural/TVI a gravação de uma telenovela no concelho de Viseu; em boa hora o António Barreira (escritor da telenovela) escolheu Mundão como palco principal, tendo-me confessado pessoalmente que ficou fascinado com Mundão logo na primeira visita que fez, e que decidiu logo que o palco ia ser Mundão. Para o fim, deixava aqui um agradecimento a toda a população da Freguesia, um agradecimento especial ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, ao António Barreira, ao Paulo Morinelo, à Helena Maia, ao António Martinho, a toda a equipa de realizadores e assistentes. Um agradecimento muito especial e sentido à Senhora Beatriz Paiva Bruno e ao marido Fernando Figueiredo (casa da Santinha), assim como ao seu proprietário Doutor Guilherme Almeida Belarmino e esposa Silvina (casa da Brígida), António Campos Dias e esposa Elvira Dias (sede da Junta), Doutora Luísa Barros e marido Doutor Fernando (casa do Latinhas e consultório), Emídio Rodrigues (Café Central), José Oliveira Santos (Café), António Almeida Rocha, Fábrica da Igreja, Centro Social, etc., pela forma como desde a primeira hora todos eles acederam a disponibilizar as casas para as gravações, sem qualquer contrapartida. Um gesto simpático destes Munduenses na promoção da nossa terra. Em nome da Junta de Freguesia de Mundão e em meu nome pessoal, um muito obrigado a todos. Mundão e Viseu ficaram mais ricos e queridos. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. A última intervenção para o Senhor Deputado Jorge Adolfo, que encerra o Período Antes da Ordem do Dia, de três horas e meia, e ainda se queixam da benevolência da Mesa. -----

-CINQUENTA - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Isto é muito rápido, uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e que se prende com a nossa Mata do Fontelo. Como nós sabemos, na última década foram feitas inúmeras intervenções de requalificação, sobretudo do Parque Desportivo do Fontelo, das Piscinas Municipais, dos campos sintéticos, toda essa envolvente desportiva, e criando condições de qualidade que a cidade e o concelho bem merecem e chamando aqui à nossa cidade muita gente de fora para torneios desportivos da mais variada ordem. Continuamos a ter o Pavilhão Carlos Lopes, que não está nas melhores, já é um equipamento antigo, que precisa de uma



requalificação, ou pura e simplesmente demolição, para se construir um novo, mas a questão que eu colocava ao Senhor Presidente da Câmara, depois desta parte positiva que tem sido a intervenção no Fontelo, a questão prende-se mais com a Mata do Fontelo, mata essa onde também foi feita uma intervenção no parque de diversões para as crianças, criando as condições de segurança para elas poderem brincar, mas a Mata parece-nos que está envelhecida, sobretudo os arruamentos, todos aqueles caminhos de terra que constituem os arruamentos da Mata do Fontelo, bem como os muros de delimitação da própria mata, sobretudo junto ao antigo Parque de Campismo da Orbitur, encontram-se um bocado degradados, criando mesmo algumas dificuldades à prática do desporto ou das caminhadas, os caminhos estão muito escalavrados. Gostava de lhe perguntar então se existe algum plano de recuperação, de requalificação da Mata do Fontelo? Apesar de nos últimos anos, também ao que julgo ter lida na Comunicação Social, ter sido feita a plantação de várias centenas de árvores dentro do bosque, mas parece-nos que não é esse ponto que nos preocupa mais, é sim a requalificação de todos esses arruamentos que fazem parte da Mata do Fontelo, da Mata. Segundo ponto, relativamente ao Museu do Quartzo que está no Monte de Santa Luzia, que foi recentemente inaugurado, e que efetivamente nós já tivemos oportunidade aqui de realçar o equipamento de grande qualidade e que tem atraído muita gente de fora, àquele museu. Ainda há poucos dias estive em Coimbra no Museu Geológico da Universidade de Coimbra, e por acaso houve pessoas que não sabiam que em Viseu havia o Museu do Quartzo. Eu estive precisamente a referir que sim, temos um Museu do Quartzo em Viseu, atenção, e acho que é o único do País, do quartzo, mas fiquei recentemente um pouco surpreendido, desagradavelmente surpreendido, no museu, que eu aliás convidou ou pelo menos incito todos os nossos colegas a visitarem, relativamente a dois aspetos. Um, que tem a ver com a ausência, e a responsabilidade é de quem fez o programa museológico daquele lugar, a ausência de qualquer referência ao povoado pré-histórico que existiu no Monte de Santa Luzia e que constitui, tal como aquele que existiu aqui na cidade de Viseu, que ainda não era cidade de Viseu, mas que existiu no morro da Sé, constitui as bases do povoamento aqui do território onde nós estamos hoje, e não há qualquer referência a esse povoado, que aparece em todos os livros de História, portugueses e estrangeiros, não há qualquer referência, o que é pena. Uma outra coisa com que fiquei surpreendido é que não se podem fazer fotografias nem filmagens no interior do museu. Hoje em dia sabemos que em todos os museus, ou em praticamente todos os museus do mundo, isso é possível fazer. Claro, restringindo a fotografia sem flash, sobretudo em telas, pinturas, mas nos museus hoje em dia isso é possível. E tem uma vantagem, tinha uma vantagem para o nosso museu, e é aqui que eu coloco a questão, tinha uma vantagem que é, hoje, como sabemos, está tudo ligado pelas redes sociais, pelo Facebook e por outras redes sociais, e colocando essa informação nas redes sociais, para os nossos amigos verem aquele museu, ainda atraía mais gente. Pois a explicação que me foi dada no local, e foi isso que me deixou surpreendido, é que o não fotografar e não filmar era uma forma de obrigar as pessoas a irem visitar o museu. Eu penso que isto é contraditório, eu até à pessoa com quem conversei, foi muito simpática aliás, eu disse que esta polémica agora recente com aquela pintura do Cristo que foi “recuperada” em Espanha, vejam bem os milhares e milhares de pessoas que já foram a essa igreja, só por causa daquela polémica anedótica, porque aquilo, coitado, acontece em todos as partes do mundo, mas hoje a mediatização tem um impacto tão grande, que me parece que seria altamente vantajoso para o Museu do Quartzo do Monte de Santa Luzia, para a cidade de Viseu, precisamente esta possibilidade de cada um por si promover o próprio museu nas redes sociais, ou como entendessem. Bom, isto era uma questão que eu gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que tivesse em conta esta realidade, e só isto. O museu está muito interessante altamente interativo, um museu que só nos enche de orgulho, portanto um equipamento que deve ser visitado por todos, os viseenses em primeiro lugar. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado.



Afinal ainda tinha o Senhor Deputado Tiago Pinhel, que tinha pedido para intervir e eu não o tinha aqui na lista. Faça o favor. -----

-CINQUENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS): Senhor Presidente muito obrigado. É muito curta a minha intervenção e só a faço porque não tive a oportunidade na última Assembleia porque não estive presente, mas não queria deixar de, em meu nome pessoal e em nome do CDS, de dar uma palavra de agradecimento pela postura e desempenho que o Deputado Rui Santos teve nestes últimos anos nesta Assembleia, e que gostava que ficasse registado em Ata. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O Senhor Presidente da Câmara, finalmente para responder às questões que foram suscitadas. -----

-CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Não sei se há mais almoço, se há de facto esta possibilidade de dar respostas. Eu compreendo que os períodos antes da ordem do dia sejam necessariamente assim tão longos, mas para quem está aqui à espera, com tanta coisa que fazer, de facto também estava à espera deste momento, confesso. Eu queria muito rapidamente, e acho que não vou demorar muito tempo, dizer que daquilo que ouvi do Doutor Mota Faria em relação à questão da Saúde, eu espero sinceramente que desta vez não nos deixemos levar no Hospital Cova da Beira como nos levaram com a Faculdade de Medicina. Agora estamos atentos e acho que vamos fazer valer um estudo, que ainda por cima não é, digamos, é um estudo que é isento, que é equidistante, portanto temos toda a obrigação de o fazer cumprir. Já agora, eu disse da Cova da Beira, o Centro Hospitalar de Viseu que, como sabem, causa-me alguma comichão o nome do hospital, o Centro Hospitalar, e eu não direi mais Centro Hospitalar, ou digo Viseu/Tondela e Centro Hospitalar, ou espero dizer a curto prazo um outro nome que não me obrigue a dizer por esta sequência. Depois, queria dizer que também estou de acordo com aquilo que disse em relação à possibilidade de haver mais serviços convencionados aqui de Viseu, mas também folgo em saber que a nova empresa que se vem situar na freguesia de Repeses é uma empresa convencionada e que sai com todo o serviço de Leiria para vir para Viseu, também não é desagradável de saber e de constatar, ainda por cima com uns empresários simpáticos, que foram demonstrar e foram cumprimentar-me à Câmara, dizendo o que é que vinham trazer rapidamente para a nossa terra. Depois, sobre a questão que foi trazida aqui do vandalismo, eu gostaria de dizer que é bom que nós todos, independentemente do Partido a que pertencamos, sejamos todos, os cidadãos, os defensores daquilo que é o património público, porque nós não damos conta, mas pagamos todos. Quando nós dizemos que a Câmara gasta umas centenas largas de milhares de euros a repor todas as semanas o património que é vandalizado, somos nós todos que estamos a ser lesados, todos. Eu gostaria de vos dizer, já o disse, que me mete impressão que durante os fins de semana e repetidamente é das sextas para sábado, sábado para domingo, penso que é a euforia da noite, com a qual eu não tenho nada contra, mas tenho contra aqueles crimes que se praticam contra o património público: árvores acabadas de plantar que são degoladas, perfeitamente partidas, sinalética. Eu devo-vos dizer, já o disse algumas vezes e assumo isto, tenho alguma dificuldade em presenciar uma coisa destas sem de facto ter alguma intervenção, acho extremamente complicado, e também não agoura nada em favor duma sociedade, em que os candeeiros no Parque Urbano de Santiago sejam partidos pela terceira vez, e também me custa outra coisa, que ainda haja viseenses a achar que a culpa é da Câmara, apenas porque não são da cor da Câmara, e apenas porque alguns também se calhar querem-me fora da cadeira, não vão esperar muito tempo, deixem lá isso com outra visão, agora, viseenses a defender quase esta ação, e ainda houve gente que quis inculpar a Câmara por os candeeiros serem vandalizados. Isto é desviar a atenção, é não cumprir o mínimo dos preceitos da cidadania, e acho que temos que estar todos atentos, porque de facto vai-nos ao bolso duma forma muito complicada. Para além de estarmos a contribuir, se não fizermos nada, para deixar que um grupo de marginais, não sei outro



nome, faça aquilo que, só com gozo gratuito, faça aquilo que a todos nós custa muito trabalho e muita dedicação. Depois gostaria também de me pronunciar sobre a justiça que foi o Voto de Pesar às duas figuras que foram aqui realçadas. Por um lado o Vítor Boga, foi o segundo Presidente desta Assembleia Municipal no período democrático, e depois também o Doutor Silvestre, como sabem, eu tive a oportunidade de ver, e ainda hoje se sentem os efeitos do Doutor Silvestre, a regularização do aspeto financeiro do Conservatório. Há muita gente que não sabe, foi na altura do Doutor Silvestre que nos foi colocada a questão da renda, era uma renda incomportável para o Conservatório, com certeza que poria em causa a sua sobrevivência, e fomos nós que decidimos que esta renda era paga com Bolsas, ainda hoje vigora, portanto eu diria que a resolução do problema financeiro do Conservatório foi muito por aí. Depois, também dizer-vos que ele integrou uma coisa que agora acabou também por ser realçada pelo Doutor José Alberto, chamava-se na altura “IP5 – Uma Rota para a Europa”, e hoje tenho a certeza que a A25, e depois daquela sequência das auto estradas espanholas, tiveram muito a ver com esta determinação desta associação, que hoje também é, digamos, o início desta Cidade Cencil, (Centro e Castilla y León), duma associação de cidades que hoje se renova e terá também aqui um futuro, mas na altura foi determinante para termos a A25, e determinante para termos a continuação das auto estradas espanholas naquela zona. Depois, dizer também que, e vem a propósito, o Doutor Vicente trouxe aqui uma série de coisas, nomeadamente a Rede de Museus. Eu queria dizer o seguinte, nós temos de facto quase acabado o conceito da Rede de Museus. Há muita gente agora, que primeiro duvidou, e agora querem aberto, a única crítica que têm é, “então mas já têm o Museu Almeida Moreira pronto, e não abre?”, então agora já têm a Quinta da Cruz pronta, e não abre?”. Primeiro nós não tínhamos essa realidade, agora quando está pronta ... Nós percebemos, esta técnica, esta tática, aliás, como percebemos em relação ao Museu do Quartzo, hoje com elogios da parte de algumas pessoas, não foi o Doutor Jorge Adolfo, tenho que o reconhecer, mas da parte de muitas pessoas que puseram em causa o Museu do Quartzo. Andámos ali a fazer obra e não sei quê, e nunca mais apareciam, aquilo era um flop e não sei quantos mais, os mesmos que de facto agora tiveram que reconhecer que o Museu do Quartzo foi um bom investimento e é uma boa âncora no nosso desenvolvimento e na difusão da nossa cultura. E queria dizer-vos que também não temos a veleidade de pensar que ele atingiu sequer a sua velocidade de cruzeiro em termos de dinamização, para já abriu numa altura em que supostamente havia menos gente, estamos a falar das férias escolares, há aqui um segmento muito importante para o museu, hão de ser os alunos das escolas, mas queria dizer-vos que neste momento, quando fizermos contas no final do ano, já fará inveja a muitos museus nacionais, desde que abriu a dois de maio até agora o museu já teve mais de nove mil, cerca de dez mil visitantes, o que de facto é uma soma impressionante. E só achamos que agora, durante este período das aulas, ele vai ser muito mais visitado, aliás gostei de saber que há muitos Pais que fazem as festas de anos dos filhos e que depois, uma das componentes das festas de anos é levar os miúdos ao Museu do Quartzo, acho que descobrimos aqui uma outra vertente onde ele pode ser aproveitadíssimo, com todas as instalações magníficas que tem e também como um lugar aprazível, mesmo em termos paisagísticos é das melhores coisas que nós temos, e a localização perfeita. Deixem-me fazer uma alusão também à continuidade que temos da manutenção dos nossos compromissos, nomeadamente dos compromissos culturais. Nós mantemos a relação com a Companhia Paulo Ribeiro de há muitos anos, sem nunca termos falhado nada, e podia, era simples para a Câmara argumentar que as dificuldades financeiras também nos levariam eventualmente a não continuar com este compromisso, não o faremos, eu tenho esta responsabilidade, mas também esta possibilidade e esta garantia de que, enquanto tiver responsabilidades autárquicas, não quebraremos esta relação que iniciámos há uns anos com o Paulo Ribeiro e com a Companhia que representa. Só uma última nota, também aproveitando aquilo que foi aqui dito pelo Doutor Vicente, com a animação do centro histórico. Nós sabemos que animar um centro



histórico não é fácil, mas há uma coisa que sabemos, a Câmara tem deitado mão a tudo o que pode para dar vida ao centro histórico, com críticas que às vezes nós consideramos injustas, porque há gente que só olha para o umbigo e que queria o sol na eira e a chuva no nabal, naturalmente que gostaria, e os bares queriam aquilo aberto até às seis da manhã, as pessoas que lá dormem queriam que os bares encerrassem às onze da noite, se calhar há gente que se deita ainda mais cedo, e quem para lá vai gostaria de não haver luz no centro histórico, sobretudo aquelas pessoas que vão fruir a noite, não sei se se diz de outra maneira, quem vai para lá fazer os assaltos e chatear estes e aqueles, se calhar não queria que lá houvesse luz, os moradores queriam que houvesse luz, depois os comerciantes, porque não dizê-lo, queriam que as pessoas todas lá morassem, mas elas não moram, também temos que dar às pessoas essa possibilidade de escolherem o sítio para morar. Portanto, é esta dificuldade no nosso centro histórico, agora há uma coisa que eu sei, a Câmara não se tem poupado a nada para animar o centro histórico, desde a recuperação do património público que era da nossa responsabilidade, desde a recuperação patrimonial, e a maioria tem toda a assinatura da Câmara, os edifícios públicos naturalmente, mas a relação que estabelecemos com instituições na regência urbana, nós temos feito aquilo que é possível, naturalmente que apelamos também para que haja mais movimento da sociedade civil, no sentido de complementar aquilo que a Câmara faz. Há bocadinho ouvi aqui uma questão e eu deixava uma sugestão, não sei se a posso transmitir aqui aos responsáveis dos estabelecimentos, as nossas visitas de estudo, para quê andar sempre de autocarro? Seria útil se calhar que as escolas fossem com os alunos ao centro histórico, encontrariam ali motivos de interesse enormes, para se calhar dar uma outra aula no âmbito da História, era possível e animava-se o centro histórico, a Câmara com toda a certeza que disponibilizaria o transporte e aquele transporte não poluente, e acho que era uma boa forma de dinamizar o centro histórico. O re-habitar, como o Doutor Jorge Adolfo aqui trouxe, tem o nosso envolvimento e o nosso entusiasmo. Depois, aquela história que já foi aqui debatida, das SCUT's e dos pórticos, não me meto mais nisso, já foi tratado, como foi tratado o problema dos incêndios, eu disse que o faria na altura. E queria apenas comentar o que não disse sobre a intervenção da Sofia Campos, sobre as AEC's, eventualmente os Deputados mais antigos nesta Assembleia vão-se lembrar de uma coisa que eu lhes vou lembrar. Durante muito tempo havia alguma escola em que a gestão municipal devia ser feita nos limites, quantas vezes eu ouvi do alto daquele parlatório lições nesse sentido, isto: “uma Câmara boa é aquela que tem as dívidas no limite, o que é preciso é obras”. E quando nós vínhamos falar que gostaríamos de uma Câmara sólida financeiramente, com almofada financeira, aquilo que nos diziam era aquilo que a gente ouviu sempre: “Então já se pode pagar isto”. Deixem-me dar-vos apenas uma confiança que é capaz de revelar bem aquilo que eu sinto em relação a esta matéria. Há pouco tempo eu estava numa sessão pública a dizer que a Câmara tinha alguma solidez financeira, não estava a dizer que estávamos no melhor dos mundos, estava a dizer que, conforme a crise europeia não apanhou os estados membros todos da mesma maneira, a crise em Portugal também não apanhou as câmaras todas do mesmo modo, no mesmo estádio, e houve logo alguém que me disse: “Então se a Câmara está assim tão bem já pode financiar não sei quê”, e era alguma coisa dum serviço público. Eu disse-lhe: “Olhe, é por essa razão que a Câmara está bem, quem deve financiar é o Estado Central, é quem vos paga, é quem vos financia”. Se a Câmara eventualmente se dispersar para este tipo de coisas, de facto não está bem. Isto para dizer que eu dei essa figura sempre aos meus colaboradores na Câmara, um orçamento camarário e a sua execução se tiver um furinho de vez em quando no saco do orçamento não se nota nada, é como um saco plástico cheio de água, mais outro furinho também não se nota, mais outro furinho, bem, se começamos pelos furinhos, depois não há orçamento que resista. Isto só para dizer que eu tenho muito orgulho em que a gestão financeira da Câmara tivesse tido o rumo que teve, porque nos permite duas coisas, primeiro, não temos necessidade de ir ao PAEL, portanto temos autonomia para vir aqui propor aquilo que vamos propor daqui a bocado,



e depois também porque nos permite eventualmente estar atentos àquilo que o Senhor Presidente da Junta de Couto de Cima e muitos outros aqui podiam ter trazido, que foi a Câmara aparecer sempre na primeira linha dos vossos compromissos com as instituições particulares de solidariedade das vossa freguesias. A Câmara sempre lá esteve, convosco, com a Igreja, não há um investimento exterior à Câmara que não tenha a nossa participação financeira, um único. Se me disserem algum investimento institucional, naturalmente que haja aqui nas redondezas, onde a Câmara não tenha dado o exemplo de se ter atravessado financeiramente, eu quase vos dizia que vos dava um doce. E esta é a possibilidade de uma Câmara que soube naturalmente zelar por aquilo que é a saúde financeira do concelho. Isto a propósito das AEC's, nós só temos AEC's por causa da saúde financeira, porque se não fariamos como algumas câmaras fazem, devolvíamos ao Governo e o problema estava resolvido, nem tínhamos o problema das muitas reclamações que vamos ter, nem tínhamos o envolvimento de muita gente que está a trabalhar nisso, etc., etc., eu acho que temos feito aquilo que é a nossa competência e que faremos com muito gosto. Apenas uma alusão às Cidades Cencil, que eu já falei, mas às cidades geminadas, eu aqui há tempos vi, sabem que eu vou seguindo, no outro dia alguém escrevia que eu não lia um jornal, que não sei quantos, enganou-se, eu leio tudo isso, sobretudo aquilo que dizem a meu respeito, era o que faltava que eu não lesse. Leio algumas baboseiras, outras coisas que eu acho que às vezes apontam e tento alterar, há uma coisa que eu leio também, mas não gosto nada, quando vejo alguém que fala, ainda por cima vê-se ali, de cátedra, mas que depois não dá o nome, acho que não devem ser do meu tempo, nem oriundos, como eu, assim de uma zona rural, onde toda a gente gosta de dar a cara sem problema nenhum, portanto não me revejo naquilo, mas só para dizer que dizia ali que "Viseu tem uma série de geminações e que faz turismo autárquico". Vejam lá, eu não fiz nenhuma geminação sem ela ter uma finalidade, eu sei que há gente que faz outro tipo de turismo, de outras maneiras, não sei se alguém faz por exemplo com uma chaimite, ou com um carro de combate, não se faz turismo com isso, mas pronto, ou mais, se eventualmente os nossos militares que foram para o Kosovo, ou para Timor, se foram fazer turismo, podia ser outro tipo de turismo, turismo militar, e até ser mais barato, mas acho que não é. Isto para dizer que nós, nas cidades geminadas, têm uma intenção, e queria-vos dizer mais, Viseu foi dado como exemplo, tive muito orgulho nisso, num encontro que houve em Estrasburgo, para dizer como é que eram importantes as geminações e a relação das cidades do norte com o sul, no globo. E foi dado como exemplo as geminações de Viseu, nomeadamente com África, e também uma outra que o Doutor Jorge Adolfo conhece bem, que é a nossa geminação com Lublin, eu sei que é uma cidade onde vai muita vez e onde é prestigiado, também sei isso, também ficamos com muito orgulho quando numa cidade como aquela, toda a gente conhece a Infantuna, o Real Tunel, Viseu e não sei quantos mais, e mais, onde os miúdos do infantário aproveitam as férias, é verdade, os miúdos do infantário aproveitam as férias para levarem lições de História sobre Viseu. A última vez que estive nessa cidade ouvi um grupo de miúdos, para aí trinta, serem enquadrados por uma educadora de infância que lhes estava a dizer: "Viseu tem uma estátua de Viriato, ali em baixo é não sei quantos, o Grão Vasco, etc.". Bem, isto a propósito das geminações. As geminações são feitas com uma intenção, umas resultam melhor, outras resultam pior, como é normal, como naturalmente a diplomacia a nível dos governos centrais também será assim. A Cencil tem a ver exatamente com esta relação que o Doutor José Alberto aqui trouxe, e que é a tentativa de pôr outra vez uma região que tem alguns focos de depressão, temos que o reconhecer, é uma zona deprimida por natureza, mas que é também uma zona que tem todas as potencialidades para ser mais desenvolvida, e é esta rede de cidades, naturalmente que o envolvimento numa estrutura central, a CCDRC, e presumo que tem todas as potencialidades para ter sucesso. Deixem-me falar em mais duas coisas, só para terminar. Uma tem a ver com a divulgação da telenovela, eu acho que em termos de imagens foi excelente, em termos de Mundão foi excelente também, eu já disse ao Armando que não gostei muito do final, não foi por mim,



mas aquela de que um Deputado da Nação Portuguesa não soubesse o que era o Irão, confundi-lo com o verbo, enfim, era bem escusado. Gostei naturalmente de saber que a casa da Santinha pode ser visitada, se lá estiver ainda eventualmente a Santinha e a Rita Pereira não se perde nada, acho que tem ainda mais motivos para a procura, mas aquilo poderia ter acabado de uma outra maneira, pese embora desse à estampa aquilo que é o nosso património edificado. Muitas das pessoas não sabiam da existência daqueles solares, aqui em Viseu de facto é um gosto saber que, para além das imagens que passaram e que eram imagens extremamente agradáveis para nós. Depois, sobre o que trouxe do Fontelo, e é mesmo para terminar, nós fizemos inúmeras intervenções no Fontelo e queria-lhe dizer que está neste momento pronta a ultima intervenção física que fazemos no Fontelo, que é a requalificação do Pavilhão, que não se chama Carlos Lopes, ainda se chama só Pavilhão do Fontelo, possivelmente poderá ter outro nome no futuro, mas para já é Pavilhão do Fontelo, e é a única coisa que falta. Eu gostaria que fizessem um exercício de memória para ver se conhecem algum parque desportivo com tantas valências como tem aquele parque, e até podem ir aos mais centrais. Um parque que tem três campos de futebol; três relvados; que tem um campo relvado de futebol de sete; que tem um parque de desporto adaptado; que tem o Skatepark; que tem um pavilhão gimnodesportivo que vai ser totalmente requalificado; e que tem uma enorme Mata de suporte, que é, digamos, o ponto da sua observação. Mas eu queria dizer que nós tínhamos de começar por algum lado e já me chegaram algumas observações, nomeadamente até a forma como está a pista de obstáculos, que nós vamos requalificar. Há uma coisa que nós tentámos fazer e que penso que produziu os seus efeitos, fizemos um protocolo com os escuteiros para a preservação da Mata. Portanto aquele espaço que era para nós um quebra-cabeças, neste momento tem a sua utilização e é muito vigiado, fiscalizado e acarinhado pelos escuteiros. Apenas uma outra parte em relação aos arruamentos e à delimitação, também achamos que a parte sobretudo das traseiras pode estar de outra maneira, vamos ver se ainda temos tempo para fazer aquilo. Depois, para terminar, sobre as referências que fez ao Museu do Quartzo, bem, alguém que está num museu geológico em Coimbra, devem ser pessoas interessadas, e não saber que há um Museu do Quartzo, esteve muito desatento. Ou viveu lá uma semana, não sei quanto tempo, só pode, não é possível que esteja atento, tal foram as referências que se fizeram ao Museu do Quartzo, e a dizer que era o único em termos nacionais, e o que é facto é que o museu tem tido muitos visitantes exatamente ligados à especialidade. Eu encontrei lá um jovem, conhecido geólogo viseense, que faz a sua atividade em Inglaterra, encontrei-o por acaso a visitar o museu, porque alguém lhe disse, os pais naturalmente, aliás estava acompanhado do Pai, e disse que agora tínhamos cá um museu. Não posso comentar, há uma coisa que eu posso dizer, sobre as duas coisas, acho que se não tem, e se pode ter, é uma falha de quem o projetou, mas naturalmente que era uma pessoa competentíssima, se não tem essa referência ao povoado pré-histórico, e se ele é devido, também facilmente se poderá completar isso nos conteúdos. Agora as fotografias, eu também estou de acordo, uma fotografia com uma pessoa bem conhecida, pois se se fazem fotografias com gente conhecida para atrair, parece-me que o efeito só pode ser positivo, e eu até acho que o café com uma figura conhecida, gente que se impõe pela imagem, já agora fazer lá uma passagem de modelos era capaz de ajudar, não sei. A sério, não vejo que seja por uma fotografia no interior do museu que eventualmente retire as pessoas de lá ir, se calhar a fotografia é mais apelativa, até para que as pessoas reconheçam aquele lugar e seja um chamariz. Deixe-me dizer apenas para terminar o seguinte, estamos também esperançados que este museu tenha ainda outro tipo de público, quando um problema que tem, e que não é do museu, mas que pode ser duma âncora, eventualmente de um café ou de uma pastelaria exterior que a Câmara também está na disposição de dinamizar, pode ser um ótimo elemento para chamar mais gente ao museu. Portanto Senhor Presidente, penso que falei de tudo aquilo que aqui foi discutido. É tudo.-

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Aproveito também para o felicitar, que eu por insistência da minha filha fui lá no sábado e



gostei imenso, e ela também gostou e a prova é que ela no final disse que queria lá voltar, o que significa que está suficientemente atrativo, mesmo para uma criança de nove anos. Felicito-o, de facto está ali um excelente equipamento. Do ponto de vista da organização dos nossos trabalhos, até porque o período da Atividade Municipal tem muito a ver depois com os Pontos que vamos debater a seguir, nós iríamos interromper, mas dando uma informação, os Pontos DEZ e Onze foram retirados da Ordem de Trabalhos, portanto iremos debater até ao Ponto Nove, a Ordem de Trabalhos passou a ter nove Pontos. Iríamos interromper por uma hora, acho que é suficiente para almoçarmos, e às duas e meia, impreterivelmente, recomeçamos. Pedia só pontualidade, para nos despacharmos mais cedo. Bom almoço a até já. -----

-CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º1 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do artigo 68º, introduzido pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro. Apesar de o nosso Estado ainda se caracterizar por ter uma administração excessivamente pesada e centralizadora, situação que se tem ampliado nos últimos anos, a verdade é que a Constituição da República Portuguesa continua a preconizar a existência de um “Poder Local” democrático e, sobretudo, autónomo. É neste contexto que existem as autarquias locais, as quais visam a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas e se afiguram como um fenómeno de administração autónoma e não como um ramo da administração indireta do Estado. Uma das formas de manifestação dessa autonomia é a existência de “... património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos ...”, conforme define a Lei das Finanças Locais, e o poder que esses órgãos têm, entre outros, para, e volto a citar a referida Lei: “... arrecadar e dispor de receitas que por lei lhe sejam destinadas ...”, e “... ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas ...”. Estes dois poderes estão diretamente relacionados com um princípio determinante em termos orçamentais, refiro-me ao Princípio do Equilíbrio, em que: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas ...”. Desde que assumimos a governação do nosso Município, essa tem sido uma preocupação constante da nossa parte: Conseguir as receitas indispensáveis para colmatar todas as necessidades coletivas dos nossos concidadãos e ao mesmo tempo realizar os investimentos imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável de Viseu. Como já referi noutras sessões da Assembleia Municipal, “... enquanto estivermos à frente dos destinos da Autarquia, iremos manter ... a prossecução de uma política orçamental de rigor com o intuito de manter e consolidar o equilíbrio financeiro, bem como continuar a desenvolver e a implementar projetos que sejam estruturantes para o nosso Concelho”. Consideramos, assim, que para perpetuar e fortalecer esse “equilíbrio financeiro”, é fundamental que o Município obtenha as receitas necessárias sem, no entanto, sobrecarregar sobremaneira as pessoas, as famílias e as empresas que aqui estão estabelecidas. Senhor Presidente, Senhores Deputados. A nossa gestão, ao longo dos anos, demonstra bem que as receitas próprias obtidas pelo Município, sobretudo com a cobrança de impostos, de derrama, de taxas e preços, têm sido consentâneas com o crescimento e o desenvolvimento do nosso Concelho. Vários indicadores aliás evidenciam isso: Veja-se, por exemplo, o poder de atração exercido pelo nosso Município, com o aumento significativo, nas últimas duas décadas, do número de residentes e de habitações, contrariando o que se passa aliás na maioria dos restantes municípios do País; Ou mesmo o facto de Viseu ser o único concelho do interior do país a integrar o grupo dos vinte e cinco Municípios que concentram 50% do poder de compra nacional. Destaca-se, igualmente, o facto de, nos últimos anos, as taxas de IMI aplicadas no Município de Viseu serem claramente inferiores ao limite máximo permitido por lei. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu faço aqui uma paragem para dizer e repetir, e gostaria que consultassem, porque há muita gente que acha que uma mentira repetida



muitas vezes torna-se verdade. Eu vejo constantemente a dizer que Viseu aplica as taxas máximas. Não é verdade. Já hoje não é verdade, e a partir de hoje vai ser menos verdade ainda, mas se quiserem consultar, há muito que não praticamos a taxa máxima do IMI. Não vale a pena insistir nesse mentira declarada, porque não é verdade. Comparando, e eu vou dar dados que podem depois ser comprovados, comparando as referidas taxas, em vigor nas dezoito Capitais de Distrito do País, verificamos o seguinte: Que para os prédios urbanos não reavaliados, existem catorze Concelhos Capitais de Distrito com uma taxa de IMI superior à praticada em Viseu, o que significa que só quatro Capitais de Distrito estão como nós, digamos, na cauda deste grupo; E que em relação aos prédios urbanos avaliados ou novos, são onze as Capitais de Distrito que têm uma taxa de IMI superior à de Viseu. Dentro do possível e para fazer face aos muitos investimentos já concretizados pela Câmara Municipal de Viseu, sempre privilegiámos, em primeiro lugar, o recurso a outras receitas diferentes daquelas que têm um impacto direto no “bolso” das pessoas, isto é, temos recorrido, prioritariamente, aos “Fundos Comunitários”. Neste âmbito e no decurso do atual “QREN”, já foram executados ou estão ainda em execução mais de quarenta projetos, cujo valor das participações aprovadas é superior a vinte milhões de euros. O Senhor Presidente da Assembleia, na sua intervenção no Dia do Município, teve a oportunidade de referir que, invocando a sua outra qualidade, mas com informação privilegiada naturalmente que dispõe, que Viseu tem uma taxa de execução superior a 85%, enquanto a média é 50%. Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não obstante a nossa permanente procura de fontes alternativas de receitas, que não sejam penalizadoras para os Viseenses, a verdade é que as receitas provenientes, designadamente, da cobrança do imposto municipal sobre imóveis ou da derrama ainda têm um peso bastante significativo. Temos, no entanto e paulatinamente, feito um esforço considerável para atenuar o impacto, quer do IMI, quer da derrama, na vida das pessoas e das empresas do nosso Concelho. Este nosso cuidado é agora bem mais premente, tendo em conta a atual conjuntura de crise e de restrições que Portugal atravessa, de que temos, naturalmente, consciência, e cujo impacto expressivo também temos sentido no nosso Município. Temos trabalhado ativamente para contrariar esta situação. Contributo que poderá ser considerado significativo, tendo em conta a dimensão do problema, e que tem sido, deveras, empenhado no sentido de ajudar a ultrapassar estes momentos severos, pelo menos na área geográfica onde temos diretamente influência. Cumprindo, assim, a promessa que fiz na última Sessão desta Assembleia Municipal, de “... avaliar os impostos e as taxas atualmente em vigor no Município, no sentido de os poder vir a tornar mais “leves” para os Viseenses”, é com satisfação e orgulho que proponho, para aprovação, reduções nas taxas do IMI e também redução na Derrama. Neste sentido e, simultaneamente, para fazer face ao “processo de reavaliação de imóveis” em curso, que tem vindo a incrementar o seu “valor patrimonial”, entendemos ser pertinente introduzir alterações sensíveis que reponham a equidade e justiça fiscais. Relembro, a este propósito, que legalmente já existe uma “cláusula de salvaguarda” que visa conter os valores a pagar pelos proprietários nos três primeiros anos subsequentes à reavaliação validada. Apesar da referida “cláusula de salvaguarda”, propomos, para os prédios urbanos avaliados ou novos, que se reduza a taxa do IMI, a aplicar em 2013, e que a mesma seja de 0,35%, o que representa uma diminuição de 30% em relação ao limite máximo do intervalo em que se situa, que como sabem é de 0,5%. Acresce, ainda, uma dupla redução, já que a taxa que é agora proposta, de 0,35%, é inferior já neste momento em cerca de 8% à taxa que neste momento vigora, que como sabem é de 0,38%. Para os prédios urbanos não reavaliados a nossa proposta é que a taxa do IMI a aplicar em 2013 seja de 0,6%, representando uma redução de cerca de 25% relativamente ao seu “teto” máximo que é de 0,8%. Eu peço para corrigirem aí, ou para suprimirem (relativamente ao seu “teto” máximo), a redução não é de “cerca”, é mesmo redução de 25%, de 8% passar para 0,6% dá mesmo 25% certinhos, não é “cerca”. Propõe-se esta taxa de 0,6%, em virtude de, a curto ou a médio prazos, deixarem de existir imóveis por reavaliar, originando, como consequência



próxima, a “extinção” deste tributo para os “imóveis antigos” ou não reavaliados, sendo, assim, prudente aguardar pela conclusão do “processo de reavaliação” em curso. Com a aprovação destas propostas, o valor das taxas, significativamente reduzido, vai ao encontro da amenização fiscal, respondendo positivamente às Famílias e aos Cidadãos que sentirão aliviado o seu esforço no cumprimento das suas obrigações fiscais e diminuídas as suas dificuldades financeiras. Por outro lado, conscientes da importância das pequenas e médias empresas no desenvolvimento socioeconómico do Município e da região, entendemos também acompanhar e reconhecer os esforços de crescimento sustentado das mesmas, já que a sua sustentabilidade é determinante para a manutenção e, mesmo, ampliação da oferta de postos de trabalho. As crescentes dificuldades registadas, com maior acuidade nas pequenas empresas, merecem do Município um procedimento de mitigação das suas obrigações fiscais, traduzíveis numa sensível redução ao nível da Derrama. Desta forma, propomos que em 2013, para as Empresas cujo volume de negócios seja inferior a cento e cinquenta mil euros, isto é, as pequeníssimas empresas, a taxa da derrama a aplicar seja reduzida em 20% sobre o valor oficialmente determinado. Esta medida significa já uma redução de 11% em relação à Derrama que neste momento vigora, contribuindo, assim, para suavizar as dificuldades das pequenas empresas e, concomitantemente, criar mais um incentivo ao seu desenvolvimento. Para as restantes empresas, nas quais se relevam as “grandes empresas” e os grandes grupos empresariais, naturalmente que mantemos o valor de 1,5%. Sabemos que estamos em contraciclo com o resto do País, mas a gestão equilibrada que encetámos há vários anos permite-nos agora apresentar estas propostas ponderadas, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos Viseenses e para a dinamização da economia local. Porque queremos que Viseu continue a ser a melhor cidade para viver, procuramos com estas medidas agora preconizadas e com a nossa ação permanente contribuir para um Concelho que seja mais atrativo e competitivo, realizando os investimentos que são inevitáveis para o seu desenvolvimento e apoiando as pessoas e as famílias, em especial as que estão em situação mais vulnerável. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do artigo 68º da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 53º: participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto. É tudo. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente pela intervenção. Eu iria fazer aqui uma proposta, que não sei se colherá a anuência das Senhoras e dos Senhores Deputados, que era a seguinte: Como a intervenção do Senhor Presidente da Câmara incide sobre o Ponto Dois e sobre o Ponto Três, propunha, a não ser que haja alguém que tenha alguma questão para colocar ao Senhor Presidente da Câmara que não incida nesta vertente do Dois e do Três, que fundíssemos estes três Pontos e que pudséssemos considerar a apresentação do Ponto Dois e do Ponto Três já feita na intervenção do Senhor Presidente, e que fizéssemos esta discussão em conjunto. Se houver alguém que queira colocar alguma questão que não tenha a ver com estes Pontos, também poderíamos dar já a palavra já de imediato para o fazer, mas não tenho nenhuma manifestação nesse sentido. Então se estão de acordo, faremos o debate em simultâneo destes três Pontos. O Senhor Presidente da Câmara também estará de acordo com certeza com esta proposta, porque a apresentação já foi feita com toda a clareza. Sendo assim, eu tenho já uma pessoa inscrita, que é a Senhora Deputada Elisabete Farreca. -----

-CINQUENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PSD): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas, minhas



Senhoras e meus Senhores. Apraz-nos registar, com apreço, a intervenção hoje proferida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, nesta Assembleia Municipal, e, principalmente, as propostas que foram apresentadas de redução das taxas de IMI e da Derrama, aprovadas na última reunião do Executivo Municipal. É de louvar o esforço da Câmara Municipal, através destas medidas, que assumem especial importância no presente momento em que o país atravessa uma grave crise económica e social. Assim, e em relação ao IMI, constata-se que, para os prédios novos ou reavaliados, a taxa a aplicar em 2013 será reduzida para 0,35%, ou seja, tal como o Senhor Presidente já referiu, será 8% menor do que aquela que atualmente está em vigor. Denota-se, igualmente, que a mesma taxa será 30% inferior ao limite máximo permitido por lei. Neste âmbito, é ainda importante destacar o facto de as taxas do IMI aplicadas no Município de Viseu serem francamente mais baixas do que aquelas que estão em vigor na grande maioria das restantes capitais de distrito do País, também como já foi referido. Associado à redução da taxa do IMI surge, também, a proposta de diminuição, em 20% sobre o que legalmente está determinado, da taxa da derrama para as empresas que têm um volume de negócios inferior a 150.000 euros. Dada a expressão e a importância que as pequenas e médias empresas (comerciais, industriais e agrícolas) têm no nosso tecido empresarial, bem como para o desenvolvimento socioeconómico e criação de emprego no nosso concelho, consideramos que esta discriminação positiva, para este tipo de empresas, será bastante favorável no combate à crise que vem assolando a nossa economia. A concretização destas propostas é um sinal importante para a dinamização da economia local, de apoio às famílias e às pequenas empresas, assim como um contributo significativo para a manutenção do emprego e atração de novos investimentos. A sua implementação só é possível graças a uma gestão equilibrada e ao rigor financeiro incutidos pelo Município de Viseu nos últimos anos. Para isso contribuiu, sobremaneira e entre outros, o controlo da despesa e a boa utilização dos fundos comunitários. Só assim é possível, nesta altura difícil, aliviar os impostos municipais das pessoas, das famílias e das empresas que têm participado ativamente para o desenvolvimento sustentado do concelho de Viseu. Consideramos que, deste modo, se está a contribuir para atenuar as dificuldades financeiras destas famílias e das empresas já referidas, em concertação com o prosseguimento de uma política de ação social de proximidade e de qualidade, adotada pelo nosso Município, como forma de dar uma resposta mais adequada para as necessidades concretas dos cidadãos. Cumpre, assim, ao grupo parlamentar do PSD votar favoravelmente as propostas apresentadas pelo Executivo Municipal. Muito obrigada. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

-CINQUENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Num momento grave em que todos vivemos, reveste-se de particular importância discutir as taxas de IMI e Derrama, que esta Assembleia vai aprovar hoje. Se as diversas deliberações que esta Assembleia aprova são importantes para a vida dos nossos concidadãos, as que hoje vamos votar são particularmente relevantes, pois influenciam diretamente a vida de todos os viseenses, toca-lhes no bolso, como o Senhor Presidente da Câmara afirmou na sua intervenção. É precisamente por serem tão importantes que o Partido Socialista tem que começar por dizer que lamenta algumas imprecisões, alguns facilitismos, e pior ainda, alguns erros que constatamos na comunicação do Senhor Presidente da Câmara. Esta é uma matéria que deve e tem que ser tratada com o máximo de rigor. Para propostas imponderadas e inconsequentes, em matéria de contribuições, e como já todos sabemos, já nos bastam as do Governo e do seu Primeiro Ministro. Com efeito, o Senhor Presidente da Câmara refere na sua intervenção, e consta também no extrato e ata do Executivo Municipal, a referência a um intervalo entre 0.3% e 0.5%, a taxa a aplicar a prédios urbanos novos e



reavaliados. Este foi efetivamente o intervalo que o Código do IMI previu em 2004, mas como é sabido a Lei 64/2008 veio alterar esses limites e passá-los para 0.2% e 0.4%. Assim, não é correto estar a fazer referência a um limite máximo de 0.5%, quando o atualmente é de 0.4%. Este facto é o que permite ao Senhor Presidente da Câmara falar depois em redução de 30% na taxa, quando comparado com o limite máximo. É portanto falacioso. Mas mesmo que não houvesse este erro, seria sempre incorreto falar em redução de 30%, dado que a taxa que o Município hoje pratica é de 0.38%, e portanto não há efetivamente esta redução. Quer dizer, mais facilitista ainda é, quando a determinada altura na sua intervenção, se permite falar em dupla redução, “há uma redução de 30% face ao limite máximo e depois há uma dupla redução, porque reduzimos 8%”. Quer dizer, não se encontra obviamente nenhuma lógica nesta afirmação. Senhor Presidente, a redução que hoje se aprova é de 8%, e admitimos que é um exercício interessante, mas não vale a pena efetivamente estar, como se costuma dizer, a dourar a pílula. Sabemos que 30% impressiona mais os Senhores Jornalistas e eventualmente ajuda a fazer algumas parangonas, mas não vale a pena estar a iludir os viseenses. Em suma, quem já tem os seus imóveis reavaliados à luz do Código do IMI vai pagar menos 8%. Quem, por exemplo, pagava trezentos e oitenta euros anuais, vai passar a pagar menos trinta euros. É verdade, há uma redução, mas não é, nem de perto nem de longe, de 30%, como fica claramente demonstrado. Este tema conhece no entanto variações percentuais com dois dígitos, infelizmente estas variações percentuais de dois dígitos, e como pretendo demonstrar em seguida, não são a favor do cidadão. Um pequeno exemplo e que todos compreenderão, até porque seguramente alguns dos presentes nesta sala estarão nesta circunstância. Quem tivesse um apartamento avaliado em quarenta mil euros, pagou este ano de IMI 0.38% deste valor, ou seja pagou cento e cinquenta e dois euros. Vamos supor, e este é um cenário muito razoável, até porque está apoiado em casos que conhecemos, que este mesmo apartamento conhecerá agora com a reavaliação um valor de oitenta mil euros. A taxa de IMI vai baixar 8%, ou seja, vai passar a 0.35%, o que significa que este cidadão irá pagar duzentos e oitenta euros de IMI. O Senhor Presidente dirá que não, devido à cláusula de salvaguarda, que também refere na sua intervenção. E é verdade, não irá pagar duzentos e oitenta euros, na realidade vai pagar um aumento máximo de setenta e cinco euros, ou seja, vai pagar duzentos e vinte e sete euros. Sabemos o que é que isto significa? É evidente, fica claro para qualquer pessoa, alguém que pagava cento e cinquenta e dois euros vai passar a pagar duzentos e vinte e sete euros. O que é que isto significa? Significa um aumento, aqui sim, de dois dígitos, mas de 50%, ao que este cidadão pagava. Esta é de facto a realidade com que muitos dos viseenses se vão confrontar no próximo ano. Continuar este raciocínio é dizer que se a Câmara este ano arrecadou cento e cinquenta e dois euros deste cidadão, para o ano vai arrecadar mais setenta e cinco euros, ou seja, os tais 50% a mais. Aqui estão as alterações dos dois dígitos, Senhor Presidente, são a favor da Câmara Municipal, e não do cidadão. E é por estas razões, Senhor Presidente, que o que se calhar vale a pena, é ao invés de andar a propagandear reduções de taxas, o que se calhar vale a pena é preparar os viseenses para o que vai acontecer a uma grande maioria deles, isto é, como sabemos, prepará-los para um aumento efetivo nos montantes que pagam. O mesmo raciocínio que até agora se expôs aplica-se também nos restantes prédios urbanos, ou seja, não existe redução de 25% face ao limite máximo, dado que o limite máximo não é 0.8%, mas sim de 0.7%, e a verdade é que nem de redução se pode falar, dado que a proposta é que se mantenha em 0.6%, tal como até agora. E isso também é referido pelo Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção. Para terminarmos este tema do IMI, resta-nos repetir o que dizemos há já vários anos nesta Assembleia, se a Câmara Municipal tem as suas contas saudáveis, como é costume ouvirmos nesta Assembleia, é muito à conta dos viseenses, das taxas e dos impostos que pagam. Isto aliás ficou bem demonstrado aquando da discussão do Relatório e Contas no passado mês de abril nesta Assembleia. Receitas a aumentar, por via das taxas e impostos, despesas de investimento a reduzir, e despesas correntes a manterem-se, ou nalguns casos, mesmo até



a aumentar. Aliás, é sempre oportuno lembrar a esta Assembleia que os viseenses em 2011 pagaram mais 2.3 milhões de euros em impostos municipais, face ao ano de 2010. De 2010 para 2011 a Câmara arrecadou mais 2.3 milhões de euros do cidadão viseense. E este ano, para aumento equivalente deveremos estar a caminhar, esta é a nossa opinião, aguardaremos naturalmente pelo encerrar do ano e das contas. E se isto que eu acabo de dizer é tão verdade, que finalmente até ao Senhor Presidente da Câmara lhe pareceu já despautério estar a insistir nestas chachas, e resolveu baixar estes modestos 8% à taxa do IMI. Senhor Presidente, Senhores Deputados, relativamente à Derrama, é já fastidioso repetirmos o que sempre dissemos, um concelho como Viseu tem de ser amigo dos empresários e do investimento empresarial. Isto traduz-se, entre outras coisas naturalmente, numa política fiscal inteligente e que não massacre quem cria riqueza, e logo, emprego. Senhor Presidente, ajudar as PME's era baixar a taxa também às empresas com volume de negócios superiores a cento e cinquenta mil euros anuais. Conhecemos bem a sua argumentação de que não quer poupar os grandes grupos económicos à Derrama, é conhecido esse argumento, o problema é que nessa sua lógica, as pequenas e médias empresas viseenses são também apanhadas na rede, se não, repare-se: um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, eu diria as microempresas, porque uma empresa que tenha quatro ou cinco trabalhadores, a pagar mal, tem encargos com pessoal superiores a sessenta mil euros por ano. Ora esta empresa com encargos só com o pessoal de sessenta mil euros, estará bem desgraçada se não faturar, pelo menos, os tais cento e cinquenta mil euros por ano. Ou seja, os seus 11% de redução da Derrama não se aplicam a nenhuma, das já poucas, na nossa opinião, empresas que temos em qualquer parque industrial do nosso concelho. Isto, do nosso ponto de vista, espelha bem o impacto que esta medida tem. Ora uma medida que não vai ter impacto direto em nenhuma das empresas que está em qualquer um dos nossos parques industriais no concelho, enfim, é uma medida que vale o que vale, vai ajudar algumas mercearias de bairro, vai ajudar alguns micro empresários, enfim, é verdade. As empresas que também passam dificuldades, e que não são os grandes grupos económicos, não veem hoje qualquer benefício. Dito isto, o Partido Socialista vai votar favoravelmente estas propostas, naturalmente vai votar favoravelmente, porque o contrário poderia ser entendido como uma recusa à redução das taxas. E como ficou demonstrado pela argumentação, obviamente que essa não é a nossa linha política. Mas, pese embora o voto ser favorável, não o fazemos com o regozijo demonstrado por V. Exa. e pela maioria do Executivo Camarário, pelo contrário, o Partido Socialista nesta Assembleia sente é desgosto e alguma tristeza por estar numa cidade que, como tanto se publicita, é a melhor cidade para viver em Portugal, mas que descarta tanto o desenvolvimento económico. A tristeza, Senhor Presidente, vem de saber que aqui tão perto, num concelho vizinho, uma fábrica se prepara para reforçar a sua capacidade de produção com um investimento superior a oitenta milhões de euros. Ou pior do que isto, assistimos na televisão, como assistimos recentemente, ao Senhor Presidente da República inaugurar uma fábrica em Évora, cujo investimento foi superior a cento e setenta milhões de euros, há inclusivamente algumas notícias falam num investimento de cento e oitenta milhões de euros, onde vão ser criados diretamente seiscentos postos de trabalho e mil e duzentos indiretos, é o que vamos lendo pela comunicação social. E o que nos deixa tristes, Senhor Presidente, é saber que estes investidores andaram por Viseu e até se poderiam aqui ter fixado, e essa tristeza não é evidentemente colmatada com as propostas que hoje o Senhor Presidente aqui apresenta. Não pude deixar de ouvir alguns comentários que vieram, ao longo desta minha intervenção, daí da parte do Executivo, consulte-se o Portal das Finanças, a informação que lá está é exatamente esta que eu aqui referi, teto máximo de 0.4% para os prédios novos e reavaliados, 0.7% para os prédios não avaliados. E esta, Senhor Presidente, é a nossa posição nesta Assembleia, votar favoravelmente, para que não seja entendido que não somos favoráveis a reduções, mas dizer-lhe que, com todo o respeito pela sua atividade, pela atividade de todo o Executivo, no que às contas diz respeito, achamos



sinceramente que os viseenses têm sido massacrados com a política fiscal deste Executivo. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra. -----

-CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente. A maior iniquidade do IMI é que, tratando-se do único imposto sobre o património, incide sobre o património imobiliário. Ora, muitas e muitos portugueses são proprietários de casa própria, pese embora paguem empréstimos, pelo que se exigiria também uma referenciação de taxas aplicáveis em função de critérios relacionados com a utilidade social dos imóveis. A Câmara Municipal decide reduzir o IMI em 8%, quando já estão no horizonte as próximas eleições autárquicas. Mesmo com a taxa proposta pela Câmara Municipal de 0.35%, a verdade é que isso se refletirá numa maior cobrança do imposto. Porquê? Porque o número de imóveis urbanos não avaliados será, ou tenderá a ser, diminuto, pelo que quase toda a propriedade urbana do concelho deverá estar avaliada, o que terá o efeito de aumentar significativamente o valor pago pelas famílias. A cláusula de salvaguarda não irá salvaguardar muito, a verdade é que a receita tem aumentado brutalmente desde 2003, e irá seguramente aumentar ainda mais no próximo ano, pelo que a redução da taxa proposta para 0.35% é ainda pouca. Era de facto importante conhecer quanto é que a receita do IMI tem aumentado desde 2003 a esta data. Com a agravante das avaliações urbanas estarem a apurar um valor patrimonial tributário superior, nalguns casos muito superiores aos valores de mercado, dos imóveis, que como se sabe, atravessam um período difícil. Ora, o valor de mercado diminuiu, mas o valor patrimonial tributário irá aumentar, ou seja, a tributação não é sensível às oscilações do mercado, penaliza o proprietário, pelo que a única forma de minorar este efeito é tributar mais suavemente, reduzindo ainda mais a taxa. O proprietário não tem alternativa, pois mesmo que queira vender o bem para se livrar do IMI, depara-se com um mercado em estado recessivo. Há muitas reclamações quanto às avaliações dos imóveis urbanos, porque em muitos casos a avaliação não é feita com o rigor que devia ser, dado que há pressão, muita pressão mesmo, para terminar a avaliação até ao final do ano. Ora sucede que as coisas estão muito atrasadas, pelo que é muito provável que os peritos avaliem apenas com base nos elementos que estão na matriz, avaliando mais rapidamente, mas com menor qualidade, suspeitando-se mesmo que, dado o enorme atraso, seja isso mesmo que irá acontecer, apurando nalguns casos valores que em nada correspondem ao valor do bem. Como muitas das pessoas não conseguem fazer a ligação entre o valor patrimonial tributário do prédio e o valor que para o ano irão pagar, não atribuem grande importância à notificação do valor patrimonial tributário, no entanto, quando em abril recebem a nota de cobrança para pagar, muitos ficarão tristemente surpreendidas, e nessa altura tudo farão para reagir e reclamar, claro que sem sucesso, pois deveriam ter reclamado nos trinta dias seguintes à notificação. Também por este motivo, a taxa a aplicar neste ano de transição das velhas para as novas avaliações devia ser a mínima, 0.30%. O que verdadeiramente era importante era que a Câmara Municipal de Viseu procedesse de imediato ao levantamento e identificação dos prédios urbanos, conforme o Bloco de Esquerda já aqui recomendou, que se encontrem devolutos há mais de um ano, bem como dos prédios que se encontrem em ruínas, para efeitos de eventual aplicação do artigo 122, nº 3, do Código do IMI. Essa parece-me de facto uma iniciativa importante, oportuna e justa, tendo em vista conhecer a realidade do Município, e majorar o imposto relativamente aos prédios urbanos devolutos e em ruínas. Recorde-se que o Imposto Municipal sobre Imóveis é uma das principais receitas municipais, que nos últimos anos, o montante recebido em todo o País aumentou 59%, passando de 667.8 milhões de euros em 2003, para mais de mil milhões de euros em 2008. Num momento em que as políticas da



troika estão a concretizar um programa de empobrecimento forçado dos trabalhadores e dos reformados, os eleitos municipais não podem deixar de equacionar o abaixamento das taxas do IMI a aplicar no concelho para a taxa mínima de 0.30%. Impõe-se o abaixamento para a taxa mínima, e não apenas porque os desempregados registados na cidade atingiram em julho último o número nunca antes alcançado de 5.777, dos quais, mais de mil e trezentos são licenciados, mas também pelo aumento das dificuldades e até pobreza da maior parte das famílias, ainda que por razões de justiça fiscal. E é por esta razão, justiça fiscal, que iremos votar contra a proposta da Câmara. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Ana Silva do CDS/PP. -----

-CINQUENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA ANA CRISTINA ESTEVES DA SILVA (CDS/PP): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, caros Colegas, Comunicação Social e Público em geral. Uma vez que o grupo parlamentar do CDS/PP já votou favoravelmente nesta Assembleia as taxas propostas pelo Executivo, e reconhecendo o esforço em não aumentar as mesmas no momento em que tendencialmente seria para o fazer, devido à crise que o País atravessa, o nosso voto será favorável a estas medidas agora propostas, uma vez que vão de encontro àquilo que sempre defendemos, e esperamos que desta forma o ambicionado desenvolvimento industrial comece a ser uma realidade e consequentemente a natural melhoria das condições de vida de todos os viseenses. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Não sei se mais alguma ou algum dos Senhores Deputados? Senhor Deputado Manuel Teodósio. Mais alguém se pretende inscrever? Senhor Deputado tem a palavra. -----

-CINQUENTA E OITO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD: Senhor Presidente, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, caros Colegas. Só vim aqui porque o Partido Socialista apresentou aqui várias situações hipotéticas, e eu estava ali na dúvida se haveria de apresentar uma realidade concreta e não uma hipótese, e também importante para a gente pensar nessa situação. Vou falar do meu caso concreto. Sou proprietário há vinte anos de um imóvel, sempre tive a noção na altura, de que, comparativamente a imóveis similares ao meu, estava hiper avaliado, por isso em termos do IMI tenho vindo a pagar sempre bastante acima do que os outros que eu tenho conhecimento, de pessoas até amigas minhas, como digo, com propriedade similar, vêm pagando. Sempre tive essa noção e recebendo agora a reavaliação dirigi-me às Finanças efetivamente para me traduzirem aquilo, concretamente quanto é que iria pagar, para perceber se aquilo era mais ou menos, porque aquilo tem lá uma data de números, e nestas coisas a gente deve ir mesmo à fonte, que é onde a água é pura, e que não tenha nenhuma contaminação pelo caminho, e tive a grata notícia de que na minha situação vou ver reduzido em 20%, cerca de 20%, o IMI que tenho vindo a pagar, ou seja, há estas situações que também não podemos esquecer-las. E eu então pergunto, esta é a prova de que eu há dez anos a esta parte, nos primeiros dez anos estive isento de pagamento, mas já pago há dez anos, há dez anos que eu ando a pagar bastante mais, e agora vai-me reduzir, mas vou continuar a pagar por aqui e que os Senhores estão a dizer e a chamar a atenção, coitadinhas das pessoas que andavam a pagar aqui, com a mesma propriedade que eu, e eu andei a pagar aqui em cima e que agora um dia destes, daqui a mais uns anos, porque não pode ser de uma vez, é que vão pagar aquilo que eu já pago. Então e eu? E quantos como eu não existem que têm estado a pagar e que há esta injustiça toda? Esta situação não pode também ser, se uma é verdade, a outra também é verdade, e eu não estou a dar um caso hipotético, estou a dar o meu caso, facilmente pode ser verificado nas Finanças, eu nunca fui ouvido nem achado para avaliar nem reavaliar, foi tudo feito de uma forma, penso eu, normal, como com toda a gente, e existe esta situação. E agora olho para as outras pessoas, algumas amigas minhas, com propriedades similares, que agora é-lhes



avaliada de igual forma como o meu, mas só daqui a não sei quantos anos é que vão pagar conforme eu venho a pagar já há dez anos. Então esta situação não deve merecer uma questão de honestidade, uma questão de ética, também não deve ser conhecida? Estamos aqui só para dizer que há aqui uma situação de um abaixamento de dois dígitos, felizmente que é para mim e que muito jeito me vai dar nos tempos complicados que temos pela frente. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. Tem a palavra. -----

-CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos lá a ver se vamos deslindar isto, é em primeiro lugar um desafio, é se aquilo que foi dito ali pelo Senhor Deputado do Partido Socialista corresponde à verdade. Eu acabei de mandar buscar o documento, eu penso que é por falta do habitual, ouvi à pouco tempo o Ministro das Finanças, que por parte do Partido Socialista, eventualmente essa é uma informação errada, se estivesse aí a pessoa com que normalmente se socorrem o Senhor Assunção talvez dissesse que de facto os parâmetros são entre 0.3% e 0.5%, não entre 0.2% e 0.4%, como disse, e como depois fez toda a exposição em relação a isso. Partiu de uma base errada, quis fazer um floreado, mas partiu de uma base errada. É 0.3% e 0.5%, posso mostrar o documento. Diz aqui: "Avaliação geral dos prédios urbanos", é da Autoridade Tributária Aduaneira, um nome até muito recente, presumo que podemos tirar isto a limpo. Agora dizer o seguinte, eu gostaria de deixar isto muito claro, eu percebi que o Partido Socialista ficou extremamente incomodado, ficou tão incomodado que depois quis de certo modo compensar, foi mais benévolo do que os Vereadores na reunião da Câmara. Eu ainda pensei que os Vereadores na Câmara, era só um Vereador, nem fez proposta nenhuma e absteve-se. Esta era a proposta que eu pensei que o Partido Socialista fizesse, mas não. O Partido Socialista fez aqui uma série de coisas com base errada e depois veio dizer que ia votar a favor. Valia mais abster-se ou votar contra. Com tudo isso que foi aqui debitado só se podia votar contra, ainda por cima debitado e estruturado em base errada. Vamos ver se nos entendemos, nós estamos a avaliar e por isso é que vem todas as vezes aqui, cada ano, no momento oportuno, vêm-se aqui para se fixarem as taxas, e portanto elas são aqui discutidas. O que significa à saciedade de que elas podem ser umas num ano, e podem ser outras noutra, desde que seja dentro dos parâmetros que são fixados pela Assembleia da República, e que a Assembleia só cuida de saber se quer mais para baixo, ou mais para cima, ou se os quer manter tal como estão, é aquilo que está apenas dependente da apreciação da Assembleia. Já agora deixe-me dizer uma coisa em relação àquilo que diz o Deputado do Bloco de Esquerda, nem vale a pena comentar, porque quando vem falar em taxas diferenciadas, sabe que a Lei nem sequer o permite, portanto não vale a pena estar a dizer que havia de haver uma para os de cor azul, outra para os de cor branca, outra para não sei quantos, não é possível, isso é propor uma coisa que não tem nenhuma possibilidade de se fazer. Mas eu gostava de propor o seguinte exercício, eu gostei muito desse exemplo do concelho ao lado, não sei de que concelho estamos a falar, era bom que pertencessem ao concelho ao lado, e é o concelho ao lado com a vossa cor, para saber que para ir ao PAEL tem que ter as taxas todas no máximo, isso é que deviam saber, os Senhores têm de ter no vosso concelho todas as taxas no máximo, exatamente por causa disto. Não têm nenhuma capacidade, não têm nenhuma possibilidade de estarem a mexer nas taxas. Agora, o que eu acho curioso é como é que se pode transformar algo, que com toda a certeza, e exigir da parte da Câmara um esforço enorme, como é que se pode, quase que é dito que nós estamos a pagar mais, e depois faz-se este exercício curioso. A Câmara passou de 0.7%, que vai passar para 0.8% e para 0.6%, e o Senhor Deputado diz que é apenas um esforço pequeno. Depois passa de 0.38%, que vai passar de 0.4% para 0.5%, passa para 0.35%, e o Senhor Deputado faz as contas e diz que afinal a redução é só de 8%. É só de 8% em relação à redução que já tem. E o que está cá no meu discurso, que



felizmente é público, está correto. É a redução de 8% em relação à redução que já tem, e é uma redução de 30% em relação ao máximo. Fui claro? Parece-me que fui, e depois vir com outro tipo de, que é o mesmo de quem, tenho que o dizer com esta frieza toda, de um desconhecimento total. Quando se vem falar e comparar as receitas, para se dizer que se paga mais neste concelho, é uma coisa que não lembra a ninguém, devia-se pagar menos então em Mangualde porque há menos população. Aqui paga-se mais porque nós atraímos as pessoas para cá, paga-se mais, temos mais receitas, porque temos mais prédios, isso é que é uma grande admiração. Trazem de certo modo estes exemplos das câmaras, porque querem mais prédios para ter mais receitas. Então nós temos mais receitas porque temos mais prédios, temos mais receitas porque temos mais moradores. Isto devia ter tido um aumento grande. Desde que temos responsabilidades na Câmara, eu não quero fazer aqui nenhuma inconfidência, há aqui mais dezoito mil pessoas, dezoito mil pessoas são quatro concelhos. Portanto é natural que o nosso volume de receitas seja maior, e nem por isso as pessoas têm que pagar mais, antes pelo contrário, podem pagar menos e termos receitas maiores. E já agora uma outra coisa, também confio, muito sinceramente, na eficiência da máquina fiscal. Confio que o combate à evasão fiscal seja de certo modo a permitir que haja mais pessoas a pagar. Bem, depois vir dizer, “você atingiram apenas os pequenos empresários, os micro empresários, mas não foram aos outros”, a gente sabe disso, mas isso não é justiça? Então não são vocês quando se atiram à Taxa Social Única que dizem isso? Dizem até que quem devia pagar eram os grandes, isso é o que dizem. Se calhar a vossa vontade é de ir a todos, menos à PT, menos à EDP, menos não sei quê, mas nós fizemos a distinção que nos pareceu a correta. Quando se diz “às mercearias de bairro”, pois com certeza, “aos cafés”, com certeza, são esses que nós temos que privilegiar. Privilegiar fundamentalmente, o João Paulo não sabe, abriu nesta cidade na sexta-feira passada uma pastelaria, que é uma microempresa, e que tem doze postos de trabalho. Então são esses que nós temos que privilegiar, claro, com muita angústia de não ser para todos, mas é, digamos, aquilo onde podemos deitar a mão. Depois não percebi aquela alusão a Évora, eu tenho uma grande amizade pelo colega de Évora, mas gostaria de perguntar o seguinte, eu lembro-me de ele ir de charter ao Brasil trazer para cá a Embraer, eu lembro-me, perfeitamente, foi ele que a trouxe, a Embraer só está em Évora porque vocês quiseram, trouxessem-na para cá, foram vocês que a levaram para lá, ou quem não se lembra das festas do jovem parisiense lá em Évora? Há alguém que não tenha essa ideia? Ela foi para lá de propósito, era a vossa política, só levavam para as vossas terras, para as terras onde tinham as câmaras. Portanto não vale a pena, mais vale cuspir para o ar e fugir cá de baixo. Por amor de Deus, não temos cá a Embraer porque ninguém ofereceu, o Governo se estivesse interessado vinha aqui com toda a certeza. Depois, outra coisa que eu não percebi, é empresas que tenham vindo aqui e que foram para outros lados, só temos uma empresa que veio aqui e depois foi para outro lado, foi a Praia, e não estou nada arrependido, é a única coisa que não temos e que veio cá e por não aceitarmos a discriminação, mais, a leviandade, por não aceitarmos isso ela não veio para cá, e nem dissemos sequer que não aceitávamos, nós não dissemos que a não queríamos cá a Praia, a única coisa que dissemos foi: “nessas condições difusas não queremos”. Quando se vem perguntar a uma Câmara: “Olhe, vocês têm que ser responsáveis pela segurança”. Uma Câmara consciente diz-lhe assim: “Quanto é que custa? “Vocês são responsáveis por fazerem instalações para um palco”. Uma Câmara consciente e sólida, é sólida por isso: “Quanto é que custa? Quem não é consciente, aceita o que vier: a segurança, e às vezes se é para não pagar, ainda mais se aceita. A segurança? Pois bem, a segurança, a gente paga. É preciso fazer? Pois a gente faz. É preciso não sei quê? Pois nós não fazemos, fazemos aquilo que achamos correto. Portanto, não se venha dizer, o que eu nem de perto nem de longe aceito é que o João Paulo, não sei que Portal é que ele consultou, venha aqui transformar uma coisa que tem naturalmente o agrado dos viseenses e que se vai, eu acho que havia de haver algumas taxas diferenciadas, é um problema que a legislação não o aceita, porque as taxas diferenciadas eram boas, era para aplicar ao João Paulo as taxas



máximas, para ele ver se havia ou não, se a Câmara de Viseu aplica ou não taxas que são favoráveis ao cidadão. Então mas não temos essa noção? E depois outra conclusão, que parece que fomos nós que definimos a reavaliação do IMI, o que estão a dizer é isto. Outra coisa, a minha avaliação do IMI podia ser para o Estado, não foi, por ação, como sabem, da Associação de Municípios, e são para deduzir as dívidas das câmaras, conseguimos essa vitória. Mas o argumento era este: “como vem aí uma avaliação, uma atualização, vocês ainda podiam pôr menos”. Vamos ver quantas câmaras é que fazem isso. O João Paulo não sabe, mas eu por esta decisão, aliás, eu deixo aqui antever na minha exposição, o facto de estarmos em contra ciclo, quantas câmaras é que nos vão atirar isto à cara, exatamente pela dificuldade que têm em baixar os impostos. Portanto também já estamos preparados para isso, agora vir dizer com essa solenidade toda de que quem estudou a lição, mas há aí muito copianço no meio, quem estudou a lição mal estudada, e vir aqui para dizer que, pôr em causa uma decisão, mais, que na ultima sessão, lembro-me perfeitamente, um dos jovens aí disponibilizou-se para o Partido Socialista cooperar connosco, bem, a cooperação que tivemos foi na sessão de Câmara, que estava agendada há muito tempo, nem uma palavra por parte da Vereação, e foi uma abstenção, foi este o contributo do Partido Socialista. O Senhor Deputado João Paulo sabia disto, devia saber, se fazem as reuniões, como eu, devia saber disto, portanto não chegou lá nada, aquilo que o João Paulo guardou agora aqui, não chegou lá nada, podia lá ir uma proposta, e a proposta nós até sabemos como o Partido Socialista faz, para os outros são propostas, mas nem isso lá chegou, e até podiam evitar uma coisa que acho que não é nada agradável para um grupo parlamentar, é votar de uma maneira e a Vereação na Câmara de outra, podiam ter acertado as agulhas antes de fazer este tipo de declarações. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém quer usar da palavra na segunda ronda? O Senhor Deputado João Paulo Rebelo tem a palavra. -----

-SESSENTA – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Mais uma vez boa tarde a todos. O Senhor Presidente, focou aqui várias questões e eu vou tentar tocar todas, porque mais uma vez foi impreciso. Primeiro ponto, o desafio que me lança, eu lanço-o de volta, o Portal das Finanças, do Ministério das Finanças, não é o Portal das Finanças do diário económico, é o Portal das Finanças do Ministério das Finanças, não, não é, é no Portal das Finanças, e depois o desafio também está lançado novamente ao dizer-lhe, o Código do IMI nós todos sabemos, o que veio introduzir em 2004, e o desafio também fica, há uma Lei, que é a Lei 68/2008, assinada na altura pelo Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Estamos todos recordados, já se viviam momentos de crise e foi uma medida que o Governo, o Senhor Presidente nesta Assembleia até nos chegou a dizer, porque já na altura de facto não tínhamos a taxa máxima, o Senhor Presidente até disse: “Não, agora vão baixar, mas nós já tínhamos baixado até há uns tempos atrás”, está recordado disso? Ora, esta Lei 68/2008 não está revogada em lado nenhum, e seguramente os seus serviços, os serviços da Câmara Municipal esclarecem isso sem qualquer problema. Bom, mas, eu não me importo que interrompa, mas acho que não é o costume. Ouça, esta é a informação que eu tenho, não é de copianço, é de trabalho, é de estudo, foi ao que cheguei. Se o Senhor Presidente apresentar uma Lei que revoga a 68/2008 e que fala noutros limites, muito bem. Bom, independentemente disto, o Senhor Presidente atrapalhou-se aí um bocadinho, deixe-me dizer-lhe com toda a clareza, atrapalhou-se um bocadinho porque sabe que foram ditas aqui coisas, da parte do Partido Socialista, com seriedade, com responsabilidade, sem fazer qualquer tipo de demagogia à volta, o Partido Socialista, Senhor Presidente, já não lhe fala em taxas máximas há muitos anos nesta Assembleia, porque efetivamente as taxas já não são máximas, e se alguma vez essa história das taxas máximas pegou, foi pelo Senhor Presidente, o Senhor Presidente é que tinha a famosa saída: “taxas máximas para obra máxima”, e eu em abril tive a oportunidade de lhe dizer que se as taxas também já não são máximas, a obra é assim-assim, também já não é máxima, como vimos também na análise de Relatório e Contas. E



relembro o que aqui disse, as despesas de investimento a baixarem muito, as receitas de capital a baixarem muito, as receitas correntes a aumentarem, não estamos aqui a fazer comparação com nenhum concelho, são as de Viseu, são as que os viseenses pagam, em 2010 face a 2011, ou melhor, em 2011 face a 2010 pagaram mais 2.3 milhões de euros. Ponto final. E já nem lhe estou aqui a dizer que se o Senhor Presidente, não ponho em causa a sustentabilidade das contas, eu sou muito sensível, Senhor Presidente, não fazer demagogia é ser sensível ao que disse aqui hoje da parte da manhã, só os Bombeiros Municipais em Viseu custam um milhão de euros, isto tem que ser a dividir por todos, como é evidente, e os jardins também custam dinheiro, e as ruas, e as estradas, e as escolas, tudo custa dinheiro. Por isso é que eu não alinho na conversa que anda aí a correr, de que é tudo uma desgraça, está tudo pior, só quem não se lembra, ou quem é muito novo, para se fazer a comparação. Mas alguém tem dúvidas do que nós evoluímos? Mesmo com os governos do PS, que aqui hoje de manhã foram tão vilipendiados? Evoluímos, sim senhor, muito melhores escolas, muito melhores estradas, muito melhor tudo. Agora, algumas decisões foram mal tomadas, por parte de autarquias, por parte de empresários, por parte de banqueiros, por parte do Governo, estamos todos agora aqui no barco para ajudar, e estar no barco para ajudar é dizer que, Senhor Presidente, baixou 8%, o Partido Socialista aplaude, vai votar a favor. O Senhor Vereador na Câmara absteve-se, e a informação que eu tenho é que tinha uma declaração de voto que não consta do extrato da Ata, e que dizia que não lhe chegou a informação atempadamente, e que não se iria manifestar sobre uma informação que não teve tempo para avaliar, e portanto absteve-se. Não há aqui contradição nenhuma, de resto não é a primeira vez que o grupo na Assembleia Municipal vota de maneira diferente dos Vereadores. Não há problema nenhum, o Senhor Vereador não tinha informação, absteve-se, o Partido Socialista, com toda a informação, estudou, há uma redução de 8%, muito bem, vota a favor. Agora há uma coisa que é clara, o que nós só aqui alertámos é: não vale a pena estarmos a passar uma ideia para o exterior, nos jornais, a dizer que vai haver redução, quando o que vai acontecer às pessoas, na maior parte dos casos, é receberem uma fatura maior. Já percebemos que não acontece em casa do Senhor Deputado Manuel Teodósio, que deve ser provavelmente o único cidadão em Viseu que vai ver o seu património avaliado, ou reavaliado em baixa. Senhor Presidente, eu tenho familiares que tinham imóveis a trinta mil euros e que agora estão a noventa mil euros. E o Senhor até se calhar tem o seu caso particular, muita gente aqui nesta Assembleia estará de acordo comigo, é verdade. E a culpa não é da Câmara, porque de facto não é, não foi o Senhor que determinou a reavaliação, determinou, mas isso são conversas de outro rosário, como a gente sabe. Os Coeficientes de Localização, sobre isso também já se discutiu aqui abundantemente, mas objetivamente não é culpa da Câmara se o imóvel andou mal, uma casa que estava avaliada em trinta mil euros, como eu agora dei o exemplo, se de facto vale mais, tem que pagar mais. Eu não estou contra nada disso, o que eu estou é só a alertar do seguinte, não se crie uma expectativa aos viseenses de que vão pagar menos, porque há redução, porque a Câmara está bem e agora vai reduzir, a Câmara vai aumentar estas receitas, e o Senhor sabe, porque é o que está a acontecer há pelo menos seis anos seguidos, todos os anos a receita do IMI tem aumentado para a Câmara Municipal. Portanto, Senhor Presidente, com toda a tranquilidade dizer-lhe: Vão pagar mais, nós estamos de acordo com isso, não estamos a acusar a Câmara, não foi a Câmara que fez as reavaliações, não estamos a acusar, só estamos a alertar. Não se entre numa conversa facilitista de que as coisas vão baixar, porque não vão baixar. E por fim, para concluir, lamento, mas é isso de facto que nos separa, a afirmação que hoje o Senhor Presidente da Câmara Municipal aqui fez, a dizer que as mercearias e os cafés é que são esses mesmos que nós queremos privilegiar, evidentemente nesta matéria o Partido Socialista nunca estará de acordo com o PSD. Depois, nós gostávamos era que o Senhor Presidente valorizasse e privilegiasse, obviamente não é tratar mal os cafés nem as mercearias, mas privilegiasse investimentos que trouxessem de facto emprego. Porque sabe o que acontece, Senhor Presidente? Claro



que sabe, é que qualquer dia os senhores do café e da mercearia não têm quem lá gaste o dinheiro, porque as pessoas não têm emprego, nas fábricas, nas grandes estruturas, que essas sim, grandes empresas e grandes indústrias que nós estamos necessitados em Viseu como de pão para a boca. Nesse ponto nunca estaremos de facto de acordo. O Senhor defendeu uma matriz de desenvolvimento, já aqui o afirmou várias vezes nesta Assembleia, a indústria fica à volta do concelho, e nós aqui temos as pessoas a viver. O que se vai notar infelizmente nos próximos tempos é que as pessoas vão provavelmente deixar de viver em Viseu, porque efetivamente não têm onde trabalhar. Senhor Presidente, não é o que se nota, mas também nos seus primeiros anos de Presidente do Executivo não podia chamar a si os louros da cidade ter crescido, isso também já virá um bocadinho de trás, o planeamento que outros terão feito. Porque é a mesma coisa que estar a dizer, e não volte a insistir nessa questão dos tetos máximos, independentemente de eu ter razão ou não, relativamente aos tetos máximos, não interessa, o que interessa é que no ano passado pagava 0.38%, este ano pago 0.35%. Essa é que é a redução, a mim não me interessa se um frango o ano passado custava quinze euros e que agora, podia custar o ano passado trinta, mas custava quinze e agora vou pagar dez, a mim interessa-me é quanto é que eu pagava, e quanto é que eu vou pagar, isso é que interessa. Agora se o limite vai até não sei onde, isso não tem interesse nenhum. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

-SESSENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros da Assembleia. Penso que estamos aqui com algumas imprecisões, penso que o problema é capaz de estar no Portal das Finanças, que é capaz de estar com, não ter atualizado o IMI para 2013. É capaz de ser isso, eu só dava esta deixa, talvez seja esta, talvez. Outra situação, mas de qualquer maneira o raciocínio depois é todo ele enviesado, porque parte de uma base errada, outra situação tem a ver com as receitas. É obvio que as receitas do IMI, tem que se dizer quando é que foi o “boom” imobiliário de Viseu, quando é que as pessoas tinham receitas, e é obvio que agora as isenções estão a acabar e aumenta o IMI, é só ver a história do “boom” imobiliário de Viseu, e ver também que as isenções estão a terminar. Agora, o que eu pensava era que iríamos assistir talvez nesta Assembleia, não direi a um elogio, e penso que era um bocadinho forte, mas talvez a um reconhecimento da boa gestão camarária. Porque conseguir, e começamos por isto, conseguir manter o nível de investimento municipal, dinamizando por essa via o investimento privado no concelho, e diminuir as taxas e os impostos, de modo a ajudar as famílias e as empresas nesta época difícil, penso que é obra. Quando outros aumentam taxas e impostos, Viseu diminui, quando outros suspendem investimento, Viseu investe. Penso que este reconhecimento era o mínimo que se poderia aqui ter, ou seja, que só, e aqui também o reconhecimento, que só uma gestão que seja sólida, uma gestão eficiente, e fundamentalmente uma questão, a manutenção duma sustentabilidade financeira duradoura o permite. Era esta situação que tínhamos que reconhecer, e o que nós assistimos muitas vezes nalguns concelhos limítrofes é as pessoas a virem com desculpas públicas por infomail, a desculparem-se da Lei dos Compromissos, porque têm que aumentar taxas e têm que diminuir o investimento, e nós em Viseu não assistimos a nada disso. Penso que este reconhecimento era o mínimo que poderia, da parte desta Assembleia, e principalmente de quem tem sido tão crítico em relação à estratégia adotada, e que permitiu a tal sustentabilidade financeira, que poderia pelo menos ter este reconhecimento. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente da Junta de Mundão pediu a palavra também. Tem a palavra. -----

-SESSENTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MUNDÃO (PSD: Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores



Vereadores, Senhores Deputados. Apenas para dizer ao João Paulo que era bom que talvez atualizasse os dados que foi buscar ao site da Autoridade Tributária, porque no artigo 112ª do CIMI, onde diz Taxas, na alínea c), é muito claro: “prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, 0.3% a 0.5%, redação dada pela Lei 64B/2011 de 30 de dezembro”. Talvez daí a confusão, penso que com isto, tudo fica claro. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu só peço é que se mantenha sempre algum formalismo no tratamento na Assembleia, estamos aqui, somos membros da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta, mantermos sempre aqui algum formalismo, porque este é um Órgão eleito e institucional, digamos assim. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas. -----

-SESSENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, eu não tenho muito mais a acrescentar, apenas dizer duas coisas e de vez. Eu há bocadinho estava a tentar interromper depois arrependi-me de o ter feito, devia ter guardado para agora, mas também há algum impulso, para dizer ao Deputado João Paulo aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Mundão disse e acrescentava-lhe que lesse a Circular 25/2011 de 15 de dezembro, e ficamos completamente esclarecidos. E dizer-lhe outra vez mais, fazer uma explanação com dados de 2005, e depois não o reconhecer, e mais, esta decisão é do governo Sócrates, esta de 0.3% a 0.5%, mas não saber isso, e eu não vou perder tempo com isso, vou perder tempo com outras coisas mais importantes, e que eu não gosto de ver, digamos, replicada e sobretudo pela pessoa que o faz, eu sei que é muito ao vosso jeito. Quem falou em concelhos vizinhos a primeira vez não fui eu, foi o Senhor Deputado João Paulo, eu só falei em concelhos vizinhos depois do Senhor Deputado João Paulo falar na Embraer, nas empresas que estão nos concelhos vizinhos que vieram aqui, foi assim, não foi? Não fui eu que comecei. O Senhor Deputado João Paulo falou e eu falei a seguir nos concelhos vizinhos, exatamente para retrucar. Porque há muito essa falta de memória, os meus amigos falam e depois acham que podem dizer tudo, e a gente não pode. Depois já agora outra coisa, o modelo de desenvolvimento é da minha responsabilidade, e eu estou muito feliz com isso, estou muito feliz com este modelo de desenvolvimento, um modelo de desenvolvimento que atraiu pessoas. E não chegam esses chavões, “não temos cá indústria”, temos a indústria que temos, temos a indústria quanto baste, temos uma cidade e um concelho que é atrativo, e isso chega-me perfeitamente, mais, não copio modelos de desenvolvimento que tendo lá a indústria toda, perdem em gente, não copio. Portanto não vale a pena, podem levar para lá as indústrias todas, os cidadãos fogem, significa que nós é que estamos bem. Já agora deixem-me dizer outra coisa que eu disse num fórum onde estive há pouco tempo, e gostaria de deixar aqui esta pergunta, que eu deixei nesse mesmo fórum: Se perguntassem a um cidadão se queria viver no Estoril e trabalhar na Rinchoa, ou se lhe dissessem o contrário, você vai viver na Rinchoa e trabalhar no Estoril, o que é que ele escolhia? A primeira, de certeza absoluta. Eu quero viver no Estoril e ir trabalhar à Rinchoa, não quero viver na Rinchoa e ir trabalhar no Estoril, também lá há, mas são empregados de mesa, etc. Ficámos esclarecidos, não ficámos? Eu quero exatamente um concelho onde as pessoas queiram viver, e se puderem trabalhar, tanto melhor, agora entre escolher viver e trabalhar, pois se tiver que ser, que trabalhem num concelho vizinho, mas que vivam aqui. Significa que criámos as condições exatamente para viver, que é isto que é pedido a uma autoridade, que é criar condições para viver. Portanto não vale a pena, não copio, como disse, nenhum modelo de desenvolvimento, que podem lá ter as indústrias todas, naturalmente que nós também não viramos a cara a nenhuma indústria, antes pelo contrário, por isso é que fizemos os parques industriais, são da minha responsabilidade. Já agora uma outra coisa que também já ouvi, isto parece uma réplica de muito mau gosto, eu sei que há muita gente que quer dizer que eu andei vinte e quatro anos a fazer aquilo que outros prometeram no passado. Bem, é um orgulho para mim. O que se diz para apoucarem a minha obra, ou o meu trabalho, diz-se assim: “Oh meu amigo, olhe que não fez nada, isso já vem do



passado”. Até há quem diga que, houve um Presidente da Câmara a quem eu sucedi, sucedi de forma democrática, uma pessoa que eu sempre respeitei, aliás, respeitei com obras, não com palavras, respeitei com obras, com decisões na altura oportuna, há quem diga que eu me limitei a fazer tudo o que o Senhor Engenheiro Carrilho planeou, e eu digo:”Está bem, e então? O Senhor Engenheiro Carrilho perdeu tempo a planear, e eu perdi tempo a fazer”, mas se já tinha tudo planeado, claro, espero que as pessoas que me sucedam façam aquilo que eu planeei. Se não, planeiem e outros façam. Tive sorte, houve uma pessoa que andou quatro anos a planear, e eu andei vinte e quatro anos a fazer. Modéstia, inteligência também, se já estava planeado, para que é que eu ia planear outra vez? Mas fiz. Portanto não vale a pena vir com isso. Eu sei de onde vem esta dor de cotovelo, eu sei, é muito complicado a dor de cotovelo do Partido Socialista, é que o Partido Socialista não tem nada aqui em Viseu, nem que tenha trazido, nem que seja da sua responsabilidade. Nós podemos ser a melhor cidade para viver, e até a dificuldade com que o João Paulo dizia aquilo, “até há quem diga que é a melhor cidade para viver”, não é nada da vossa responsabilidade, nada. E aquilo que eu tenho receio, espero morrer sem ver isso, é que se vocês alguma vez tomassem conta da Praça do Rossio, aí então a DECO punha-nos logo em baixo, que é aquilo que vocês sabem fazer, pois só sabem fazer isto, não vale a pena. Bem, meus amigos, eu há muito tempo que fiz esta distinção, eu sei o que é que os meus amigos têm muito o hábito de fazer, e aqui também se notou. Eu não confundo o incendiário com quem tenta apagar o fogo, mesmo que um bombeiro tente apagar o fogo da forma mais errada, ou que não seja a melhor maneira, eu guardo-lhe muito mais respeito do que ao incendiário. Quem levou este País a ser incendiado foram vocês, portanto não confundam o incendiário com o bombeiro. Vocês é que foram os incendiários deste País e é por isso que os bombeiros agora estão a pagar, e algumas incompreensões, como nós vemos. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Esgotámos estes Pontos, vamos então agora proceder às votações. Vamos votar primeiro o Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a **“DERRAMA”**, nos termos legais aí definidos, e vou colocar então à votação. *Foi aprovado com uma abstenção.* Como será difícil fazer a verificação do quórum, eu terei que fazer a contagem dos votos a favor, para ficar tudo correto. Vota a favor? *Então é aprovado por unanimidade.* Muito bem. Passamos agora ao Ponto Três - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – TAXAS”**, nos termos e para os efeitos das referências legais que estão na Ordem de Trabalhos. Portanto vou colocar esta proposta à votação. *Foi aprovado com cinquenta e um votos a favor, um voto contra e zero abstenções.* Passamos agora ao Ponto Quatro - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL – IMI – A.C.R.R.U. – EDIFÍCIOS OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA CHÃO DO MESTRE, 111/113 – RUA DO COMÉRCIO 46/50”**, nos termos que estão no Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. -----

-SESSENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. É muito rápido, ainda estou atordoado, com esta mudança do Deputado do Bloco de Esquerda. Eu queria dizer que este Ponto tem a ver também com aquilo que a Câmara entende ser o benefício em termos fiscais para os proprietários que fazem o trabalho de acordo com aquilo que nós entendemos ser do interesse público, e portanto cá têm uma redução substantiva na fiscalidade, era uma receita da Câmara, que na nossa perspetiva se aproximaria dos cinquenta mil euros e que, por efeitos que a Lei permite, e por informação dos técnicos, por se situar no centro histórico, falamos da antiga casa do Lavrador, a Câmara não teve nenhum problema em fazer a redução. Portanto, é mais uma redução significativa de uma receita que era municipal, de que a Câmara abdica para que haja requalificação daquele prédio. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente.



Pergunto se alguém se pretende pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhuma inscrição, vou passar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Passamos agora ao Ponto Cinco - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, ARTIGO 46º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO 2012 – RENOVAÇÃO”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. -----

-SESSENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Neste e no próximo Ponto é a mesma argumentação, que tem a ver com a necessidade naturalmente de meter funcionários. Como sabem, as Câmaras têm uma percentagem de redução a que devem obedecer, 2% na redução de funcionários, e a Câmara cumpre isto com as aposentações, com funcionários que infelizmente faleceram, com gente que se aposentou, e portanto dá-nos para fazer admissões, admissões que são necessárias, mas que obedecem a esta redução imposta pela troika, de reduções de pessoal no setor autárquico. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou proceder à votação. *Aprovado por unanimidade.* Passamos ao Ponto Seis - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. -----

SESSENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Também muito rápido, Senhor Presidente. Tem a ver com a aplicação da Lei dos Compromissos, e neste caso sobre os compromissos plurianuais e também a explicação deste é a mesma do próximo Ponto. Apenas que o Ponto seguinte diz respeito aos Serviços Municipalizados, mas faz uma demonstração de como a Câmara consolida as contas. Às vezes ouvimos aí alguns analistas dizer: “As dívidas das Câmaras são não sei quantos, mas quantos é que são dos Serviços Municipalizados, e quantos é que são das empresas municipais?” Bem, se cumprirem a legislação, as dívidas das Câmaras são decididas dos Serviços Municipalizados e das empresas municipais, que elas são obrigatoriamente consolidadas. Aliás esta Assembleia sabe que na última eu trouxe cá a consolidação das contas das nossas empresas municipais, portanto quando se quer dar a entender que há dívidas das Câmaras, dos Serviços Municipalizados e das empresas municipais, é um erro, alguém não cumpriu, porque a dívida das Câmaras já contempla, quer as dívidas dos Serviços, quer a dívida das empresas municipais. Neste caso, estamos a falar da definição de autorização que a Lei dos Compromissos obriga, e que tem a ver com a satisfação dos compromissos plurianuais, que são exatamente da mesma maneira para a Câmara e para os Serviços Municipalizados, e portanto é isto que nós pedimos. Vem aqui uma lista exaustiva, tanto dum lado como do outro, de quais são os compromissos que são plurianuais, hão de ver que muitos deles têm a ver com assistências técnicas, dos equipamentos de que dispomos, com jardins, com outsourcing, naturalmente. Portanto a autorização tem a ver com isto, mas tem a ver com outra constatação, e que é a última coisa que vos quero dizer, tem a ver com uma Câmara que tem sempre, até agora, e espero que continue a ter, pelo menos enquanto eu tiver responsabilidades naturalmente, como também gostaria que se mantivesse no futuro, um saldo disponível positivo. O nosso saldo disponível é positivo, não vivemos situações complicadas, como já tive oportunidade de trazer a público. Dou-vos apenas um exemplo, quando estivemos no incêndio foram pedidas pela autoridade coordenadora duas máquinas de rastos ao Senhor Vice-Presidente, que autorizou de imediato. Bem, se fosse com algumas câmaras, não podiam, bastava que tivessem fundo



disponível negativo para não poderem autorizar. Portanto é esta a situação em que nós nos encontramos, que tem a ver exatamente com este rigor que tentamos pôr nas finanças municipais. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou colocar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Passamos agora ao Ponto Sete, que o Senhor Presidente já fez também a apresentação. Pergunto se em relação ao Ponto Sete alguém se quer pronunciar? Vamos passar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Ponto Oito - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS”**, que também vamos já pôr à votação. *Aprovado por unanimidade.* E finalmente o Ponto Nove - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“PROGRAMA DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR AOS ALUNOS DO 1º CEB, PARA O ANO LETIVO 2012/2013”**. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-SESSENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Também muito rapidamente, Senhor Presidente. Acho que a deliberação é clara, só para realçar e para terem uma ideia do esforço que é feito pela Câmara para propiciar estas atividades de enriquecimento curricular, Nós vamos ter trinta e oito técnicos a Inglês, dezanove técnicos de ensino da Música, trinta e sete técnicos de atividade física e desportiva, e vinte e seis técnicos das chamadas atividades lúdico expressivas. Eu queria dizer que aqui não está tudo, não estão naturalmente os assistentes operacionais, que são mais de duzentos, e tem ainda a ver com uma outra coisa que também aqui não está, as tecnologias de informação, que são ministradas pelos nossos técnicos da Câmara, portanto pessoal do quadro, mas que, segundo o relatório que tenho aqui comigo, só no ano passado atingiram um valor superior a doze mil euros, o que significa que estas atividades de enriquecimento curricular têm alguma expressão, dão também a oportunidade a muitos técnicos de terem emprego, naturalmente. É um esforço adicional que a Câmara faz e que podia muito simplesmente fazer como uma boa parte das câmaras, umas por necessidade, tenho que o dizer, está a fazer, que é entregar estas AEC's, devolve-las à procedência, e o Estado ficar com elas e ter que as organizar. Só uma última nota, porque às vezes não fazemos esta distinção, esta é a diferença entre delegação de competências e competências feitas por contratualização. Esta trata-se de uma competência contratualizada, isto é, ela continua a ser do Estado Central, e as câmaras que o fizeram contratualizam-nos através de um documento, que é aquilo que nós estamos a fazer. Mas a competência não é nossa, a competência é do Estado Central, por isso é que ela pode ser devolvida a todo o tempo. Quando uma competência é delegada, tem que sair em Diário da República, então é própria da instituição, e portanto não poderíamos sequer fazer este tipo, ou traçar este cenário, que não era possível. É isto Senhor Presidente, que estamos a pedir para, com a obrigação legal que nos impõem, para que esta Assembleia retifique este projeto de atividades de enriquecimento curricular. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou passar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Como sabem os Pontos Dez e Onze foram retirados, esgotámos então a nossa Ordem de Trabalhos, também não existe nenhuma inscrição da parte do Público, de maneira que estão concluídos os nossos trabalhos. Muito obrigado pela vossa participação, está encerrada a sessão. -----

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezasseis horas e dezoito minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)